



Textos & Debates

Revista de Filosofia e Ciências Sociais da UFRR

(No 7)

ISBN 1413-9987

TEXTOS & DEBATES

EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Erwin H. Frank

Prof. Jaime Agostinho

Prof. Francisco Brito

EDITORAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Adriana Freitas de Carvalho

SUMÁRIO

Da Função Social das Universidades

Prof. Erwin H. Frank 7

Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira - 1964/1985

Maria das Graças Santos Dias Magalhães 12

Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil

Ana Lia Farias Vvale, Luis Cruz Lima, Maria Geovani Bonfim 24

Idosos em Boa Vista: Análise Social / 2000

Maria Geovani Bonfim, Ana Lia Farias Vale, Cristiano Muller, Dayane Nascimento, Georgia Grazielly, Robson Rodrigues 47

A influência dos elementos climáticos e a variação da ocorrência de focos de calor no espaço geográfico de Roraima

Luiza Câmara Beserra Neta, Gladis de Fátima Nunes da Silva 61

Indícios de drenagem urbana rumo à extinção: o caso dos igarapés da grande Boa Vista

José Augusto Vieira Costa, Nara Soraya Ruth Costa, Raimundo Pinheiro Alves dos Reis Neto 66

O município de Grossos na região salineira do Rio Grande do Norte

Paulo Rogério de Freitas Silva 73

Fatores de (Re)Organização Espacial da Área da Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins

Maria Clara Da Cruz 80

Projetos pedagógicos em sala de aula: uma alternativa metodológica confiável?

Wanderley Gurgel de Almeida 92

O Papel do Intérprete de Tribunal Sob a Ótica do Discurso Jurídico

Lourival Novais Neto 98

Resenha: As Barbas do imperador, D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos, de Liliam Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, 1999

Jacir Guilherme Vieira 109

Resenha Crítica: Bibliografias Úteis à Pesquisa Científica 1641-1998, de Reinaldo Imbrozio Barbosa, Efrem Jorge Gondim Ferreira e Yêda Vídeio Penedo (Eds.). Manaus, INPA, 2000

Prof. Erwin H. Frank 114

TEXTOS & DEBATES

Publicação semestral do Centro de Ciências Sociais e Geociências da
Universidade Federal de Roraima

TEXTOS & DEBATES

Campus do Paricarana
Av. Ene Garcez 2413
Aeroporto, Boa Vista - RR
CEP 69304-000
Fone: (95) 6213158

Da Função Social das Universidades

PROF. ERWIN H. FRANK*

Neste ensaio defenderei que a *única* “função social” de qualquer universidade *de de verdade* é fazer o que *todas* as universidades fazem, há quase um milênio: aquela aproximação metódica à “verdade” do real que costumamos chamar “ciência”. Mas, antes disso, talvez algumas palavras, justificando a minha ousadia de opinar sobre um assunto tão complexo.

Entrei na minha primeira universidade (Muenster, Alemanha) em 1969 e – desde aquele ano - já estudei e ensinei numa meia dúzia delas, - principalmente na Alemanha, no Equador e, desde 1994, em duas aqui no Brasil (na UFPA e, desde 1997, na UFRR). Durante estas mais de três décadas, já escutei muitas pessoas xingando a universidade de “elitista”, até “antiquada”, e presenciei tentativas de uma dúzia de auto-declarados “modernizadores” delas de “adapta-las” às supostas “exigências da modernidade”. Só que *quase todas* essas tentativas reformistas produziam resultados de ruim a desastrosos, - principalmente pelos grosseiros erros na visão dos reformadores com relação à *natureza* desta estranha instituição, à *função* dela na dinâmica histórica da civilização ocidental e à questão das estruturas ou características que precisam ser mantidas, para não descaracterizar a instituição totalmente!

Mas, quais estruturas ou características são essas? Algumas reflexões históricas nos ajudarão identificá-las.

Sabe-se que a universidade conta entre as *mais antigas* instituições da civilização ocidental, - chegando algumas delas nos próximos anos a *9 séculos* de ininterrupta existência e funcionamento (LEGOFF, 1989). Esse fato por si só já mostra que se trata mesmo de uma *instituição chave* desse modo histórico-particular de viver no mundo que é a nossa “civilização ocidental”.

Ora, as *primeiras* universidades se formaram ao redor de bibliotecas famosas, pertencentes a mosteiros ou a catedrais ricas. Alguns freires, encarregados com o cuidado daquelas bibliotecas, começaram – já no século XI - a ler e discutir *publicamente* livros (pertencentes a estas bibliotecas) sobre religião, jurisprudência, filosofia, gramática e retórica, etc., com a finalidade declarada de encontrar “a verdade” (Ibid, e RASHDALL 1936).

Ora, não cabe dúvida que, no século XI, imaginava-se “a verdade” ainda uma coisa bastante distinta daquilo que hoje em dia chamamos assim, algo - em última instância - conhecido (e mesmo conhecível) só por Deus. Porém, contrário a muitos dos seus críticos, os fundadores das primeiras “*universitas*” estavam convencidos que a “verdade” fosse pelo menos *parcialmente* acessível também ao ser humano, - en

* Prof. do Curso de Ciências Sociais - UFRR

quanto “inscrita” ou “revelada” na Bíblia, por exemplo, ou no “livro da natureza”, e também nas obras dos melhores autores da tradição clássica greco-romana (KRISTELLER, 1995; sobretudo Cap.II).

Dai o *método* escolhido: procurava-se descobrir a “verdade do real” principalmente pela *leitura sistemática* e *discussão controlada* (“disputatio”) dos indicados textos, - leitura e discussão *crítica*, culminando na elaboração e defesa pública de “(hipo-)teses” relativas a seu “verdadeiro” sentido. Ou seja: desde o seu início, os cientistas confiaram na força epistemológica da discussão controlada (metódica) dentro de um espaço geral discursivo (“universitas”) *absolutamente* “livre” de determinantes não-científicas, isto é, governado *exclusivamente* pelas leis da lógica e do “melhor argumento”.

Hoje, quase mil anos depois, nossas idéias sobre a verdadeira natureza da “verdade do real” (e relativas a questões como: onde e como encontrá-la) têm mudado radicalmente, - sobretudo em decorrência do que chamamos a “revolução científica” do século XVI (KUHN 1957; KOYRÉ s.d.). Mas, a descoberta da “verdade do real” (e não a sua “utilidade”!) *segue* o nosso compromisso principal e nossa finalidade última.

E também o nosso “método” de aproximação da verdade é ainda basicamente o mesmo: qualquer universidade *de verdade* segue sendo – em primeiro lugar – um espaço de intensa discussão, onde “mestres” e “doutos” (reconhecidos como tais por seus pares), junto com os seus discípulos, realizam um esforço de aproximação *metódica*, que *segue* implicando a geração, publicação, leitura e discussão crítica de *teses* (“monografias”, “ensaios”, “palestras”, etc.), na sua grande maioria “respostas” a outros textos, idealmente *todos* os textos dedicados a um certo problema¹.

Finalmente, e sobretudo, seguimos ainda também com a inabalável convicção dos mesmos fundadores de “universidades”, segunda qual - para nosso “projeto” (científico!) ter *algum* chance de êxito - esse espaço discursivo de cientistas reunidos em “universitas” *precisa* da mais absoluta “autonomia”, - no sentido de (idealmente) a *ausência total* de qualquer interesse particular, não-acadêmico, na determinação do seu desenvolvimento interno.

Ora, depois de ter identificado claramente, tanto a função como a finalidade última, o método, e até as pré-condições *sine qua non* da mesma chance do êxito da universidade como projeto científico, permitam-me ainda algumas reflexões, à primeira vista “fora de lugar”, sobre a relação entre “universidade” e “escola” (aquela *outra* “pedra angular” de nossa civilização moderna!). Pois há uma crescente tendência (sobretudo no Brasil) de simplesmente *confundir* as duas!

Vimos que, desde o início, a universidade *como projeto científico* (*epistemológico*) se concretizou na formação de “comunidades acadêmicas”, composta de “doutos”, “mestres” e alguns jovens “curiosos”, comunidades unidas pela

¹ Uma das muitas implicações do que acabamos indicar é que uma universidade que não tenha no seu mesmo *centro* uma biblioteca *de verdade*, ou cuja biblioteca não permite aos acadêmicos se manterem informados sobre o “estado” da discussão científica a nível internacional, é mesmo *universidade nenhuma*, em conseqüência da impossibilidade de *fazer ciência*.

finalidade de tentar - conjuntamente - a tão desejada “aproximação” da “verdade do real”. Ou seja: desde o início, todas as universidades *de verdade* realizaram (e seguem realizando ainda hoje) – além do seu projeto científico - *também* um “projeto pedagógico”, no sentido de um esforço sistemático de introduzir sempre a novas gerações de “cientistas” a “arte” de “fazer ciência”. Mesmo assim, até nas condições atuais de acesso “massificado” à instituição, segue um *gravíssimo erro* transformar esse projeto “pedagógico” no *principal* projeto da comunidade universitária e tentar pensar a constituição e estruturação interna dela em função dele.

Porque, a *única razão de ser* do “projeto pedagógico” das universidades é que o seu “projeto científico” *traborda* (e amplamente!) os anos de vida de qualquer “acadêmico”. Ou seja: como nenhum cientista espera mesmo a descoberta de *toda* a verdade do real num futuro próximo, todos eles se sentem obrigados a garantir a continuação do seu esforço, até além da própria morte, - ensinando novas gerações de jovens os segredos de *fazer ciência!*

As escolas, por sua parte, realizam um *projeto pedagógico* completamente distinto, que tem finalidades simplesmente incomparáveis! E, de novo, um pouco de história ajudará entender o meu ponto.

“Escolas” (assim como as conhecemos hoje!) surgiram muitos séculos depois das “universidades”, no momento em que alguns Estados europeus, recentemente tornados “nacionais” ou “modernos”, se deram conta da importância da imposição de certos “hábitos” (BOURDIEU 1979) ou “controles sociais internalizados” (ELIAS 1977) na totalidade dos seus cidadãos, como também do domínio geral das assim chamadas “técnicas civilizadoras” (ler, escrever, calcular) para o desenvolvimento do comércio e da produção industrial, ou seja: para a imposição do desenvolvimento capitalista. Uma vez convencidos das vantagens e até da urgência de tais hábitos, capacidades e conhecimentos (no século XIX), *quase todos* os Estados nacionais europeus instalaram *sistemas de ensino público* e tornaram o seu atendimento *obrigatório* para seus cidadãos.

Isso mostra que o “projeto pedagógico” *principal* da escola é (e foi sempre) formar um “cidadão funcional”, no sentido de um cidadão que *funcione* como a complexa realidade social do capitalismo tardio demanda (BOURDIEU e PASSERON 1992); ou – para dizê-lo com as palavras de Foucault: que tenha o poder das principais instituições que compõem nossa realidade social atual pré-inscrito na sua carne e ossos, os seus gestos, a sua fala e até no seu olhar (FOUCAULT 1996)!

O *único* projeto pedagógico da universidade, por outro lado, é “formar cientistas”. Todo professor universitário *de verdade* ensina *como fazer a ciência dele*. É isso que os estudantes “estudam” e é o êxito (ou a falta de êxito) neste estudo que - no final dos seus passes pela universidade – eles são obrigados documentar numa “trabalho científico” concreto *próprio*.

Mesmo assim, até muitos professores universitários atuais defendem a tese – do meu ponto de vista, plenamente absurda - que a tarefa principal da universidade seja “ensinar alguma profissão” e que - por isso - as grades curriculares dos cursos têm que ser repensados, com esta meta como ponto de saída!

Em defesa dessa opinião, costuma-se citar o fato que existem muitas (e cada vez

mais) “profissões” na sociedade moderna que *exigem* mesmo amplos conhecimentos de teorias científicas (e também de práticas que se justificam com tais teorias) como pré-condição de acesso a elas. Mas, mesmo que isso seja, sem dúvida, correto e mesmo que – em consequência – cada vez mais estudantes entrem nas universidades, não com o afã de se tornarem “cientistas”, senão para satisfazer uma demanda do mercado de trabalho atual, as universidades *de verdade* nunca foram, não são (e nem devem tentar se tornar no futuro) “escolas de terceiro grau” ou – pior ainda – “instituições de ensino profissionalizante”!

Se o mercado de trabalho atual contrata cada vez mais *cientistas* (ou seja: pessoas que sabem “fazer ciência”), melhor para eles e para nós! Mas, “ciência” *não* se faz em resposta ao “mercado de trabalho”. Ela é um projeto que se desenvolve (e precisa se desenvolver!) na mais completa liberdade (autonomia) *também das demandas sociais históricas*. E a prova mais contundente disto é a existência (e persistência nas universidades atuais) de muitas “ciências” que não preparam, nem jamais prepararam para “profissão” alguma (além dessa de “professor universitário”, claro), - como a filosofia, a astrofísica e, claro, também a ciência do autor destas linhas, a antropologia²!

Ora, não cabe dúvida nenhuma que o governo brasileiro atual está mesmo *fazendo tudo* para transformar a vasta maioria das universidades brasileiras em – justamente - “escolas de terceiro grau” ou “institutos profissionalizantes”. É com esse intuito que facilita, por exemplo, a abertura de sempre novas “academias” privadas, onde é possível adquirir *os mesmos* títulos, outorgados pelas universidades de verdade, passando por um “cursinho” onde a ciência está tratada como um conjunto de conhecimentos já “confirmados”. É por isso também que, em vez de reforçar sistematicamente as universidades públicas mais fracas e periféricas do país, o MEC concentra dinheiro e oportunidades de pesquisa em alguns “centros de excelência”, - lá no sul; e é por isso também que nos impõe sempre novos sistemas centralizados de avaliação a nível nacional (Provão, Enem, etc.), sem reconhecimento algum da especificidade e dos limites do ensino em todos os níveis, inclusive o universitário.

Em vista destas estratégias nefastas, me parece duplamente lamentável que tantos dos meus colegas – e até muitos líderes estudantis – facilitem ainda (conscientemente ou não) a política destruidora do MEC, repetindo slogans desqualificadas por 900 anos de história institucional, - como esses que a universidade deveria se orientar pela demanda de um *mítico* “mercado de trabalho”; que o seu ensino deveria ser voltado sobre alguma “realidade regional” e até “local” (em vez da verdade universal!); que nossa tarefa seria mesmo “planificar o desenvolvimento” de Roraima (da Amazônia, ou sei lá que mais) e que – sem tudo isso – não teríamos “utilidade social” nenhuma! Não! A utilidade social da universidade é seguir fazendo o que ela faz desde sempre. *Quot erat demonstrandum!*

² De novo e com toda clareza: a antropologia é uma “ciência”, não uma “profissão”. De profissão, sou professor universitário, contratado e pago para ensinar “antropologia”

Referência Bibliográfica

- BOURDIEU, P., *Entwurf einer Theorie der Praxis*, Frankfurt, Suhrkamp, 1979.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Ed. F.Alves, 1992.
- ELIAS, N., *Über den Prozess der Zivilisation*, Frankfurt, Suhrkamp, 1977, 2 Vols.
- FOUCAULT, M., *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1996.
- KIRSTELLER, P., *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*, Lisboa, Edições 70, 1995.
- KOYRÉ, A., *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, Lisboa, Gradiva, s.d.
- KUHN, Th.S., *The Copernican Revolution*, Cambridge, Harvard University Press, 1957.
- LEGOFF, J., *Os Intelectuais na Idade Média*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989 (2ª. Ed.).
- RASHDALL, H., *The Universities of Europe in the Middle Ages*, Oxford, University Press, 1936, 3 Vols.

Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira - 1964/1985

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS MAGALHÃES*

A região Amazônica, com seu aspecto peculiar, bastante diferenciada das demais regiões brasileiras, necessitou que o Governo federal traçasse políticas específicas para seu desenvolvimento. Neste ensaio, analisaremos a evolução destas políticas, dando ênfase ao período do regime militar (1964-1985) fazendo uma revisão nos diversos planos do país, a partir da ocupação regional e a sua valorização, fatores que criaram condições para que o capital privado atuasse neste espaço, promovendo a ocupação econômica, humana e o desenvolvimento regional.

Em 1912, já são evidentes as medidas inclinadas ao planejamento regional com o objetivo de estimular a colonização da região amazônica e promover a defesa da economia da borracha (Freitas, 1991:41). Entre estas medidas assinalamos:

a) Criação da Superintendência de Defesa da Borracha (SDB), precursora da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, que antecede a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, hoje extinta;

b) Projeto de construção de estradas ao longo dos rios Xingu, Tapajós, Negro, Branco e outros nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso;

c) Projeto de Construção de uma estrada unindo Belém a Pirapora, em Minas Gerais;

d) Projeto de execução de obras para permitir a navegabilidade efetiva, em qualquer estação do ano, por toda a região amazônica.

A finalidade deste último projeto foi permitir a transferência de nordestinos para a Amazônia que necessitava de mão de obra para a extração da borracha, com grande demanda no mercado externo.

No entanto, o passo mais importante para a implantação de uma política de desenvolvimento para a região amazônica se deu durante a Constituição de 1946 em que, por iniciativa dos parlamentares da região, foi aprovado e incluído na nova constituição o artigo nº 199 que determinava que a União, assim como os Estados e Territórios daquela região (e seus respectivos Municípios) deveriam aportar, ao menos durante vinte anos consecutivos, quantidade não menor que três por cento de sua renda tributária para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Foram necessários sete anos para que o mandamento Constitucional fosse disciplinado, o que ocorreu com Getúlio Vargas sancionando a Lei nº 1806 em 1953, a qual tinha como principais objetivos: promover o desenvolvimento da produção agrícola, extrativa e

*Professora Assistente IV do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima
Doutoranda em História na PUC-RS

animal, atuar no campo da exploração mineral, melhorar e efetuar um plano de transportes e comunicação para a região, estabelecer uma política de energia utilizando os recursos naturais, promover uma política demográfica, desenvolver pesquisas necessárias para a ação de um planejamento e, conseqüentemente, a execução do plano, com organização administrativa, estabelecendo coordenação entre os organismos federais, estaduais e municipais. Esta lei definiu a área legal da Amazônia e criou a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento regional (Cardoso, 1979:97).

Sistematicamente, o Estado passou a interferir de modo mais intenso e envolvente no que diz respeito às políticas regionais. As duas regiões eram tratadas em uma perspectiva de conjunto pelo Estado, a Amazônia e o nordeste brasileiro.

Fazendo uma análise do período de Vargas, para a grandiosidade dos objetivos a serem alcançados o esforço foi insuficiente, precário e disperso. A SPEVA teve uma visão da Amazônia como um todo, mas com metas de difícil realização, exceto a prazos muito longos e que requeriam um conhecimento da região maior do que se tinha na época, como por exemplo, recuperar e tornar economicamente aproveitáveis as terras inundáveis, explorar os recursos minerais da região (sobre os quais somente agora se tem melhores informações) e implantar uma estação de comunicação e transporte (Cardoso, 1979:13).

Foi na administração Kubitschek (1956-1961) que foi tomada a histórica decisão de transferir a capital federal para Brasília, na confluência das Bacias Amazônicas, São Francisco e Paraná. Decisão que influenciou a troca do centro político brasileiro para o interior do continente com todas as suas conseqüências. A partir dessa posição política de interiorização foi construída a estrada Belém-Brasília e Brasília-Acre, impulsionando a integração da região com o resto do país (Loureiro, 1982:69).

No período de interesse desta análise (1964-1985) – observa-se maior atuação do governo militar fundamentado na “Doutrina de Segurança Nacional”. Tal período teve o objetivo de implantar um projeto de modernização nacional com base no desenvolvimento econômico da região amazônica, considerando seus amplos recursos naturais e a necessidade de ocupação da extensa área quase inabitada, além de considerar sua posição estratégica sob o ponto de vista geopolítico como fator de ordem externa.

As políticas e estratégias concebidas pela nova filosofia do Governo de Castelo Branco trouxeram uma redefinição dos objetivos principais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de Getúlio Vargas de 1953. O Banco de Crédito da Amazônia (BCA) foi transformado em Banco da Amazônia-BASA (agente financeiro da SUDAM), proporcionando-lhe a atribuição do desenvolvimento da Amazônia, pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966. Foi extinta a SPEVA e em sua substituição foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com o objetivo de planejar e controlar a ação federal da região, de acordo com a Lei 5.173, de 27 de Outubro de 1966. Segundo esta lei, a SUDAM atuaria disciplinando e ampliando os incentivos fiscais através dos mecanismos de isenção do imposto de renda para as novas indústrias e permitindo a dedução de uma parte do imposto de renda de pessoas jurídicas, desde que fossem investidos em empresas industriais, agrícolas, pecuárias e

de serviços básicos dentro da área da Amazônia Legal (Cardoso, 1979:112).

As novas diretrizes determinavam que a economia extrativista fosse substituída por uma mais rentável. Para isto, foi necessário incentivar o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura, especializar e qualificar a mão de obra com uma política de incentivos fiscais e créditos, com vistas a incentivar investimentos nacionais e estrangeiros na região. Para a iniciativa privada resguardaram-se as atividades rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias e minerais) enquanto a infra-estrutura, planejamento e pesquisas ficaram a cargo do governo.

As atividades na região foram fundamentadas em pesquisas e levantamentos sobre seu potencial econômico; também foi feita a seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, o que estimulou a formação de grupos populacionais estáveis; também adotou-se uma política migratória para a região, com o aproveitamento de excedentes populacionais, visando a fixação de pessoas em zonas fronteiriças. Estes são, em linhas gerais, os principais objetivos do Plano de 1966.

Comparando os dois planos aludidos acima para a região Amazônica, podemos ver modificações importantes em suas diretrizes básicas. No segundo plano, os programas e projetos são referentes a setores específicos, com maior descentralização administrativa junto a grandes projetos de integração nacional. Fica claro neste plano de 1966, a evidente posição autorizada ao capital privado, nacional e estrangeiro. Observamos o Estado preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado, investindo em infra-estrutura, pesquisas e planejamentos (Cardoso, 1979:113).

Além disso, o segundo plano pretendeu uma maior nacionalidade na exploração dos recursos regionais, desestimulou a produção extrativa, preferindo, sempre que possível, atividades mais rentáveis; incentivou o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de alimento para a população e propôs a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento regional, criando os "pólos de desenvolvimento". Outra diferença é no que se refere ao estabelecimento de uma política migratória para a região: o primeiro plano propõe a formação de núcleos estáveis enquanto o segundo ressalta a fixação da população nas zonas fronteiriças.

Podemos afirmar que a SUDAM e o BASA constituíram organismos de vanguarda na região e têm suas propostas baseadas em leis, planos e programas específicos que atuam incentivando os projetos industriais, pecuários e agrícolas. Dentro desse contexto de políticas públicas, não podemos deixar de mencionar o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), criados especificamente para atuar na luta pelo desenvolvimento da região. O INCRA tem como objetivos principais a realização da reforma agrária e a promoção da colonização no campo, através do cooperativismo rural.

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), criada em 1967, é o organismo responsável em administrar a Zona Franca de Manaus. O objetivo principal é integrar a Amazônia Ocidental ao resto do país, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário. Para isto estabeleceram condições fiscais especiais (isenção de IPI e de ICM), buscando facilitar o comércio tanto para o exterior como para o sul do país. Ao redor do grande modelo regional da SUFRAMA situam-se três

modelos setoriais: primeiro, o modelo industrial; segundo, o modelo de agricultura de “várzeas” (terras inundáveis) e, por último, o modelo de agricultura de terra firme, que chamaremos de “distrito agropecuário”(Farias,1981:39).

1 – Os Planos e a Política de Integração Nacional

O governo de Médici (1970-1974) é considerado o mais autoritário do período militar. Dentre todos os presidentes foi o que mais se preocupou com a Amazônia e os problemas sociais do Nordeste. Em 1970, o Nordeste sofreu uma grande seca e decidiu-se que essa região e a Amazônia deveriam ser tratadas como um só problema, a saber: o despovoamento do vale amazônico e o excesso de população do nordeste brasileiro. Médici chamava a isto “a solução de problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia”(Skidmore, 1992:288-290).

O referido presidente tinha também como objetivo preservar o território amazônico já que os militares tinham receio que o país perdesse a região por falta de colonização. Gerações de cadetes do Exército Brasileiro foram conscientizados sobre a importância geopolítica da referida região.

O Estado autoritário, a par de sua política interna de repressão no começo da década de 70, baseava-se no princípio de que a estratégia de desenvolvimento regional consistiria fundamentalmente na política de integração nacional. Os planos de desenvolvimento começaram a aumentar a participação das empresas estrangeiras no esforço nacional de conquista e a associação com empresas de países desenvolvidos. Tais objetivos eram concretizados por uma política externa com base no endividamento crescente do país no mercado financeiro internacional, com interesse de investir aqui, o que os militares viam como “cooperação”. Além disso, chamamos a atenção para o monopólio internacional, que primeiro oferece crédito para promover o desenvolvimento, depois cobra altos juros, que devem ser pagos com a exportação dos recursos naturais. O Brasil teve no café seu principal produto de exportação e no final da década de 60 assiste à exportação de minérios (ferro, manganês). Com estes recursos minerais pagávamos, logicamente, os dólares emprestados (Oliveira, 1987:90).

De acordo com Freitas, o lema “integrar para desenvolver” já fazia parte dos planos de desenvolvimento do governo, que através do PIN (Programa de Integração Nacional) e PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras), promoveu a política de integração nacional. Textualmente o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974) dizia:

“A estratégia para a Amazônia, que é a de integrar, para desenvolver, assentará duas linhas mestras:

- Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira;
- Ocupação econômica e desenvolvimento”.

Mais adiante, o IPND afirma que esta Integração Nacional:

“Se realizará com a construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém; com uma rede de aeroportos de função estratégica, com medidas para integrar bacias fluviais da região com as bacias do centro-sul, com a instalação dos sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; com a abertura da Amazônia pela radiodifusão e com nova infra-estrutura das Forças Armadas da região”.

Já a ocupação da Amazônia foi realizada em “Bases de Ocupação”. Essas referidas Bases de ocupação seriam consolidadas através da:

- Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias;

- Construção de infra-estrutura interna da região-rede, de estradas básicas, recondição de portos, desenvolvimento da navegação fluvial e programas de energia;

- Criação de um suporte de educação, saúde e assistência que viabilizassem radicar as populações;

- Programa RADAM (Radar da Amazônia) de levantamento aerofotogramétrico.

Segundo o IPND, o desenvolvimento da Amazônia, deveria realizar-se com base particularmente nos incentivos fiscais e de isenção por conta da SUDAM e da SUFRAMA nas seguintes linhas:

Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração, analisando prioridades regionais para a concentração de aplicações;

- Definições de prioridades setoriais para a concentração de aplicações em setores dinâmicos, prioritários e para atividades de exportação: industrialização dos pólos de Belém e de Manaus, tirando proveito das isenções da Zona Franca de Manaus; exportação de madeiras, mineração e programa de pecuária em áreas selecionadas;

- Programas de colonização, principalmente para a região Transamazônica.

Em síntese, a linha mestra da política definida para a Amazônia pelo IPND era “**ocupar, desenvolver e integrar**”.

Com o governo do General Geisel veio o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975 a 1979) que, sem escapar do dogmatismo de Segurança Nacional, traçou diretrizes mais específicas para a Amazônia dentro do trinômio **Ocupação, Desenvolvimento e Integração**. Diferente do IPND que escolheu a seleção das áreas, o II PND as definiu claramente. Assim, as terras ocupadas seriam:

“Os pontos principais de penetração na Amazônia, ou seja, os vales, as estradas e as terras mais férteis, com prioridade para as zonas de Fronteiras”.

Para essas áreas definidas, o II PND orientou as prioridades de investimentos para os programas setoriais: pecuária de corte, mineração, lavoura de caráter comercial, pesca empresarial e turismo. Definiu como prioritárias as atividades ligadas ao setor de exportação (II PND, Brasília/1974). Planejava-se também a chamada “Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e uso Racional dos Solos da Amazônia” - com objetivos de transformar a exploração da madeira numa atividade planejada e

permanente, porém condicionando os projetos às exigências do reflorestamento (II PND-1975-1979).

Ainda dentro das linhas principais do II PND, foi criado em 1974 o Pólomazônia - Programa de Pólos Agropecuários, com a finalidade de aproveitar as potencialidades integradas agropecuárias, agro-industrial, florestais e minerais. Ademais o II PND previa ainda a implantação de um complexo Minero-Metalúrgico na Amazônia Ocidental. Nesse contexto nasce o Polocentro-Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, sobretudo em Goiânia e Mato Grosso, para o desenvolvimento da plantação de soja nos cerrados.

Por fim, o II PND aprofunda a noção da Amazônia como fronteira de recursos e enfatiza que a região no futuro deverá melhorar a balança comercial do país e mais que nunca integrá-la ao resto do país.

Os principais objetivos do governo João Figueiredo, de acordo com Oliveira, foram expressados no III- Plano Nacional de Desenvolvimento (1980/1985). As linhas básicas deste plano, que interessavam à região Amazônica, estão contidas na parte que se refere às Políticas Regional e Urbana que podem ser definidas com relação:

- a) à questão migratória;
- b) à desconcentração industrial;
- c) à reformulação e à intensificação do desenvolvimento agrícola;
- d) à política energética;
- e) à política dos setores sociais e à descentralização administrativa para fortalecer os organismos regionais e urbanos e os governos estaduais e municipais.

Para Miranda, no âmbito do processo urbano-rural brasileiro, reconhecemos como fundamentais:

1. O Desenvolvimento da agropecuária para atenuar o processo de hipertrofia urbana e, particularmente, metropolitana, com a redução do êxodo rural;
2. O melhor equilíbrio da disponibilidade de infra-estrutura econômica e social entre as regiões;
3. A melhor adequação das cidades de pequeno e médio portes e da periferia das metrópoles.

A política de desenvolvimento urbano e regional do III PND foi esquematizada da seguinte maneira:

- Ênfase à integração nacional e ao melhor equilíbrio espacial do processo brasileiro de desenvolvimento;
- Redução das disparidades e de qualidade de vida entre as regiões do país e dentro delas.

O esforço de desenvolvimento da região amazônica se apoiará na gradual ocupação e integração da área, respeitadas suas características e vocações, particularmente quanto à compatibilidade dos projetos e das atividades públicas e privadas, com a exploração não predatória dos recursos naturais e com o rigoroso respeito do equilíbrio ecológico e da população aborígene. Assim, propõe-se a progressiva ocupação da região e a consolidação da infra-estrutura econômica e social das áreas que apresentam

grande potencial econômico, especialmente para gerar energia e atividades agrominerais, agropecuárias, agro-industriais e pesqueiras, considerando a necessidade de diversificar, ampliar e fortalecer a economia regional e absorver fluxos migratórios. Além do mais, o III Plano Nacional de Desenvolvimento protegeu a política de desenvolvimento urbano e regional, contra os desequilíbrios das rendas regionais e intraregionais, das atividades econômicas e da qualidade de vida. Por outro lado, o processo de urbanização que acompanhou o desenvolvimento industrial das últimas décadas redefiniu e tornou complexo o quadro urbano nacional.

1.2. A Colonização na Amazônia Brasileira

Pode-se considerar que a prática da colonização no Brasil como uma forma planejada de proceder à ocupação de uma área e sua valorização, é um processo que vem sendo adotado, faz pelo menos dois séculos, respondendo a razões de natureza econômico-social ou político-militar.

O marco inicial da ocupação dirigida foi na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos açorianos para ocupar o litoral sul do país. A partir daí, diferentes movimentos se concretizaram. Convém mostrar que até 1930, o governo central, o provincial e os particulares promoviam no Brasil uma política que incentivava a entrada de imigrantes estrangeiros para colonizar as terras desocupadas. A partir de 1930 houve uma troca nas diretrizes dessa política que se inclinou para as nacionais, limitando a entrada dos estrangeiros, em decorrência da crise interna dos empregos (Becker, 1990:64-65).

Durante o governo dos militares instaurou-se um novo momento da colonização oficial, atendendo não só aos objetivos da ocupação do território, mas também visando os aspectos sócio-econômicos. O novo período histórico da colonização brasileira pode ser dividido em três fases:

- atender trabalhadores nacionais;
- responder política e ideologicamente às lutas sociais;
- efetivar a ocupação controlada das novas terras, principalmente na Amazônia.

Foram criados na esfera federal vários organismos, a partir de 1930, como o INDA (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola) e IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Mas é sob a administração do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), já mencionado anteriormente, que ficou a responsabilidade de promover, executar e controlar a colonização. Sob os auspícios do regime militar, a colonização vai ser precisada através do Decreto 59428, de 27/10/1996 que define:

“Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso a propriedade da terra e a promover o aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais, através da divisão de lotes ou de

parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos”.

O Estado tomou para si todas as responsabilidades de colonização dirigida, até o momento em que, desejando criar condições para a expansão do capital e a acumulação na fronteira, passou a apoiar a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo aos projetos privados e às cooperativas.

Passou o Estado a distribuir terras sob seu controle estimulando e orientando os movimentos espontâneos da população. A colonização foi uma estratégia que reteve o controle da terra dos Estados para o Governo Federal, sendo compreendida como capaz de aliviar ou solucionar as tensões demográficas em outras áreas do país, absorvendo produtores sem terras, ocupando inclusive fronteiras em locais estratégicos e ao mesmo tempo criando mão de obra local.

A região Amazônica passou por um intenso processo de ocupação nas últimas décadas e a colonização aparece como uma das formas mais significativas. Duas categorias de projetos representando aspectos diferentes de uma mesma política governamental expressam o acesso à terra via colonização: primeiro os oficiais, executados pelo governo e segundo, os de colonização, de iniciativa particular. No Brasil toda essa prática da colonização contém marcas dos acertos e desacertos econômicos e políticos que vêm acompanhados de discussões sobre seus fracassos e êxitos.

Os recentes projetos de colonização oficial iniciaram com o PIN (Programa de Integração Nacional – Decreto Lei nº 1.106 de 16/06/70). Neste programa, havia três decisões importantes: a primeira se referia à abertura de duas estradas na Amazônia – a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém; a segunda medida foi a implantação em uma faixa de terra de 10 Km de cada lado das novas estradas, de um programa de “colonização e reforma agrária”; e a terceira medida se referia à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais provenientes do desconto do imposto de renda para a aplicação do programa (Cardoso:1979:124).

Como exemplo de colonização oficial na região, temos o caso de Altamira. Mesmo que não tenha sido a primeira colonização oficial nas terras da Amazônia Legal, o PIC (Projeto de Integração e Colonização – Altamira) constituiu o principal projeto na viabilização dessa política governamental para a expansão da fronteira agrícola. Era semelhante aos demais projetos de colonização, com o objetivo de implantar um novo sistema urbano-rural em áreas demográficas vazias, seguindo as diretrizes de urbanização rural definidas pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Devido à extensão da Transamazônica, Altamira foi considerada o centro e, assim, estabeleceu-se uma sistemática de operacionalização que envolvia as organizações fundiárias e a promoção agrária, visando criar condições para a fixação dos trabalhadores rurais e suas famílias, sob o ponto de vista econômico e social (Becker, 1990:36).

Obedecendo ao padrão estabelecido para a colonização por pequenos proprietários na faixa de estrada, as terras que seriam ocupadas foram divididas em lotes (parcelas) de aproximadamente 100 ha. Esses lotes se destinavam aos colonos e, como regra geral, eram vendidos pelo INCRA com um prazo para pagamento de vinte anos.

Para permitir a interiorização do colono, da infra-estrutura e o escoamento da produção, o projeto previa a abertura de vicinais a cada 5 km na estrada principal (Miranda, 1990:38). Com relação à atividade agrícola, estava previsto o incremento dos cultivos comerciais que deveriam ser o cacau, a cana de açúcar e a pimenta negra, de acordo com as melhores áreas; Convém ressaltar que as zonas de “terra roxa” foram reservadas para a cana-de-açúcar e o cacau (Becker, 1990:38).

Já em sua base urbana, o projeto adotou três tipos – agrovila, agrópole, rurópole - formando uma hierarquia urbanística segundo a infra-estrutura social e econômica, tendo cada uma sua função específica. A agrovila era a menor unidade urbana, destinada à moradia dos colonos que, concomitantemente, possuíam um lote rural. Oferecia serviços básicos de suporte para a comunidade como escola, posto de saúde, pequeno comércio, recreação e administração. Composto-se em média de 50 famílias, os lotes rurais situados ao redor das agrovilas, obedecem às dimensões de 100 hectares e a distância dos lotes à agrovila varia de 500m a 5 km. A agrópole constituiu um pequeno centro urbano agro-industrial, cultural e administrativo de segunda grandeza destinado a dar apoio ao meio rural. Compõem-se ao redor 20 agrovilas (1.000 famílias). A rurópole é o centro principal de integração micro regional de uma comunidade rural constituída de agrópoles e agrovilas, tendo funções diversificadas, que compreendem comércio, indústria, serviço social, cultural, religioso e administrativo, para que sirvam não só à comunidade local, mas, principalmente, a sua área de influência (Becker, 1990:39).

Com base nessas diretrizes e sob o controle administrativos do INCRA, a colonização desenvolveu-se. Observamos que, a partir de 1971, o PIN (Plano de Integração Nacional), começou a concretizar o processo de colonização oficial na área de Altamira. Podemos também distinguir duas etapas, com períodos bem demarcados. A primeira etapa corresponde ao período entre 1971 e 1974, quando o Estado, através do INCRA, criou as condições para a instalação dos primeiros colonos na área. Podemos chamá-la de etapa do assentamento oficial propriamente dito. Nessa época, paralelamente à implantação das estradas, foram abertas também as vicinais, feita a demarcação dos primeiros lotes e construídos os primeiros núcleos urbanos – agrovilas e agrópoles, já descritos. Durante todo esse período foram trazidas, mediante intensa propaganda nos meios de comunicação, famílias de várias regiões do Brasil, principalmente das áreas de tensões sociais do nordeste. Coube ao INCRA não somente promover a instalação, mas também a ajuda financeira em forma de salário e distribuição de sementes para a plantação inicial.

A segunda etapa, de 1974 em diante, caracteriza-se pela caída do ritmo em que vinham sendo desenvolvidos os trabalhos de demarcação de terras e de assentamentos de colonos, principalmente, pelo fato de que a vinda dos colonos para ocupar a faixa de colonização passa a ser espontânea. O INCRA naquele momento, já não se preocupava mais em promover a vinda das pessoas. Essa diretriz refletia trocas na política governamental que, em termos da colonização dirigida, passou a privilegiar a colonização particular limitando-se a considerar os projetos já iniciados e, por outro lado, revelava que a busca de terras havia passado a capacidade de um processo seletivo

dirigido. O fluxo espontâneo dirigiu-se para a ocupação de lotes demarcados ou por demarcar: uma faixa de colonização associada a um processo de substituição natural daqueles primeiros colonos desistentes. A partir de 1976, intensificou-se o fluxo espontâneo, caracterizou-se o processo de penetração como invasão e posse. O que verificou-se, nesta fase, foi o alargamento das vicinais e o extravasamento, pela ocupação da faixa de colonização do PIC – Altamira (Becker, 1990:40-41).

Caracterizando esta etapa, a ação do “grileiro” começou a assumir relativa expansão, principalmente nas áreas mais distantes das instalações do projeto em Altamira. Convém mostrar que os “grileiros” são agentes que, para obter extensões de terras, utilizam a falsificação de títulos de propriedade e de documentos de todo tipo.

As colonizações desenvolvidas no Estado de Mato Grosso, de caráter particular, não tinham somente como objetivo a atividade extrativa e a venda especulativa de terras, mas o desenvolvimento de projetos de ocupação, representando investimentos a longo prazo relacionados com o controle do mercado de terras e de produção agrícola. Desta forma, as empresas colonizadoras buscaram não só as terras favoráveis, mas assumiram as responsabilidades, inclusive com as obras de infra-estrutura.

Considerando que os planos de colonização ainda que não configuraram uma efetiva ocupação produtiva das terras, propiciaram a ocupação da região e constituíram a forma responsável pelo desenvolvimento do processo de desenvolvimento local, contribuindo para que trocas e realidades novas sejam forjadas no espaço amazônico. Neste intuito a colonização dirigida, a particular, ou a oficial não é um absoluto fracasso, como os colonizadores acreditavam, mas tampouco não representam o sucesso por muitos motivos apontados. É entre essas duas situações extremas que aparecem materializadas no espaço da fronteira as relações que se processam via colonização.

Não podemos deixar de abordar que ao lado da política de colonização na Amazônia o governo dispôs de uma política de estradas para a ocupação da imensa área. Retrocedendo, podemos afirmar que o primeiro projeto de impacto para penetração na selva amazônica foi a Belém-Brasília, já citada, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e é o marco do novo período de ocupação da Amazônia. Essa estrada contribuiu para ampliar o fluxo de migratório em direção à região.

Não obstante, foi a Transamazônica a via de penetração mais importante da política de estradas, projetada e executada como estrada transversal que cruzaria toda a região, considerada a maior obra posta em prática para penetrar por terra a selva amazônica, em um trajeto de mais de 6 mil km, fazendo a união do nordeste (saindo de Picos - Piauí e do Estado do Maranhão, onde se encontra com a Belém-Brasília), Pará, Amazonas, Acre e fronteira com o Peru.

Considerações Finais

Podemos concluir que a filosofia de desenvolvimento para a Amazônia, nesse período, necessitava de uma compreensão maior de sua realidade geográfica, política e sócio-econômica.

As políticas governamentais, abordadas nesse artigo, tentaram mudar o quadro sócio-econômico da região, região que era vista como um problema nacional, pela sua difícil ocupação e integração física e econômica ao resto do país. No entanto, as políticas públicas implementadas produziram alterações no padrão de ocupação humana, quando observamos a reestruturação do espaço associado à integração físico-territorial com as demais regiões brasileiras, bem como as mudanças sócio-econômicas. Enfatizamos, ainda, que, para alguns amazonólogos, a forma de colonização aplicada pelo INCRA, gerou uma série de conflitos pela terra, em função da forma desordenada com que foi conduzida.

A intensificação do fluxo migratório excede a capacidade de assentamento do órgão responsável, havendo uma disputa pelo território, em busca dos recursos naturais, ou seja, uma disputa pelo acesso a essa riqueza e à terra, consequentemente.

É mister salientar que existem projetos que fazem parte dessa estratégia de integração que, na verdade, abre a economia e o território aos grandes interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais.

Finalizando, podemos dizer que os paradigmas de desenvolvimento para a região amazônica são questões mais profícuas. A partir do momento que observamos a sua biodiversidade, urgimos por um modelo de desenvolvimento sustentável, a fim de promover a base do progresso regional e a preservação do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1980. (Série Princípios).
- _____. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 1990.
- BRASIL. *Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-70*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968.
- _____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- _____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1974.
- _____. *III Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1979.
- CARDOSO, Fernando H. e G. MULLER. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FREITAS, Luiz Aimerê. *Políticas Públicas e Administrativas dos Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: Boa Vista, 1991.
- GOMES, Angela Castro (org.). *O Brasil de J.K.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- LOUREIRO, Antônio. *Amazônia. 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982.
- MATTOS, Carlos M. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- MIRANDA, Neto. *O Enigma da Amazônia: desafio ao futuro*. Belém: CEJUP, 1981.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não Entregar*. São Paulo: Papyrus, 191. (Série Educando).
- _____. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papyrus, 1987.
- SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (coleção documentos brasileiros).
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo da Tancredo - 1964/1983*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- SUDAM. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- _____. *I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1964-1971)*. Belém, 1967.
- _____. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia(1975-1979)*. Belém, 1975.
- _____. *III Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1984)*. Belém, 1979.
- _____. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia(1991-1993)*. Belém, 1991.

Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil

ANA LIA FARIAS VALE*
LUIS CRUZ LIMA**
MARIA GEOVANI BONFIM***

A história do Brasil está fortemente marcada pelo fenômeno da migração, inicialmente, pelo fator colonização e, mais recentemente, pelo deslocamento interno, em que cada ciclo econômico trouxe consigo um fluxo migratório. A partir de 1930, as migrações internas começaram a desempenhar um papel de destaque na recomposição espacial da população.

Os movimentos migratórios têm sido abordados, sobretudo, em análises de tipo demográfico, com objetivo central de quantificar o volume, a origem e o destino das migrações e de desenvolver procedimentos metodológicos para realizar as respectivas quantificações. Portanto, é indispensável a elaboração de um conjunto de hipóteses de trabalho que relacionem, sob um ponto de vista estrutural, os volumes migratórios ao grau e ao tipo de desenvolvimento da área analisada e que contemplem as ilustrações ocorridas na economia e as desigualdades regionais. Isto permitiria analisar os volumes migratórios em relação às características contextuais da área estudada, tanto no momento atual como numa perspectiva histórica, com o objetivo de explicar o “porquê” das variações ocorrido temporal e espacialmente.

A distância percorrida pelos migrantes é um conceito relativo pois, ao se trabalhar com unidades estaduais que têm extensões diferentes, não é possível admitir a mesma como medida estatística do fenômeno, pois a distância depende do preço do transporte e do tempo requerido para cobri-la. Isto significa que, com a ampliação dos meios de comunicação e de circulação, há mais facilidades para os movimentos migratórios; a distância torna-se, então, menos importante como conceito analítico. Deve-se, também, considerar os diferentes tipos de migração.

São necessárias pesquisas que fomentem elementos para estabelecer quais os tipos de migrações que predominam em determinada região: rural-rural, urbano-urbano ou rural-urbano. É possível que prevaleçam, para cada um desses tipos, causas e conseqüências próprias, isto é, deve haver causas e conseqüências agregadas às características estruturais da região que condicionam os fluxos migratórios.

O número de migrantes, de década a década, aumenta em ritmo muito maior

* Mestre em Geografia, Professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima

** Doutor em Geografia, Professor do Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual do Ceará

*** Especialista em Educação Ambiental, Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima.

que o crescimento da população no Brasil. A tabela 1 comprova essa afirmação. Enquanto a população, na década de 1940-80 aumentou em 189%, o número de migrantes, no mesmo período, aumentou em 1.076%.

A tecnologia desenvolvida nas últimas décadas, a facilidade de trânsito entre os espaços e o aumento da renda *per capita* aumentaram o volume da migração num ritmo mais acelerado do que o número da população, que teve fatores que incentivaram sua redução através dos órgãos públicos, com disseminação em massa do controle da natalidade.

A população se desloca com freqüência surpreendente, no entanto, o fenômeno migratório não acontece apenas de uma região para outra (migração inter-regional), mas também no interior de uma mesma região (migração intra-regional). Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento.

Estabelece-se o seguinte esquema: o Brasil é país periférico e dependente dos grandes centros econômicos dos países centrais; no interior do país, algumas regiões permanecem em seu papel de depósito de mão-de-obra para os pólos industriais; a região por sua vez, desenvolve o mesmo círculo, mantendo, ao mesmo tempo, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, umas subordinadas às outras. Repete-se, deste modo, o esquema da dependência que perpassa os países, as regiões e até os próprios municípios. Dependendo dos interesses do capitalismo, os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra necessária aos chamados *projetos*.

Tabela 1
Evolução do Número de Migrantes
Brasil: 1940 / 1980 (milhões)

Década	Migração Interna (milhões)	População Brasileira	Migração interna pop. Brasileira %
1940	3,4	41.165.289	8,5
1950	5,2	51.941.767	10,3
1960	12,5	70.070.457	18,2
1970	29,5	93.139.037	31,7
1980	40,0	119.070.865	33,6

Fonte: CEM (Centro de Estudos Migratórios), 1988.

Obs. Nos censos de 1940-50-60 migrante é conceituado como aquele que não reside no Estado onde nasceu. Já nos censos de 70-80, migrante é aquele que não reside no município onde nasceu.

As Trajetórias e os Programas de Incentivo

Para se ter idéia da inter-relação entre crescimento econômico regional, política de desenvolvimento e migrações internas é necessário identificar as variações migratórias ocorridas nas últimas décadas, o intervalo entre determinados fluxos, os fatores econômicos que a elas se acham ligados e que medidas de política os influenciaram. Quanto ao intervalo, segundo a (ONU, 1980: 1,321), pode ser definido (um ano, cinco anos, dez anos, o período intercensitário, etc.) ou indefinido (como, por exemplo, a duração da vida da população residente numa data determinada).

Segundo George Martine¹, a migração, até a década de 80, apresenta quatro características fundamentais: 1. expulsão das áreas tradicionais de migração: Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina; 2. migração para o núcleo industrial São Paulo - Rio de Janeiro, a partir de 1930; 3. migração para a fronteira consolidada: Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul - nas décadas de 40, 50 e 60; e 4. migração para a fronteira em expansão: Região Norte, como um todo, e Mato Grosso, com início na década de 70.

Pode-se acrescentar nessa colocação de Martine que, nos últimos anos, segue-se o roteiro de uma migração de retorno das áreas de fronteira consolidada e uma forte corrente das áreas metropolitanas para as cidades médias.

Dentro do Nordeste, pode-se distinguir cinco roteiros migratórios: o que se dirige às regiões metropolitanas; aquele que é formado pelos trabalhadores que migram atrás das safras agrícolas; o roteiro que toma a direção das cidades médias do interior; os que migram para outras regiões do País, e finalmente, os que migram dentro da própria Região.

Por ser de interesse maior da pesquisa, a Região Nordeste será mais trabalhada no capítulo seguinte, em que se faz um levantamento da historicidade da migração nordestina.

Na Região Sudeste, o número de pessoas que migram dentro da própria Região é superior ao número daqueles que ultrapassam suas fronteiras. Os fatores responsáveis por essa característica são: o grande número de migrantes que se deslocam de Minas Gerais para São Paulo, os que trocam o interior de São Paulo pela metrópole e os que migram de um município para outro dentro do próprio Estado.

Em décadas anteriores a 1970, na Região Sul, havia forte migração intra-regional, devido à ocupação da fronteira agrícola do Paraná, que atraiu colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A partir de 1980, a Região começa a expulsar, sendo o Paraná novamente o principal responsável, mas, dentro da própria Região, permanece uma forte migração, que se dirige às áreas metropolitanas e às cidades médias do interior desses Estados.

¹ Estas características estão baseadas na classificação feita por George Martine em "Tendências gerais do movimento migratório no Brasil": São Paulo, palestra proferida no Encontro dos CEMs (Centros de Estudos Migratórios), de 1 a 8 de julho de 1984.

No Centro-Oeste prevalece a migração inter-regional, pois essa Região caracteriza-se como área que “libera” grande número de pessoas, embora já tenha sido absorvedora. Isso porque ela passou de fronteira agrícola em expansão para fronteira agrícola consolidada, exceto Mato Grosso. Há ainda fortes deslocamentos populacionais com destino às capitais e aos municípios vizinhos. É uma Região caracterizada como uma espécie de “corredor”, ligando o sul ao norte e constituindo rota quase obrigatória, para o desbravamento de novas terras.

O Norte do País, apesar de ser Região de povoamento recente, também apresenta grande número de migrantes saindo para outras regiões, evidenciando que não apenas fronteiras agrícolas antigas, mas também as fronteiras agrícolas em expansão são incapazes de fixar o homem à terra. Nesta Região, ao lado da expulsão do homem da terra, há uma urbanização recente e precoce que repete todos os vícios das velhas metrópoles brasileiras.

1930 e 1940: Início de uma Longa Trajetória de Mobilidade

A distribuição da população sobre o território anterior a 1930 refletia características irregulares, onde a vida econômica se concentrava, em certos pontos ou regiões, com base em determinados ciclos econômicos (café, açúcar, cacau, borracha). A distribuição da população refletia as características destes ciclos que, voltados para o exterior, não promoviam a integração econômica, não estimulavam trocas populacionais e, em consequência, a migração era escassa.

Com a crise econômica mundial de 1929, dois tipos de movimentos foram gerados: uma parcela da população dirigiu-se para as fronteiras internas - ocupando o interior - e a outra, para as cidades (Martine, 1994:42). Esses dois movimentos perpetuaram-se e intensificaram-se. Nesse período (essas medidas perduraram de 1930 a 1950), o Estado atuou em dois sentidos contraditórios: de um lado, as políticas da abertura de novas fronteiras e da ocupação do interior, no Paraná e no Centro-Oeste, de outro, as políticas favorecendo a concentração, com programas sociais dirigidos às cidades de maior crescimento com políticas de industrialização que beneficiaram o eixo Rio-São Paulo, particularmente durante a Segunda Guerra Mundial (figura 1.A).

Figura 1
Rotas migratórias no Brasil



Dessa forma, Rio de Janeiro, São Paulo e os Estados da Região Sul predominaram como as principais áreas de imigração, tendo os Estados do Leste e da parte Meridional do Nordeste apresentados emigração significativa. Quanto aos Estados Setentrionais do Nordeste (de Pernambuco para o norte) não se registrou, durante esse período, emigração de monta, tendo, em alguns casos, até mesmo ocorrido imigração.

Segundo Graham & Holanda Filho (1980:2,743), esta situação continuou na década de quarenta, embora tenha passado a prevalecer um ritmo crescente de emigração em todo o Nordeste e em boa parte dos Estados do Leste. O Estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro continuaram a absorver número significativo de imigrantes, enquanto o Paraná, refletindo a forte atração exercida pela cultura do café sobre a migração rural-rural, começou a se destacar como zona de fronteira importante para os fluxos migratórios inter-regionais.

Na Amazônia, como relata Benchimol (1999), a ação política do Governo Federal se fez mais atuante, através de novos instrumentos de ação, planejamentos e

incentivos, como: a criação de inúmeras agências e instituições na década dos anos 40², o Banco de Crédito da Borracina (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), Instituto Agrônomo do Norte (IAN), Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). Foram criados também os Territórios Federais de Guaporé (hoje Estado de Rondônia), do Rio Branco (atual Estado de Roraima) e do Amapá (Estado do Amapá), em 1943, reiniciando assim, a reorganização política do espaço amazônico, que havia sido interrompida desde 1850, com a criação da Província do Amazonas e retomado em 1904 com o Território Federal do Acre.

Anos da Década de 1950: A Marcha Para o Oeste

Nos anos cinqüenta, segundo Graham & Holanda Filho (1980:2, 745,) o maior fluxo migratório já registrado no país, verificam-se dois fluxos principais: o primeiro, do Nordeste para a fronteira agrícola (Região Centro - Oeste e Paraná) e para o eixo industrial Rio de Janeiro - São Paulo; e o segundo, ainda mais acentuado, da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul. Além desses dois intensos fluxos, foi verificado um fluxo dentro da própria Região Nordeste em direção ao Maranhão, outro da Região Sudeste com destino ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul e, ainda, um fluxo tradicional de Minas Gerais para São Paulo (figura 2.B).

No Sudeste, no início da década, aumenta o êxodo rural para as áreas metropolitanas da própria Região. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, dado o baixo contingente populacional, teve participações pequenas no fluxo total de migrantes rurais brasileiros. O êxodo rural da Região Sul, nos anos 50 (boa parte intra-regional), corresponde a uma pequena parte dos migrantes rurais do Brasil.

Segundo Camarano; Abramovay (1998:310), na década de 50, a migração era rural, da qual boa parte vinha do Nordeste³. Foi um período de maior migração inter-regional. A construção da BR Belém-Brasília, a construção da nova Capital Federal, as grandes migrações para as áreas metropolitanas, as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste brasileiro, estão entre as principais explicações do fenômeno.

Com o objetivo de amparar a população móvel, a solução encontrada pelo governo foi direcioná-los para uma região com grande vazio demográfico, reforçando um processo de integração da Amazônia ao resto do País. Para Benchimol (op. cit.), alguns projetos criados pelo governo surgem na Amazônia como: Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Instituto Nacio

² Em decorrência dos Acordos de Washington de 1942, por ocasião da II Grande Guerra.

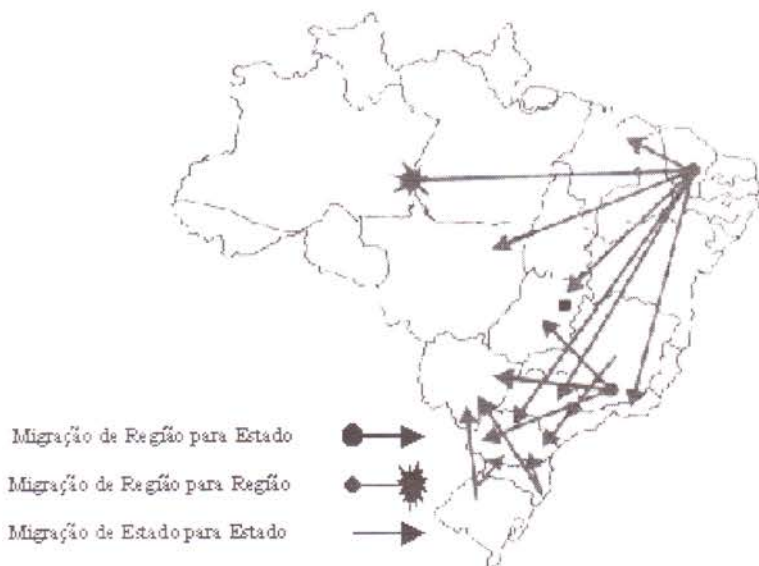
³ Esta estimativa deve ser vista com cautela, dado que o seu resultado é obtido através da comparação dos Censos de 1950 e de 1960. O Censo de 1960 apresentou vários problemas e na sua publicação, feita apenas a partir de 1976, não se encontram todas as informações.

nal de Pesquisas da Amazônia (INPA), Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), Companhia de Eletricidade do Pará (CELPA), Banco do Estado do Amazonas (BEA), Banco do Estado do Pará (BEP) e outros bancos dos estados e territórios da Região, além do Comando Militar da Amazônia (CMA), que passa a ter papel decisivo na construção dos eixos rodoviários de integração nacional nas décadas seguintes.

Figura 2
Rotas Migratórias no Brasil

1960: Declínio dos Fluxos

B. DÉCADAS DE 1950 e 1960



Na década de sessenta, ocorreu a primeira grande inflexão nas tendências históricas quando as taxas de emigração passaram a apresentar nitido declínio nos Estados do Nordeste e incrementos nos Estados do Leste. Registrou-se, também, ligeiro arrefecimento da migração para São Paulo, declínio um pouco maior do que o orientado para o Rio de Janeiro, e redução drástica dos fluxos para o Paraná;

Goiás e Mato Grosso mantiveram as altas taxas migratórias do decênio anterior.

Nesse período, apenas o Nordeste apresentou migração rural expressiva (inferior à década anterior). As políticas de incentivos fiscais adotadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE⁴), a redução das secas (período de chuvas no Nordeste) e a redução das oportunidades de trabalho derivadas tanto da erradicação dos cafezais no Sul, como do menor crescimento econômico nacional e da inexistência de grandes obras como as da década anterior, contribuem para explicar este momento único de menor nível migratório do Nordeste. A partir de então, como na década anterior, “o migrante rural brasileiro será antes de tudo um nordestino”.

O processo de institucionalização de agências e os programas brasileiros na Amazônia continuariam a sua marcha com a modificação e correção dos rumos da política da década anterior, ou com a criação de novos órgãos ou projetos a nível federal e estadual como: transformação da antiga SPVEA na nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) para Banco da Amazônia; criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA⁵); Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), responsável pelos programas de plantação de borracha que iriam se expandir nas décadas subseqüentes nos projetos do Programa da Borracha (PROBOR I, II e III); criação, instalação ou consolidação das Universidades do Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá e a implantação de comissões estaduais de planejamento e desenvolvimento.

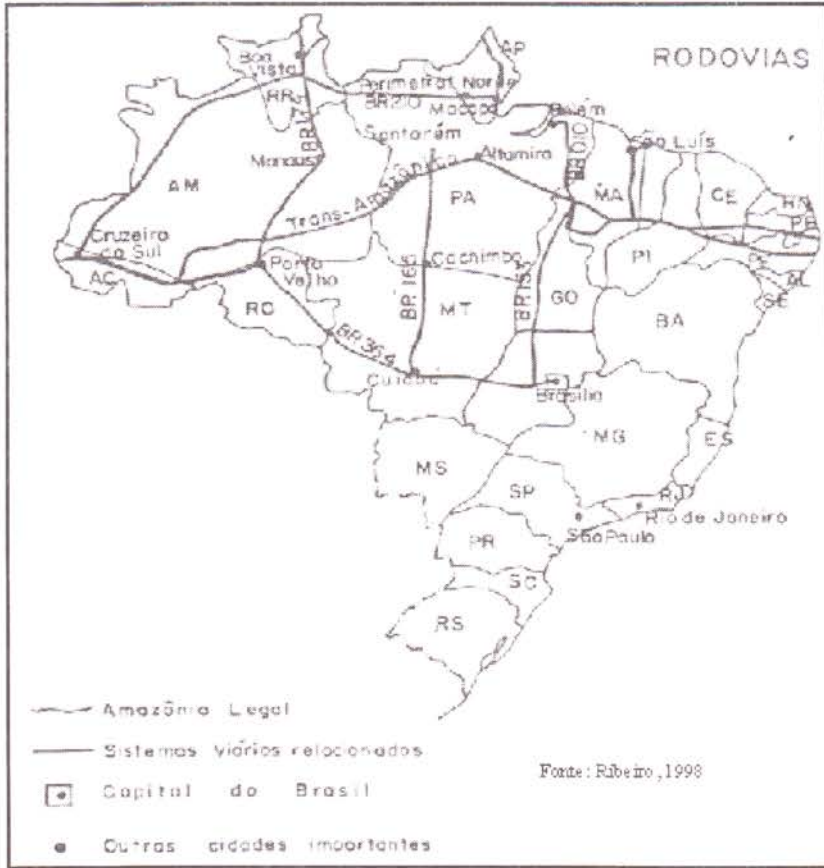
Foi também durante essa década, após a mudança da capital federal para Brasília em 1959, na administração do Presidente Juscelino Kubitschek, que se iniciaram os grandes projetos dos eixos rodoviários de integração da Amazônia com o restante do País. Em consequência, o governo federal passou a dar prioridade para as interligações regionais com a nova capital federal, daí nascendo o eixo rodoviário Belém - Brasília (BR-010), a Cuiabá - Santarém (BR-163) e a Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco (BR-364), proporcionando, pela primeira vez, a interligação da Região Amazônica, por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Oeste (figura 3).

⁴ Extinta juntamente com a SUDAM no dia 01/05/2001

⁵ Com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, criou-se um novo pólo industrial que conseguiu atraí, através de incentivos fiscais, cerca de quinhentas empresas de grande e médio porte, que faturaram no ano de 1996 US\$ 13,2 bilhões.

Figura 3
Vias de Acesso Rodoviário à Amazônia

março, 11-24, 1997.



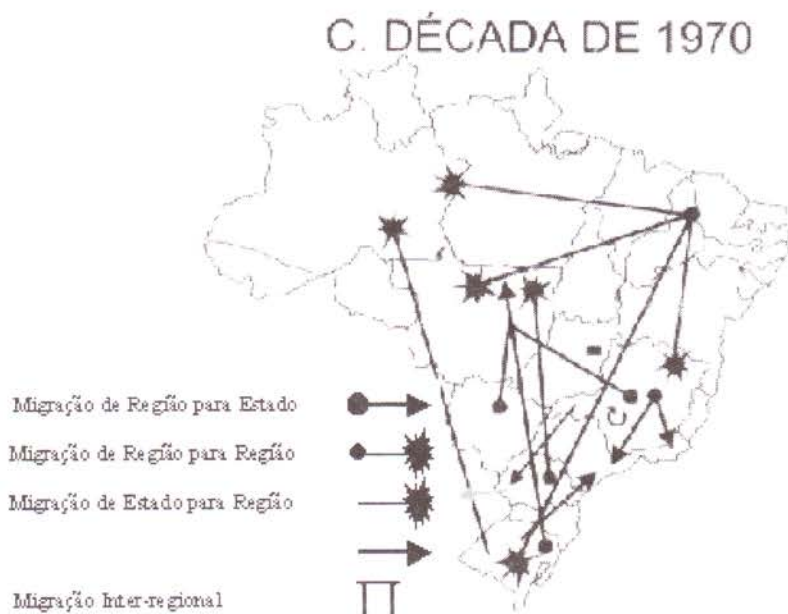
1970: As Luzes da Cidade Brilham...

Essa década foi o período em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros era do Sudeste. Camarano e Abramovay (1998:315) relatam que mais da metade de toda a migração rural nacional ocorreu nessa Região, resultando na grande desruralização do Sudeste.

Martine (1992) atribui esse movimento às mudanças técnicas ocorridas na agricultura da Região (sobretudo São Paulo), bem como a erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das "colônias" de fazendas que contribuíram para o impressionante movimento populacional do Sudeste. O resultado é que, apesar da alta taxa de fecundidade, observou-se uma redução absoluta da população rural regional, contrariamente às outras áreas do País onde a população continuou a crescer.

Segundo o CEM (1988), Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul trocam seu papel de áreas receptoras e passam a expulsar migrantes, destacando-se três fluxos migratórios: primeiro, a ocupação da fronteira agrícola da Região Sul, Centro - Oeste, Sudeste e Mato Grosso; segundo, a migração para o núcleo industrial, além do tradicional fluxo de Minas Gerais e do Nordeste, acrescidos da migração do Paraná, sobretudo para São Paulo; e, em terceiro, a migração de fronteira: fluxo que parte do Paraná e se dirige ao Paraguai; são, contudo, migrantes originários da Região Nordeste, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (figura 4.C).

Figura 4
Rotas migratórias no Brasil



Na Região Centro-Oeste, o fluxo rural/urbano (menor quantidade em relação à década anterior) é consequência da mecanização (aliás, subsidiada) da pecuarização e da continuidade da dissolução das colônias de fazenda, associadas a um mercado de trabalho urbano em expansão, provocando mais fluxos. Ressalte-se que nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura.

O êxodo rural no Nordeste pode estar influenciado pelos mesmos fatores, mas relaciona-se, antes de tudo, com a expulsão generalizada de "moradores" dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante a época do milagre econômico.

Quase metade da população rural que residia na Região Sul do Brasil, no início da década, sai do campo. Neste período, a população rural tem uma redução e os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são, certamente, a razão principal do êxodo.

Além disso, numa região em que é importante o peso social da agricultura familiar, as taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzam significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria Região para aqueles que vão continuar na profissão dos pais. Assim, com a fronteira agrícola da Região Sul já totalmente ocupada, a Região Amazônica começa a representar para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina o que o oeste destes Estados representou anteriormente para seus pais vindos do Rio Grande do Sul.

Para Martine (1994), a migração desse período, além da forte corrente para as regiões metropolitanas do Brasil, teve também um significativo fluxo para a fronteira agrícola da Região Amazônica, estimulada por ações governamentais, visando organizar a ocupação do território via colonização dirigida, com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) pelo Dec. lei nº 1106, de 1970. Os objetivos e os resultados deste programa, lançado em 1970, apesar de ineficaz no assentamento definitivo dos milhares de colonos que se dirigiram para a Amazônia, estimularam a migração de um grande número de pessoas que se estabeleceram na Região, resultando na incorporação definitiva da Amazônia à vida nacional.

O impacto da política do PIN iria continuar na década dos anos 70, quando o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) estabeleceu como objetivo nacional a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste. Isto foi iniciado na década anterior, sem muita consolidação, através da construção da Transamazônica (BR-230) da BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, e da BR-174 unindo Manaus a Boa Vista, e do programa de colonização e assentamento do INCRA para Rondônia, bem como da política de incentivos fiscais que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), em ação paralela à instituição do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo, na forma do Dec. lei nº 1376, de 1974.

É nessa década que são lançados o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) pelo Dec. Lei nº 1178 de 1971, Projeto RADAM para proceder ao mapeamento aerofotográfico e inventários dos recursos naturais e minerais da Região, complementado pela nova tecnologia do sensoriamento remoto, além de grandes investimentos no campo das telecomunicações e a construção da rede de aeroportos.

A SUDAM estava concentrando seus recursos e a aplicação de seus incentivos em determinadas áreas amazônicas; depois o Governo Federal mudou a estratégia de desenvolvimento, através do Decreto Lei nº 74.607, de 1974, instituindo o programa conhecido como Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que criou 15 pólos de desenvolvimento regional (áreas do Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó). Mais tarde, o governo acrescentou novos programas com a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais do Nordeste do Pará (PRONOPAR) para a recuperação do nordeste paraense; do Programa de Pólos

Agropecuários e Agrominerais do Médio Amazonas (PROMAM), para a Região do médio Amazonas e, na área da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Programa de Desenvolvimento do Noroeste da Amazônia (POLONOROESTE), direcionado às populações da Rodovia Cuiabá - Porto Velho, ao longo da BR-364, programa precursor na política de interiorização do desenvolvimento nos anos subseqüentes.

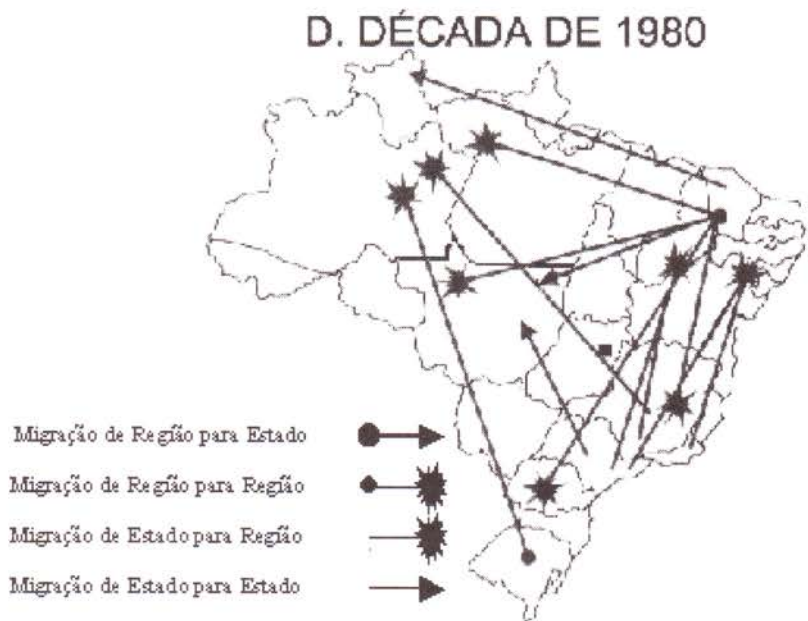
A partir de então, atraídos pelos programas, começam a chegar os chamados “gaúchos”, fundamentais na ocupação Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do País durante os anos 1970 e 1980, transformando-as em zonas de crescimento da população rural. O saldo migratório líquido regional norte é positivo neste período e a população rural aumenta.

Durante os anos setenta, o Centro-Oeste passa por importante processo de expulsão de população rural, todavia pouco expressivo nacionalmente. A população rural, contrariamente ao que ocorreu na década anterior, já começa a reduzir-se em termos absolutos, acentuando-se durante os anos 80 (a década da desruralização do Centro-Oeste).

1980: As Cidades Médias Atraem

Na década de 80, destacam-se, entre outros fluxos, aqueles em direção às fronteiras agrícolas, principalmente a Região Norte, com o garimpo “oficializado” através das empresas minerais, além da mudança dos Territórios Federais para Estado (Roraima, Amapá) e a criação do Estado do Tocantins, com migrantes não só do Nordeste, mas de todas as regiões. Os fluxos contínuos, para a Região Sudeste no Pólo Industrial São Paulo/Rio, não deixam de existir, mas percebe-se um fluxo de retorno desta área à Região Nordeste e a Minas Gerais (figura 5.D).

Figura 5
Rotas Migratórias no Brasil



A crise social prolongada vivida pelo Brasil nos anos oitenta parece ter contestado a lógica que tradicionalmente correlacionava movimentos migratórios e dinâmicos espacial do mercado de trabalho. A estagnação econômica, difundida por todo o País teria, para muitos, levado a uma redução das migrações inter-regionais e à multiplicação de deslocamentos de curta distância.

Segundo Martine (1995), áreas tradicionalmente associadas à expulsão de migrantes, como Minas Gerais e o Nordeste, passaram a ter movimentos de retorno, enquanto as grandes metrópoles perderam grande parte de sua capacidade de crescimento às custas da migração. O núcleo metropolitano do Rio de Janeiro e São Paulo teve um crescimento demográfico inferior à média do crescimento da população do País. Mesmo com a migração de retorno para o Nordeste, este apresentou um declínio absoluto no número de habitantes.

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste (e que determinou a importância da Região na oferta nacional de grãos) respon

de, em grande parte, ao nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado (estimulada pela pesquisa agrícola e pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) junta-se à tradição pecuária para construir um rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de-obra. Nesse período, metade da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração. Em termos absolutos essa população era pequena e o impacto, no total nacional de migrações, foi baixo.

Através da migração líquida inter-regional⁶ constatou-se uma redução no êxodo rural, dos anos 70 para os anos 80, além de uma redução na emigração regional. A grande mudança com relação à década anterior é que o êxodo rural adquiriu um caráter predominantemente inter e intra-regional se concentrando mais nas cidades de pequeno e médio porte, deixando de ser uma migração predominantemente da classe baixa para envolver desde a classe média (que se refugia da população e da violência) aos profissionais liberais, aos estudantes até a população idosa que, depois de aposentada retorna a seu lugar de preferência, geralmente mais distante das grandes aglomerações.

As transformações tecnológicas que trazem impactos significativos em termos territoriais redirecionam os movimentos populacionais: “hoje o espaço se sobrepõe (simultaneidade valorizando os lugares) e não mais se justapõe” (Souza, 1995). Este dinamismo regional vem delineando uma nova territorialidade, marcada por intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis de algumas áreas.

Para Baeninger (1998), os impactos territoriais emergentes emprestam novas características ao processo de urbanização, aos movimentos migratórios, à reorganização espacial da população e definem novas atribuições às grandes concentrações metropolitanas (processo de desconcentração) e aos pólos regionais (melhoramento, extensão e duplicação das principais rodovias).

Não obstante, as metrópoles permanecem sendo focos de complexas redes de itinerários de migrantes que se conectam com áreas de expulsão e com áreas às quais os migrantes se dirigem após passar por essas grandes aglomerações; ou seja, a desconcentração das atividades produtivas que têm marcado tais centros não eliminou sua função de ponto de passagem - apenas reduziu a retenção dos fluxos.

Ao contrário da tese de Martine, mencionado nos parágrafos acima, Póvoa-Neto (1997) assegura que os movimentos migratórios não estariam simplesmente reduzindo as distâncias percorridas, mas, sim, apoiando-se cada vez mais nas redes (que

⁶ Qualquer definição que se adote, os dados que se reportam à totalidade dos deslocamentos ou à totalidade dos migrantes referem-se à *migração bruta*. Para uma área determinada, a soma da imigração e da emigração internas constitui o *movimento migratório*. A expressão *migração líquida* refere-se ao saldo dos deslocamentos havidos em direções opostas, isto é, à diferença entre a imigração e a emigração internas. Se a imigração interna for maior do que a emigração interna, o ganho líquido da população da área classificar-se-á como imigração interna líquida e terá sinal positivo; em caso contrário, haverá emigração interna líquida, precedida de sinal negativo. Contudo, tal relação somente acontecerá, se forem incluídos os deslocamentos dos indivíduos que faleceram e se forem incluídos.

contribuiu para detectar a intensidade dos fluxos migratórios) e diminuindo os períodos de permanências, o que dificultaria a sua detecção pelos recenseamentos.

Políticas de controle dos deslocamentos populacionais se tornam comuns no país, paralelas à intermitência dos fluxos migratórios e à fluidez do mercado de trabalho. As cidades médias do Centro-Sul, a partir dessa década, começam a ter um crescimento demográfico e econômico acima da média nacional e passam a impor aos migrantes regras semelhantes às que os países centrais impõem a imigrantes estrangeiros.

Póvoa-Neto (op. cit.) relata que “ações policiais atuam como assistentes sociais das prefeituras, com entrega de passagens de volta aos indesejáveis, tendo como justificativa a inexistência local de trabalho”. Isto exemplifica bem a política de controle sobre os trabalhadores, que em determinados momentos mudam as direções dos fluxos, ora atraindo-os, ora afastando-os e redirecionando-os às novas rotas. Assim, o trabalho sempre está presente para indicar que o migrante pode ser encarado tanto como elemento produtivo, como excedente.

Enfim, modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades: intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas, as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção, a composição e o sentido dos fluxos migratórios nessa década.

A Amazônia Cresce com a Crise dos Anos 80

Segundo Martine (1994), na década de 80, a Região Amazônia apresentou a taxa de crescimento mais elevada do país e, pela primeira vez na história, seu aumento populacional absoluto foi maior que o das Regiões Sul e Centro-Oeste. Também foi a única a apresentar um crescimento significativo na sua área rural devido à migração acelerada em direção à fronteira agrícola, particularmente para os Estados de Rondônia e Pará, motivado tanto pela modernização concentradora nos lugares de origem da migração como pelas promessas e realizações do Estado na região.

A base demográfica menor dessa região faz com que fluxos migratórios relativamente reduzidos resultem numa taxa de crescimento demográfico bastante elevado. Estes fluxos tendiam a crescer ano a ano, apoiados na vontade do governo militar de ocupar a Região.

Para Martine (op. cit.) foi a partir de 1986 que a atração migratória da fronteira agrícola praticamente cessou. Concorreram para isso vários fatores: o fim do POLONOROESTE e de outros subsídios à agricultura na Amazônia; as dificuldades inerentes ao desenvolvimento econômico da Região; a ausência de soluções tecnológicas para a agricultura; as mudanças nas políticas de preço mínimo e de transportes, no intuito de fortalecer os mecanismos de “mercado”; o custo dos subsídios para a industrialização na Zona Franca de Manaus; o protesto nacional e internacional contra as políticas públicas que favoreciam o desmatamento amazônico e outros fatores correlacionados.

Na década de 80, na medida em que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil

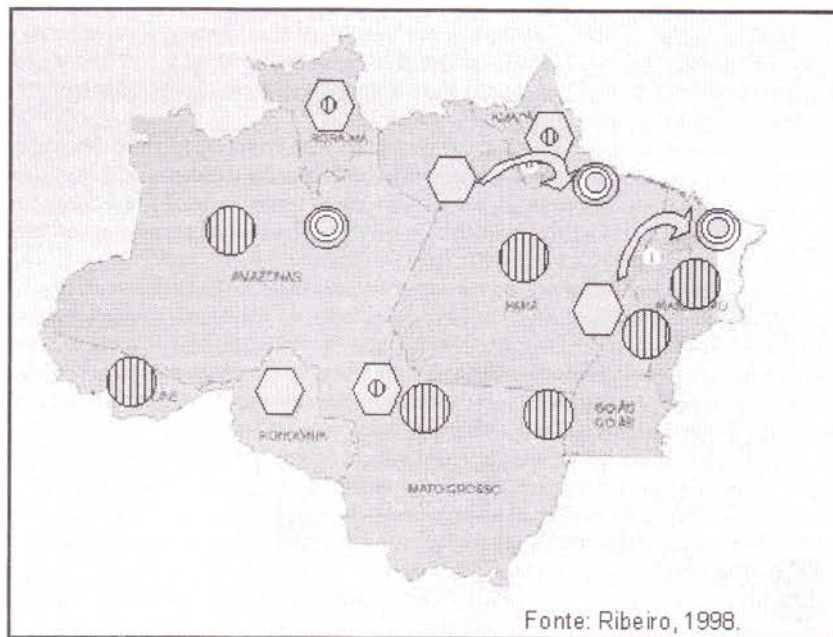
através dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, inúmeros projetos foram implantados no setor de mineração e eletricidade: o Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce, para exploração da bauxita; o Projeto Grande Carajás, para exploração de minério de ferro, compreendendo o complexo mina - ferrovia - porto; o Projeto Albrás-Alunorte, em Vila do Conde, para produção de alumina e alumínio metálico; o Projeto Tucuruí, no rio Tocantins, para produção de cerca de 4 milhões de quilowatts; e o das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumá, e de Samuel, no rio Jamarí (figura 6).





Em todos os Estados da Região, mesmo os marcados por um crescimento rural intenso, o aumento da população urbana foi muito mais rápido que o da população rural, ou seja, as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rurais, conforme tinha acontecido no Paraná e na Faixa Central do País. Na realidade, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge, na década de 70 e início da década de 80, teve um forte componente de destino urbano.

Para Martine (op. cit.), esta “urbanização da fronteira” amazônica deve-se à combinação de dois fatores: primeiro, o afluxo de migrantes à Amazônia, sendo superior à capacidade de sua absorção pelas atividades agrícolas regionais, criando um excedente migratório que inchou a periferia de todas as grandes e médias cidades da região; segundo, o relativo dinamismo econômico da região, durante um período de crise generalizada, trouxe um amplo contingente de migrantes que se dedicaram ao garimpo, às atividades madeireiras, ao comércio, ao setor de serviços de todas as espécies, ao narcotráfico, assim como a vários tipos de atividades informais e marginais.

O grande crescimento demográfico verificado na Amazônia ao longo da década de 80 reflete, sobretudo, uma realidade já ultrapassada. As atividades econômicas mais dinâmicas da região, sejam no setor de mineração, de extração de madeira ou das indústrias da Zona Franca, realizam-se em verdadeiros “enclaves”. Assim, a migração para as regiões de fronteira têm favorecido a urbanização acelerada e já não se constitui num contraponto significativo da migração rural-urbana.

Figura 6
II Plano Nacional de Desenvolvimento:
Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia
(POLAMAZÔNIA)



-  Pólos Agropecuários e Madeireiros
-  Pólos Agrominerais
-  Pólos Urbanos
-  Complexo Mineró-Metalúrgico
Amazônia oriental (I Carajás – Itaqui / II Trombetas – Belém)

Década de 90: Nordestinos Rumo ao Norte

Com a queda da fecundidade e o êxodo rural, continua, nos anos 90, a redução da população nordestina. O êxodo rural brasileiro é um fenômeno nordestino. Na Região Sudeste e Sul, este fenômeno vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1960. Na Região Norte, que entre 1970 a 1990 atraiu mão-de-obra, durante os anos 90, assiste também à emigração rural.

A partir dessa década, a construção de hidrelétricas na Amazônia chegou ao fim, por força e pressão do movimento ambientalista mundial e nacional, o Estado passa a comprar energia elétrica da Venezuela, com a implantação de subestações energéticas na fronteira com Roraima.

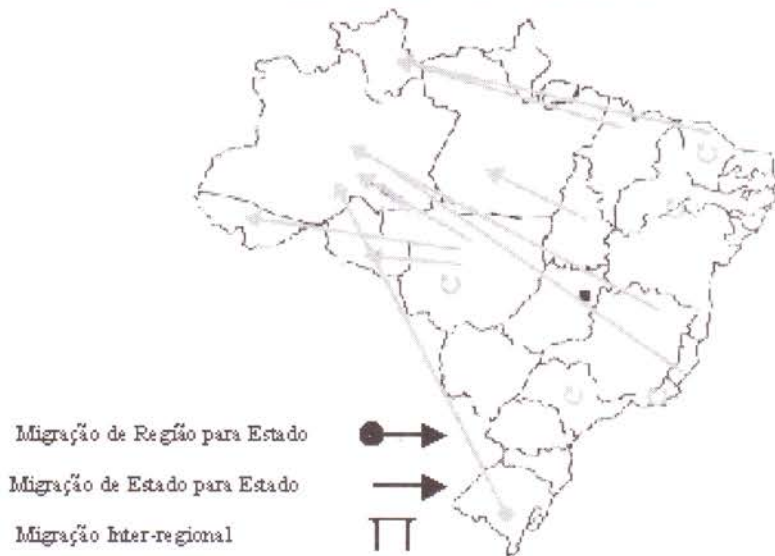
Segundo Benchimol (op. cit.), a maior parte dos projetos, quando lançados e já em operação na Amazônia, têm provocado intensa discussão acadêmica e científica em função dos impactos ecológicos sobre o meio ambiente e do estilo concentrador da renda. Por outro lado, os seus efeitos políticos já se fizeram sentir no balanço do comércio exterior com o aumento da exportação amazônica.

A implantação de projetos de colonização e assentamento agrícolas, fazendas de gado, exploração madeireira, garimpagem, construção de barragens e hidrelétricas, mineração, construção de rodovias e ferrovias, distritos industriais etc. provocam deslocamentos, que se desbordam do Centro-Sul e do Planalto Central em direção à floresta tropical chuvosa da Amazônia, proporcionando a expansão da pecuária na periferia amazônica. No setor agrícola, registrou-se grande aumento na produção de soja, milho e arroz, que está sendo escoada pela Hidrovia do Madeira e, futuramente, pelos rios Tapajós, Araguaia Tocantins, que constituem os novos corredores de exportação.

Paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos, mato-grossenses e, ainda, nordestinos, migraram para a região em busca de qualidade de vida e oportunidades de trabalho (figura 7.E). Muitos deles provêm dos estados mais desenvolvidos do Sudeste e do Sul, sobretudo, dos centros e zonas rurais de populações empobrecidas pela substituição do regime de colonato do café pela grande lavoura mecanizada da soja e do trigo, o que ocasionou o surgimento de uma grande população de trabalhadores volantes e bóias-frias.

Figura 7
Rotas migratórias no Brasil

E. DÉCADA DE 1990



Os hábitos, costumes e estilos de vida moldados na “Amazônia Nordestina” estão passando por um grande processo cultural de adaptação, mudança e transformação com a chegada desses migrantes (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás). Nesses povoadamentos, instalam-se vilas e associações, como os Centros de Tradição Gaúcha, com as suas danças, folclore típico e hábitos, dando um novo colorido ao processo de integração regional, moldando uma nova fronteira na Amazônia.

As conseqüências desse novo processo de povoamento na Amazônia se por um lado contribuem para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineral e a criação de novos centros de produção industrial, por outro lado dão origem ao surto de muitas tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de áreas indígenas, dada à precariedade e desordem da estrutura fundiária amazônica (concentração de terra).

O impacto ecológico da devastação da floresta tornou-se crítico em muitas áreas de expansão e penetração dessa fronteira humana, especialmente nas áreas de transi

ção do cerrado para a mata densa, através da ocupação por grandes fazendas pecuárias, em função dos incentivos fiscais e colaboração financeira proporcionados pela SUDAM, na intensificação dos assentamentos de colonos e trabalhadores sem terra da reforma agrária.

O fluxo para a Amazônia não se processa apenas a nível inter-regional, mas também no sentido intra-estadual, através do êxodo rural para as pequenas vilas, na primeira fase, e para as grandes cidades, na etapa subsequente, dada a força de atração exercida pela cidade de Manaus e Belém.

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação, tanto no sentido econômico - pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas - como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos.

Os ganhos sociais associados à migração não devem servir para ignorar a existência de pobreza, ademais cumpre não esquecer que, embora os migrantes tendam a ganhar relativamente nos destinos, suas rendas freqüentemente são, em termos absolutos, baixas e seu acesso aos serviços sociais, bastante limitados.

A importância conjunta dos fluxos para a redistribuição da população, a criação de oportunidades econômicas e o incremento da produção agrícola, embora tenham incorporado regiões cada vez mais extensas, passaram a ser uma fórmula cada vez menos eficaz para resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, ou para aumentar a produção agrícola; contudo, revelam a mobilidade sem limites do brasileiro e a perseverança que tem de adaptar-se a novos espaços que lhes proporcionem qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília: 15:2: jul / dez, 67-81, 1998.
- BENCHIMOL, S. Amazônia formação social e cultural. Manaus: Valer/ Ed. Universidade do Amazonas, 1999.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinqüenta anos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IPARDES: FNUAP, 303-327, 1998.
- CEM - CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. Nordestinos. São Paulo: CEM, 1988. (Cadernos de Migração, 2).
- GRAHAM, D. H. & HOLANDA FILHO, S. B. de. As migrações inter-regionais e

urbanas, e o crescimento econômico do Brasil. Trad. José Alexandre Robatto Orrico. In: BNB. Migrações internas. Fortaleza: BNB, 2:733-758, 1980. (Original inglês).

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFONSO & SILVA (orgs.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. Federalismo no Brasil. São Paulo, FUND/UNESP, 1995.

_____. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo: ABEP, 11:1jan./jun.:40-60, 1994.

_____. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: Instituto SPN, 1992.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. Trad. José Alexandre Robatto Orrico. In: BNB. Migrações internas. Fortaleza: BNB, 1:313-353, 1980. (Tradução de: NACIONES UNIDAS, Manual VI – Métodos de medición de la migración interna).

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. Revista Experimental. São Paulo: FFLCH/USP, 2, março, 11-24, 1997.

RIBEIRO, M. A. C. A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.1, 1998. 335p. (Tese, Doutorado em Geografia).

SOUZA, M. A. A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais: relendo(sempre) Milton Santos. In: SEMINÁRIO CONTEXTO GERAL DAS MIGRAÇÕES, INTERNACIONAIS, 1995, Campinas. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Economia Social Urbana e Regional, Núcleo de Estudos de População.

Idosos em Boa Vista: Análise Social / 2000

MARIA GEOVANI BONFIM*
ANA LIA FARIAS VALE**
CRISTIANO MULLER
DAYANE NASCIMENTO
GEORGIA GRAZIELLY
ROBSON RODRIGUES***

Esta pesquisa contou com a colaboração dos alunos da Escola de Aplicação da UFRR, com o intuito de estimular a pesquisa científica, a partir do ensino fundamental e médio, e estabelecer uma base que será apenas aprimorada no ensino superior.

Dessa forma, abordando assuntos discutidos em aulas de Geografia, a situação social do idoso em Boa Vista foi um tema que gerou grande polêmica e estimulou a pesquisa. Para isto partiu-se da Política Nacional do Idoso e foram observadas as principais necessidades do idoso, os preconceitos que sofre e procurou-se esclarecer os métodos que revelam a melhoria na qualidade de vida do idoso.

Com objetivo de conhecer a situação do idoso em Boa Vista a partir da análise dos aspectos socioeconômicos, foram coletadas informações em nível de dados secundários, através de pesquisas bibliográficas e em nível de dados primários, através de entrevistas e questionários junto aos idosos de Boa Vista. O perfil foi traçado com a pretensão de num relatório final divulgar propostas, através de programas informativos que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da Terceira Idade.

Tendo o idoso como tema de estudo e de investigação, fez-se necessário, além da pesquisa bibliográfica, visitas a estabelecimentos que trabalham com idosos em todas as instâncias sociais, de maio a novembro de 2000, como: Casa do Idoso, IBGE, INSS, Bancos, Hospitais e Postos de Saúde.

Aspectos Gerais da População Idosa

As estatísticas mostram que a expectativa de vida aumenta em todo o mundo. Por aqui, os novos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

* Especialista em Educação Ambiental, Sustentabilidade e Qualidade de Vida, professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima.

** Mestre em Geografia, Professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima

*** Alunos da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima

confirmam que o Brasil envelhece. O Censo 2000 informa que nossa expectativa de vida cresceu 2,6 anos, o suficiente apenas para repor a população atual, cuja expectativa de vida dobrou de 33,7 anos, em 1900, para 68,3 em 1999 e 68,6 anos em 2000. E o IBGE revela que, dentre os 169,8 milhões de brasileiros, há 24.576 pessoas com idade superior a um século, em 1991, eram cerca de 13 mil. Essa fatia pode ser maior nas próximas décadas (IBGE, 2000 – *on line*).

Para o médico Mário Antonio Sayeg, coordenador do Núcleo de Estudos em Saúde do Idoso da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, o Brasil terá em 2020 três milhões de pessoas na faixa de 80 anos (em 2000, havia 1,8 milhão de octogenários). Mas não basta e ninguém quer, apenas ultrapassar os 80 anos e viver mal: o que se quer é viver mais e melhor.

O envelhecimento da população tornou-se uma preocupação mundial para o século XXI. No entanto, trinta anos atrás, o temor estava relacionado ao excesso de crianças e jovens, pois cada mulher tinha, em média, 5,6 filhos durante a vida. Desta forma, a população mundial dobrava a cada geração e previa-se que na virada do século, o planeta não teria recursos suficientes para alimentar a população.

Segundo o IBGE (op. cit.), a explosão populacional deixou de ser um problema, pois com a queda da taxa de fecundidade, a população vem crescendo menos. De 1991 a 2000, a taxa anual de crescimento demográfico foi de 1,64%: a mais baixa desde o censo de 1940. No final dos anos 90, segundo estimativas do IBGE, a taxa de fecundidade estava próxima a 2,2 ou 2,3 filhos por mulher em idade reprodutiva. O uso de contraceptivos em meio às mudanças nas relações familiares e a conjuntura econômica, como a crise econômica na década de 1980, tempos de quase hiperinflação, foram determinantes para a queda da fecundidade. Ao mesmo tempo, novas tecnologias agrícolas e industriais afastaram o perigo do colapso dos recursos. Assim, tem-se um novo perfil demográfico do planeta como resultado desses dois fenômenos combinados: aumento da taxa de expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade.

No Brasil, a contribuição do segmento de crianças de 0 a 14 anos no total da população caiu de 34,73%, em 1991, para 29,60% em 2000. Em contrapartida, a participação do grupo de idosos de 65 anos ou mais saiu de 4,83%, em 1991, para 5,85%, em 2000. O grupo entre 15 e 64 anos ou em idade potencialmente ativa, por sua vez, passou a corresponder a 64,55% da população total, contra 60,45% em 1991. Comparando a proporção de idosos com a de crianças, o Brasil terminou 2000 com praticamente 20 idosos para cada 100 crianças. Em 1991, essa proporção era de 13,9 idosos para 100 crianças (IBGE, op. cit.).

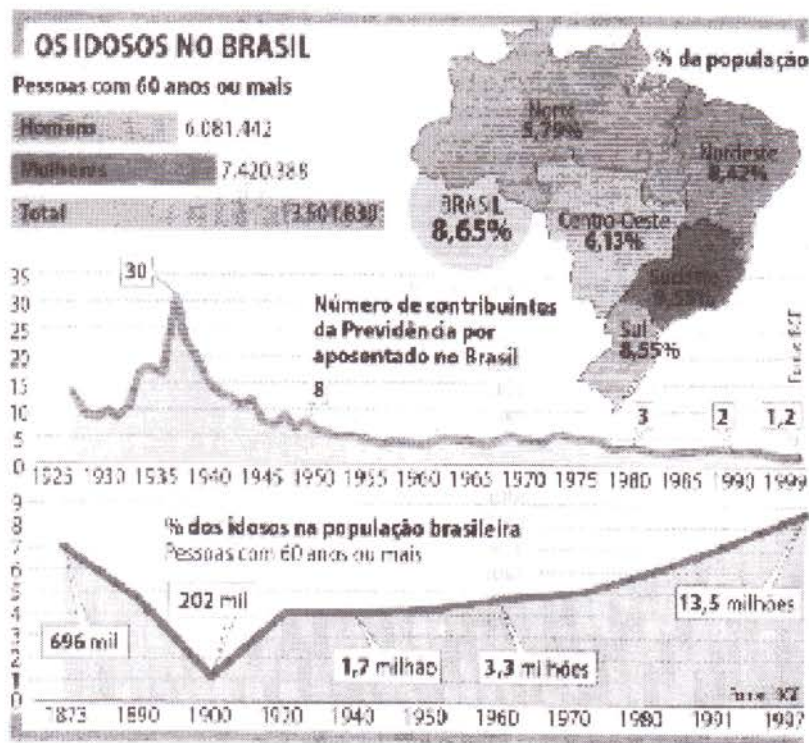
Segundo pesquisa divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo, nos países desenvolvidos, o número de pessoas com mais de 60 anos será maior do que o de crianças e adolescentes com idade de 14 anos ou menos. No Brasil, isso ocorrerá por volta de 2050, época em que um entre cinco brasileiros terá 60 anos ou mais. No entanto, mesmo a população idosa tendo aumentado nos últimos anos, o número de contribuintes da Previdência vem diminuindo drasticamente, como mostra a figura 1.

O impacto dessas mudanças é grande em vários setores. Um deles é a Previdên-

cia Social. Até a década de 60, para cada brasileiro aposentado, havia oito trabalhando; essa relação é de dois para um atualmente. Desde dezembro de 1998, a Previdência Pública adotou novas regras, como a idade mínima para se aposentar: 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. (Folha de São Paulo, 26/09/99)

A expectativa de um colapso no sistema de saúde público é um problema que precisa ser contornado. Atualmente, o gasto do setor com um idoso é cerca de três vezes maior do que uma pessoa na meia-idade. No entanto, os problemas de saúde podem ser mais facilmente resolvidos com uma maior integração dos idosos na sociedade. “Cerca de metade das doenças da velhice é ligada à desordem afetiva e aos desequilíbrios emocionais”, afirma o geriatra Clineu Almada. (Granato, 1999)

Figura 1
Situação do Idoso no Brasil



FONTE: Folha de São Paulo, 26/09/99.

Idoso, hoje, não é sinônimo de doença, pois o que indica o envelhecimento é o “grau de limitação” da pessoa diante das tarefas do cotidiano: ir ao banco, cozinhar, vestir a roupa ou tomar remédio na hora certa. O novo conceito consta da Política Nacional do Idoso, Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, adotado em 1999 pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que escreve em seu capítulo I:

CAPÍTULO I – Da finalidade:

Art. 1º A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade. (Política Nacional do Idoso, 1998)

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o critério para definir a Terceira Idade, também adotado no Brasil, é a idade: 60 anos para os países desenvolvidos e de 65 anos para os subdesenvolvidos. Também foi instituído por esta organização o Ano Internacional do Idoso - 1999 e a Organização das Nações Unidas (ONU), em 31 de dezembro de 1982, decretou o dia 1º de outubro como o Dia Internacional do Idoso (Folha de São Paulo, 26/09/99).

Essa forma discriminante de adotar critérios pela idade é de praxe: 35 anos é a idade mínima para ser eleito Presidente da República; 45 anos é a idade máxima fixada pela FIFA para aposentadoria dos juizes de futebol; 55 anos é a idade mínima para que as mulheres que ingressaram no serviço público se aposentem e 60 anos para os homens. A Constituição Federal garante, aos maiores de 65 anos, a gratuidade nos transportes coletivos. Aos 70 anos, o voto torna-se facultativo e o servidor público é obrigado a se aposentar. As financeiras não concedem empréstimos a pessoas com mais de 65 anos temendo a morte do idoso. Na Igreja Católica, 75 anos é o limite para a aposentadoria dos bispos; 80 anos é o limite para ser eleito Presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Mas um conceito diferente começa a ganhar força entre os especialistas quando o assunto é a preparação para uma velhice tranqüila: a funcionalidade do corpo. É trabalhar para que o físico funcione como deveria, mesmo com o passar dos anos. O objetivo é conseguir que a pessoa esteja apta para continuar cumprindo atividades cotidianas, como pegar objetos no chão. Essa nova abordagem está relacionada à mais recente ênfase da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o assunto. A entidade defende o chamado envelhecimento ativo. Em outras palavras, significa entrar na terceira idade (a partir dos 65 anos) com autonomia física, mental e social, que se traduz por relacionamento sadio com a família e com o mundo.

Nessa etapa da vida, para garantir um controle mínimo das ações, é fundamental que corpo e mente estejam em ordem. Essa meta pode ser alcançada com medidas que devem ser adotadas desde a infância. Os gerontologistas alertam que o homem não envelhece diferentemente do que viveu, pois ele é uma continuação daquilo que foi a vida

inteira. Felizmente, a medicina evolui e o ajuda a lidar melhor com as conseqüências do tempo. Assim, a geriatria deixou de ser uma especialidade médica preocupada apenas em tratar a terceira idade e voltou-se também a quem quer chegar bem a esta fase.

Para se ter vida longa, primeiro é necessário nascer com predisposição genética para a longevidade, ou seja, algumas pessoas têm capacidade inata para atingir 120 anos, o limite biológico do homem. Fatores ambientais, sociais e culturais determinarão a qualidade do envelhecimento. Após alguns levantamentos detectou-se que as doenças que mais abatem o homem na Terceira Idade são: câncer, depressão, diabetes, incontinência urinária, mal de Alzheimer, mal de Parkinson, osteoporose, problemas de articulação, problemas cardiocirculatorios, problemas da visão e da audição. (Folha de São Paulo, 26/09/99).

A partir da gestação haverá conseqüências que refletirão na idade alcançada. Por isso, a OMS prega que as ações em busca do envelhecimento ativo começam na barriga da mãe. Nessa fase, a gestante deve fazer pré-natal, balancear a dieta e evitar o cigarro, por exemplo. Para que o filho viva bastante, a amamentação por no mínimo quatro meses é sagrada. Além da alimentação e da atividade física compatíveis com o crescimento da criança e do adolescente, os pais não podem esquecer também da vacinação. Por volta dos 20 anos, o corpo está formado e vive seu auge. A partir daí, começa um processo de declínio. Seu ritmo dependerá da exposição a fatores de risco e da atenção a medidas preventivas, como checagem do colesterol.

As enfermidades cardiovasculares merecem cuidado especial. Elas são uma das maiores causas de morte no mundo. E para manter a saúde do coração é preciso seguir um estilo de vida saudável, com espaço para o lazer e o descanso da alma. Controlar a diabetes é outra orientação para acrescentar alguns anos ao relógio natural, observando se há tendência familiar para a doença.

Segundo os nutricionistas, muitos dos problemas que se tenta resolver na velhice deveriam receber atenção bem antes, principalmente o balanceamento dos alimentos e a substituição dos nutrientes, ainda na infância. As pessoas não querem abrir mão de prazeres (como gordura e doce), preferindo viver menos a ser comedido à mesa. Contudo a questão é: não cuidar da alimentação significa mais do que viver menos - significa viver pior.

Um das orientações dos especialistas é dar preferência aos chamados alimentos funcionais. Eles são aqueles com princípios ativos capazes de reforçar as defesas do corpo contra males como o câncer e ajudam até mesmo a combater os agentes responsáveis pelo envelhecimento. Recomenda-se ainda que a dieta tenha poucas calorias e gorduras e seja composta por carboidratos (cereais, por exemplo), proteínas (carnes e ovos) e vegetais. Desse modo, o organismo se torna menos vulnerável a doenças.

O Idoso em Boa Vista

Segundo Gomes (2000), em Roraima as pessoas com mais de 60 anos de idade representam 3,8% da população do Estado, percentual baixo se comparado a outros

estados brasileiros. Nesse Estado, o trabalho mais significativo com os idosos é realizado nos Centros Sociais, mantidos pelo governo estadual através da SETRABES (Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social), através da qual são desenvolvidas ações sociais, culturais, esportivas, recreativas, educativas e laboroterápicas, além de grupos da Terceira Idade que realizam trabalhos parecidos com os dos Centros Sociais. Existe ainda a Instituição Casa do Idoso, mais conhecida como “Casa do Vovô”, que acolhe idosos que não têm família.

Boa Vista é um lugar em que se consegue viver livre da violência e do tumulto da vida urbana, contudo existem grandes lacunas em prioridades básicas do homem. A saúde é a mais crítica, pois foi detectado apenas um geriatra, para atender a 2,39% da população idosa do Estado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, on line). Este ainda é um problema para ser resolvido a longo prazo, pois mesmo com uma Universidade possuindo o curso de Medicina, formando a cada ano em média 10 profissionais, foi verificado também que, na grade curricular do Curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima - UFRR não consta nenhuma disciplina de Gerontologia e Geriatria, como sugere o inciso V do art. 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, da Política Nacional do Idoso. Existe apenas uma disciplina chamada “Processo de Envelhecimento”.

A Universidade Federal de Roraima – UFRR desenvolve um programa “Universidade Aberta à 3ª Idade” desde março de 2000, atendendo a pessoas a partir de 50 anos de idade, com objetivo de consolidar o compromisso social e político dessa instituição com a sociedade, democratizar o saber, possibilitando às pessoas idosas o acesso à Universidade, na perspectiva da educação continuada e do resgate da cidadania. O programa corresponde a dois semestres letivos com 60 horas cada, abrangendo uma programação com palestras, vídeos, cursos e excursões. (Universidade Federal de Roraima, 2000)

Associação Casa dos Idosos, mais conhecida como “Casa do Vovô”, situada à rua Maú, 722, São Vicente, fundada pela Irmã de Caridade Camila, atuante como diretora dessa Instituição desde 1º de janeiro de 1974, possui 10 cômodos, com uma média de 30 idosos internados, sendo 25 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. A maioria dos internos são doentes, não possuem famílias em Roraima (este é o principal critério para sua permanência no local).

A diretora não tem o cálculo mensal das despesas com os internos. Segundo ela, a Instituição é mantida através de ajuda recebida do governo, prefeitura e doações de modo geral, feitas pela comunidade. Todos os internos recebem aposentadoria, sendo aplicado uma parte na compra de remédios e manutenção da Casa.

A Instituição não dispõe de um médico especializado (Geriatra) e nem de nutricionista, que é de fundamental importância para o balanceamento da alimentação do idoso. “Eles são atendidos por médicos que vêm uma vez por semana, cujas doenças são crônicas”, relata a diretora.

O tratamento dispensado aos idosos é primário, sem atividades terapêuticas para ocupação do tempo disponível. Os idosos participam de pequenas tarefas domésticas como molhar plantas e varrer o pátio.

Assim, os maiores problemas enfrentados nessa instituição é a depressão e a solidão - doenças crônicas decorrentes da ociosidade. “A Casa têm dois aparelhos de televisão, mas eles têm um horário determinado para assistir”, salienta a diretora. Não fica difícil imaginar o “lazer” desses internos e sem ter uma atividade produtiva com a qual possam se ocupar, como atividade física ou jogos interativos, eles se deixam abater. Para a manutenção mínima da instituição, são necessárias a solidariedade e a boa vontade da sociedade boavistense pois, mesmo com todo o trabalho que é desenvolvido pelas Irmã de Caridade e apesar da aparência higiênica, falta calor humano. Assim, se ser idoso já é difícil, viver numa instituição que mais parece um “depósito de gente”, é pior ainda.

Segundo Vicente de Paulo Joaquim, chefe da Divisão de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE de Roraima, com o resultado do Censo 2000, constatou-se que o Estado de Roraima possui 13.128 pessoas, com mais de 60 anos, dos 324.397 habitantes do Estado, aproximadamente 4% do total da população. De modo geral, a discriminação sofrida pelo idoso, deve-se ao fato dessas pessoas encontrarem-se inativas, pois, não apenas em Roraima mas, em todo o Brasil, como já salientado acima, a perspectiva de vida tem aumentado nos últimos anos.

Faixa Etária do Idoso: Roraima/ Boa Vista - 2000

Faixa Etária	Roraima	Boa Vista
60 a 69 anos	7.938	4.506
70 a 79 anos	3.821	2.384
80 ou mais	1.369	819
Total	13.128	7.709

FONTE: IBGE, 2000[on line]

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de Roraima tem uma estrutura física compatível ao atendimento do idoso com aparelhagem técnica, dispondo de ar condicionado central que torna o ambiente mais agradável.

O auxílio ao idoso se dá através da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, cujo objetivo é amparar o idoso acima de 67 anos, com renda familiar abaixo de 1/3 do salário mínimo. O órgão responsável é o Sistema de Acompanhamento do Atendimento aos Segurados do INSS – SAAB, que tem como objetivo avaliar a qualidade dos serviços prestados à clientela previdenciária, através da Rede Bancária e Agências dos Correios.

Tem direito à aposentadoria, o segurado com 65 ou mais anos de idade; a segurada precisa ter 60 ou mais anos de idade. Para os trabalhadores rurais, esses limites são reduzidos em cinco anos, ou seja, para o segurado, 60 anos e para a segurada, 55 anos. “O segurado terá direito à aposentadoria por idade, após o pagamento de 180 contribuições mensais”. (Ministério, 1998)

O atendimento bancário ao idoso em Boa Vista ainda é deficiente: apesar de ser atendido com uma hora antes dos demais clientes e de ter uma fila específica para o idoso, o tempo de espera ainda continua sendo longo. Das diversas agências bancárias da cidade, três foram escolhidas de forma a demonstrar a situação local, todas localizadas no centro da cidade. O Banco da Amazônia (BASA) dispõe de rampas na entrada, porta giratória e sala de espera, com atendimento exclusivo. Nessa agência são atendidos cerca de dois mil idosos por mês. Com duas agências, o Banco do Brasil não tem exclusividade no atendimento do idoso, necessitando de pessoas que o auxiliem para retirar seus proventos no caixa eletrônico. A estrutura física do Banco Real não está adequada a receber clientes idosos e nem deficientes físicos: não tem piso antiderrapante e nem rampas e está localizado numa área de grande circulação de pessoas e automóveis, dificultando aos mesmos a utilização dos serviços deste banco.

Os três hospitais, com 586 leitos, na cidade de Boa Vista, não dispõem de estrutura adequada para atender o idoso, mesmo dispondo de uma área a ele reservada, esta se encontra em situação precária, necessitando de uma atenção especial.

Na rede hospitalar privada, o quadro diferencia-se apenas na aparelhagem, possuindo instalações adequadas, como: cadeira de rodas, piso antiderrapante, camas com grades, etc. No entanto, não dispõe de apartamentos específicos, devido ao número de idosos internados ser ainda insignificante, sem retorno, já que essa é uma instituição privada. Em média são atendidos 5 idosos ao mês, com doenças que são, entre outras: reumatismo, hipertensão e viroses. Vale salientar que em sua equipe médica também não tem Geriatria e, geralmente, o idoso é atendido por um clínico geral.

Os Planos de Saúde identificados em Boa Vista estão em torno de 28, entre eles, Geap (dos servidores públicos federais), Pass Port, Golen Cross, Cape Saúde, Bradesco, Sobasp, Unimed, com valores que variam conforme o plano e o convênio. A Unimed tem um total de 733 usuários acima de 60 anos de idade com três níveis de abrangência: local, norte-nordeste e nacional. Os valores das mensalidades são variados conforme a faixa etária, ou seja, quanto mais idoso, maior é o valor a ser pago pelo plano escolhido, conforme tabela abaixo.

Valores dos Planos de Saúde do Idoso: Boa Vista/RR - 2000

FAIXA ETÁRIA	ESTADUAL/ INTERNAÇÃO	NORTE-NORDESTE	NACIONAL
De 60 a 69 anos	Enfermaria: R\$ 73,19	R\$ 274,90	R\$ 329,88
	Apartamento: R\$ 225,14	R\$ 357,37	R\$ 428,84
Acima de 70 anos	Enfermaria : R\$ 212,38	R\$ 332,84	R\$ 399,41
	Apartamento: R\$ 272,59	R\$ 432,69	R\$ 519,23

FONTE: UNIMED - RR (nov. 2000)

Os Postos de Saúde na cidade de Boa Vista somam um total de 10 e apenas um possui geriatra, o “Posto de Saúde da Mecejana”, localizado no bairro de mesmo nome. Com apenas três dias na semana, uma média de 416 pessoas com mais 60 anos são

atendidas por esse profissional a cada mês. Deste modo, o atendimento se torna ineficiente. Além disto, a estrutura não está adaptada e falta medicamento.

O Estado tem como dever prestar assistência à população, no entanto este encontra-se falido em todos os seus setores e, no que diz respeito à camada social mais idosa, ela é ainda mais afetada. Nos programas sociais desenvolvidos pelo governo, cabe a cada Estado, desempenhar seu papel assistencialista.

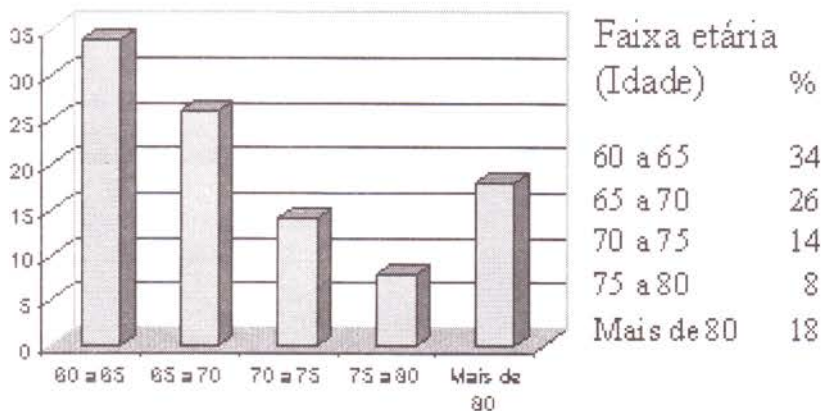
Em Boa Vista, segundo a Senhora Suely Campos, Secretária do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima, trabalhos sociais são desenvolvidos através de terapia ocupacional, com o intuito de ingressar o idoso nos grupos folclóricos e nos cursos de natação, através do Departamento do Desenvolvimento Social (DDS) dessa Secretaria, além do encaminhamento, para aposentadoria, ao INSS. Vale ressaltar que esse atendimento ocorre sem acompanhamento de Gerontologia e Geriatria, tendo somente grupos especiais que gostam de cuidar dos idosos.

Perfil do Idoso em Boa Vista

Levando em consideração que é a partir dos 60 anos que a pessoa passa a ser considerada idosa, fez-se um levantamento em Boa Vista com um universo de 100 pessoas nessa faixa etária, o que possibilitou a identificação de algumas características.

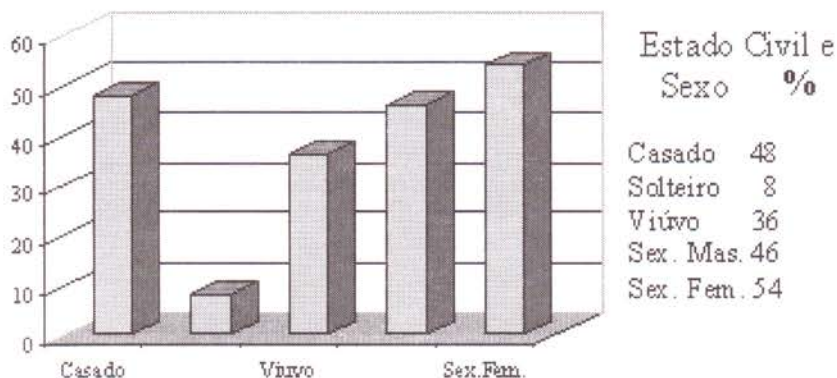
A representatividade maior é na faixa etária de 60 a 65 anos, com 34% de idosos, e a menor na faixa de 75 a 80 anos, com apenas 8%. No entanto, pessoas com mais de 80 anos obtiveram uma porcentagem de 18%, como mostra o gráfico abaixo, revelando que a expectativa de vida da população de Boa Vista é significativa.

População Idosa de Boa Vista/2000: Faixa Etária



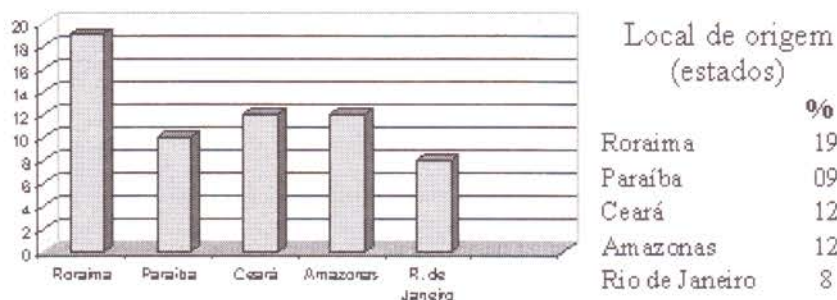
A predominância maior de idosos é do sexo feminino (54%). Já com relação ao estado civil, a maior parte é casada (48%), sendo que alguns deles são casados pela segunda vez, por motivos de separação, divórcio ou porque ficou viúvo(a). Já os que casaram uma única vez representam 50% dessa classe, inclusive alguns chegaram a bodas de ouro. Os que nunca casaram ficaram com 8%, conforme mostra o gráfico abaixo.

População Idosa de Boa Vista/2000: Estado Civil e Sexo



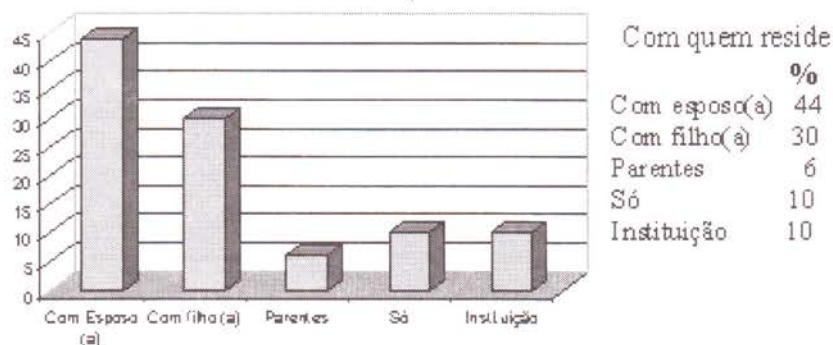
Com relação à procedência, 19% dos idosos nasceram no Estado de Roraima, 9% veio da Paraíba, 12% dos Estados do Ceará e do Amazonas, 8% do Rio de Janeiro e os demais de outros Estados do Brasil, conforme gráfico abaixo. Muitos desses idosos que residem em Boa Vista vieram ainda jovem para Roraima, em busca de melhores condições de vida, oferecidas pelo ainda Território Federal de Roraima. Alguns já vieram acompanhados da família e hoje têm Roraima como sua verdadeira terra, não pretendendo retornar ao lugar de origem.

População Idosa de Boa Vista/2000: Procedência



Sendo distribuída de modo uniforme, 50% residem nos bairros mais próximos ao centro da cidade, enquanto a outra parte está distribuída pelo bairros mais periféricos. Entre esses idosos, aproximadamente 44%, residem com esposa(o), enquanto que os outros residem com seus filhos, parentes (primos(a), tios(a), sobrinhos(a), instituição (Casa do Vovô) ou vivem sós.

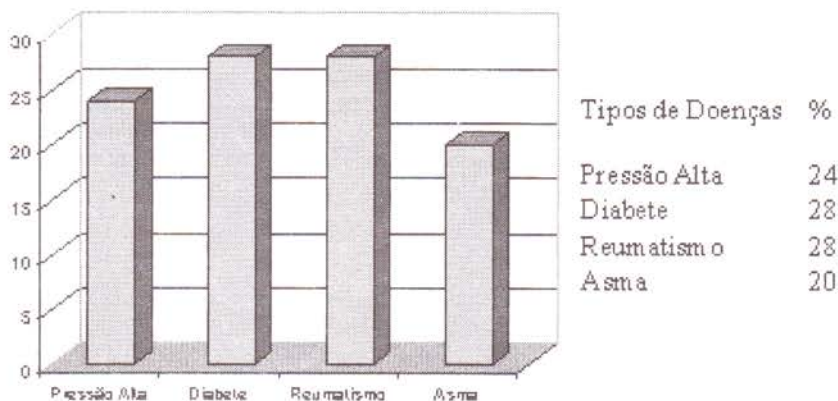
População idosa de Boa Vista/2000: com quem reside



Cerca de 34% dos idosos são aposentados, sendo que 27% não trabalham e nem ao menos consegue tirar seus proventos, enquanto que 19% dos aposentados trabalham para poder aumentar ou tentar melhorar sua renda mensal. Dos 20% que não são aposentados, devido à situação de descaso por parte do serviço burocrático responsável por esse setor, são assistidos pela “Casa do Vovô”, citada anteriormente.

As doenças mais comuns presentes nos idosos são reumatismo e diabetes, com 28% de incidência, seguido por pressão alta, com 24%, além dos que sofrem de problemas respiratórios, como a asma (cerca de 20% da população entrevistada).

População idosa de Boa Vista/2000: tipos de doenças



A maioria dos idosos não têm Plano de Saúde (82%); somente 18% possui este benefício. Constatou-se também que as pessoas que possuem doenças crônicas não possuem planos, pois muitas dessas doenças não são cobertas pelo plano. Outra dificuldade enfrentada é a baixa renda mensal insuficiente para manter um Plano de Saúde.

Os problemas enfrentados pela população idosa estão relacionados ao desrespeito por parte da sociedade, ao abandono e à falta de lazer. Percebe-se que os idosos sentem falta de uma participação ativa na sociedade, que sejam respeitados os seus direitos enquanto cidadão. Um outro ponto muito importante está relacionado à saúde, destacando-se que o Estado necessita de especialistas em Geriatria, para um melhor atendimento ao idoso.

A pesquisa nos mostra que o idoso (64%) só vai ao médico quando estão doente, enquanto uma minoria (8%) que vai ao médico com maior frequência é devido à necessidade de tomarem remédios controlados, como os para hipertensão, pois os mesmos são vendidos sob prescrição médica.

Essa pesquisa revela uma situação contrária à determinada pela Política Nacional do Idoso, através da Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, adotado em 1999, anteriormente citado. Assim, a sociedade precisa contribuir urgentemente para melhor atender à população idosa que está aumentando de acordo com o aumento da expectativa de vida do brasileiro.

A sociedade boavistense pouco sabe sobre as necessidades especiais da população da Terceira Idade. Também não consideram que o idoso tem potencial e que podem contribuir muito para as “novas gerações” de idosos que surgirão.

A participação do idoso na sociedade ainda é pequena, tendo em vista o tipo de atividades que lhe é oferecida por parte do governo ou prefeitura (geralmente terapia ocupacional ou recreativa). No entanto, estas atividades poderiam ser ampliadas com campanhas informativas (cartilhas e vídeos) e programas de atividades físicas (acompanhados por profissionais da área) com o objetivo de prevenir doenças como a osteoporose para que o idoso possa viver com qualidade de vida.

A sociedade para alcançar seu pleno desenvolvimento na área social precisa saber valorizar aqueles que possuem a experiência, produziram o espaço que beneficia a todos, que lutam por qualidade de vida, respeito e para fazer valer os seus direitos de cidadão. Isso é pouco diante do que a sociedade tem a oferecer. Conscientização da população, respeito ao cidadão da Terceira Idade.

Referências Bibliográficas

FOLHA de São Paulo. Mais Velhos – Caderno Especial. 26 de set. de 1999. p. 1-12.

GOMES, Loide. Divertimento e oportunidades para quem já passou dos 60 anos. In: Brasil Norte. 23 de jan. de 2000. p. 8-9.

GRABOIS, Ana Paula . Levantamento Mostra Brasil Mais Velho. In IBGE [on line]. Censo 2000. Rio de Janeiro: Dez. 2001. [cited 10.01.2002]. <http://www.ibge.com.br>.

GRANATO, Alice. O Planeta Grisalho. Revista Veja. Editora Abril. Edição N°10, mar. de 1999. p. 68-70.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. [on line]. Rio de Janeiro: Dez. 2001. [cited 10.01.2002]. <http://www.ibge.com.br>.

ISTO É [on line] . *Chegar Aos 100 Com Saúde De Jovem*. In IBGE [on line]. Censo 2000. Rio de Janeiro: Jan. 2002. [cited 20.01.2002]. <http://www.ibge.com.br>.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – MPAS. *Informativos*) maio 1998.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. *Declaração Universal dos direitos Humanos*. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1998. p. 1-27.

UNIMED. Boletim Informativo. Tabela de Preços. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos
Estudantis. In: Universidade Aberta à 3ª Idade 2000.

A influência dos elementos climáticos e a variação da ocorrência de focos de calor no espaço geográfico de Roraima

LUIZA CÂMARA BESERRA NETA*
GLADIS DE FÁTIMA NUNES DA SILVA**

Para compreendermos a influência que os sistemas atmosféricos exercem nas relações estabelecidas entre as condições naturais e as necessidades humanas, é importante analisarmos os sistemas de circulação atmosférico que determinam as condições climáticas do Estado de Roraima.

A dinâmica atmosférica atuante no Estado de Roraima compreende as interferências dos ventos de Oeste advindos da massa equatorial continental (sistema perturbado de oeste), que provoca aumento nos índices de precipitação, em função das características dessa massa de ar, principalmente por ser quente e úmida, características adquiridas em sua área de formação (Oeste do Amazonas).

Em Roraima, esse sistema atmosférico atinge o Oeste e Sul do Estado, representando um aumento nos índices pluviométricos que chegam a mais de 2.000mm anuais, não ocorrendo grandes variações durante o ano.

Outro sistema atmosférico atuante no Estado é o sistema de ventos de Nordeste decorrentes da invasão da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que atua de forma mais intensiva na porção Norte/Nordeste do Estado, representando índices de precipitações em torno de 1.500mm anuais. Apesar do Estado de Roraima ser atingido por esse sistema atmosférico (ZCIT), sua presença fica cada vez mais enfraquecida e limitada para o Sul do Estado, em virtude do fator continentalidade.

A Zona de Convergência Intertropical acompanha as variações sazonais dos sistemas de largas escalas, dentre eles o sistema de Alta pressão do Atlântico Norte, que transporta para Roraima um ar quente e seco, impedindo o deslocamento da ZCIT, para as latitudes mais ao Sul do Equador.

Clima e Condições Meteorológicas

O Estado de Roraima possui uma dimensão geográfica segundo, o IBGE (1989), de 225.116 km², com terras em dois hemisférios e tem seu clima controlado por dois sistemas de circulação atmosférica que lhe proporcionam algumas diferenciações climáticas locais.

*Professora Assistente do Departamento de Geociências -UFRR

**Geógrafa do Departamento do Meio Ambiente-DEMA/RR

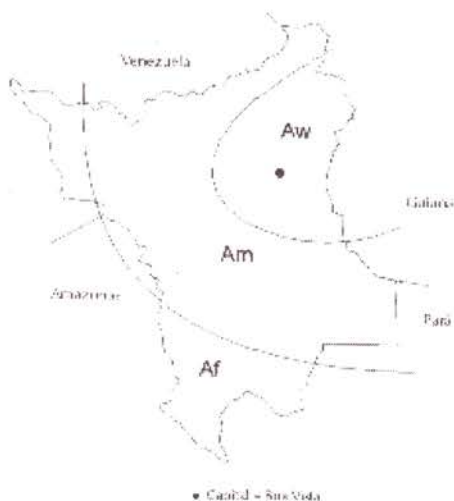
Segundo a classificação climática de Köppen, identifica-se na porção setentrional do Estado (áreas de fronteira com a Venezuela e República Cooperativa da Guiana) cotas altimétricas acima de 1.000 m de altitude, apresentando um clima Tropical chuvoso (AM), em média com 30 dias de baixa precipitação. Encontra-se nessa área uma cobertura vegetal do tipo floresta úmida.

Esta diferenciação climática, em relação ao restante do Estado, é devido à interrelação de elevadas altitudes e baixas latitudes, determinando, assim, uma baixa variação dos elementos atmosféricos durante todo o ano nessa porção do Estado.

Na área Centro/Leste de Roraima, encontramos um clima Tropical chuvoso (AW), apresentando déficits hídricos em torno de 3 a 5 meses com reduzida pluviosidade. Nesta porção do Estado predomina a vegetação de Savanas.

Como mostra a FIGURA 01, a porção Sul e Noroeste do Estado, levando-se em consideração o regime sazonal de chuvas, se enquadra no clima tropical chuvoso (AF), apresentando elevado índice de precipitação anual, superior a 2.000 mm, com pouca variação ao longo dos anos (BARBOSA, 1997). Encontra-se nessa área a vegetação do tipo floresta ombrófila densa e vegetação de contato.

Figura 01: Classificação do clima de Roraima(segundo Köppen)



FONTE: BARBOSA (1997)

Dentre os elementos climáticos de fundamental importância para este estudo,

podemos destacar a temperatura, a umidade relativa do ar e a precipitação, para explicar a ocorrência e variação, durante o ano, do número de focos de calor no Estado de Roraima.

Através de dados registrados pelos satélites NOAA e GOES, na Divisão de Monitoramento Ambiental do Departamento Estadual do Meio Ambiente, que têm por finalidade monitorar e avaliar diariamente, no período seco (dezembro a março), os focos de calor e as condições climáticas, observa-se uma elevação do número de focos de calor registrados no Estado para este período.

Devido à rede de Estações Meteorológicas Automáticas do Estado encontrarem-se em fase de implementação, foi dada maior ênfase à análise das condições meteorológicas para a cidade de Boa Vista, em virtude da maior disponibilidade de dados advindos da Estação Meteorológica do Departamento de Proteção ao voo (DPV-Boa Vista –RR).

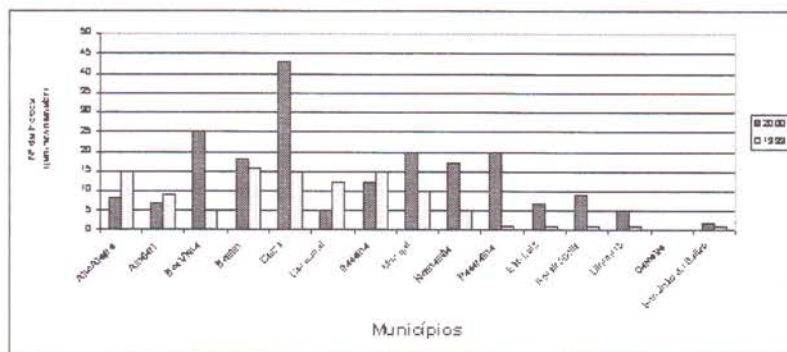
Analisando os dados apresentados na FIGURA 02, observa-se que no período seco, entre janeiro e março de 1999, a variação do número de focos registrados ficou entre 0 (zero) e 15 (quinze) focos de calor por município. Os municípios mais atingidos foram: Bonfim, Cantá, Alto Alegre e Iracema.

Nesse intervalo de meses foi registrado, em Boa Vista, uma média pluviométrica de 92,7 mm mensais e a média de umidade relativa do ar em torno de 67,5%, o que representou uma menor incidência de focos de calor no período.

Geralmente esse período é utilizado por agricultores e fazendeiros para realizarem queimadas, seja em área de pastagens nativas (savanas), para renovação da massa vegetal, seja em áreas de florestas primárias ou secundárias para o cultivo de subsistência ou implantação de pastagens.

Para o ano de 2000 verificou-se um aumento considerável no número de focos de calor registrados por municípios, sendo que os mais atingidos foram Cantá, Boa Vista, Bonfim e Mucajaí. Em virtude da prática de uso do fogo ter sido pouco utilizada em 1999 para formação de roças e pastagens, os agricultores e fazendeiros realizaram a queima em 2000, levando a um aumento considerável no número de focos. Em Boa Vista, neste período, as condições meteorológicas indicaram índices em torno de 95,0mm de chuvas e umidade relativa do ar em torno de 69,5% (FIGURA 02).

Figura 02: Focos de calor nos municípios de RR para o período de baixa precipitação (JAN/ABR) nos anos de 1999/ 2000



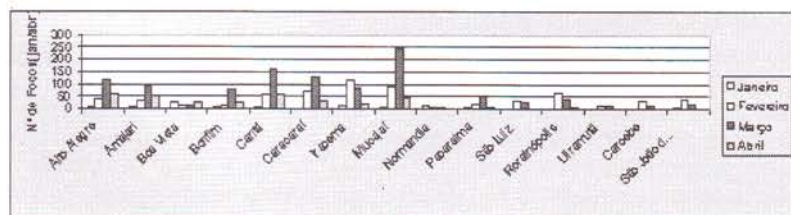
FONTE: IBAMA (2002)

Em 2001 a incidência de focos de calor foi bastante significativo, principalmente no mês de março em que foram registrados os maiores índices, tendo o município de Mucajá registrado 248 focos de calor, seguido dos municípios do Cantá com 161, Caracará com 128, Alto Alegre com 118 e Amajari com 93 focos de calor.

No mês de fevereiro os municípios mais afetados foram: Iracema com 115 focos de calor, seguido dos Municípios de Mucajá com 88, Caracará com 71, Rorainópolis com 69 e Cantá com 58 focos de calor.

Esses dados indicam que, no período seco de 2001, ocorreu um acréscimo no número de focos de calor no Estado, em função do período seco dos anos de (1999/2000) terem apresentados condições climáticas atípicas, inviabilizando a prática do uso do fogo para formação de pastagens e áreas agricultáveis. (FIGURA 03).

Figura 03: Focos de calor registrados no ano de 2001 no Estado de RR, no período de baixa precipitação (JAN/ABR).



FONTE: IBAMA (2002).

Serão analisados os dados de focos de calor do período de 1999/ 2001 (tabela 01), pois não havia sido implementado para os anos anteriores, o sistema de Monitoramento de Queimadas e incêndios Florestais para o Estado de Roraima. Este só foi criado a partir de 1998, quando ocorreu o grande incêndio Florestal que afetou os sistemas de florestas e savanas sendo de 11 a 14 mil Km², aproximadamente 7,4 a 9% de toda a área florestal do Estado. (BARBOSA, 1999).

Ao analisarmos a tabela 01, verifica-se que nesse período ocorre uma elevação da incidência de focos de calor a partir do mês de novembro, levando a um acréscimo do número de focos até o mês de Abril.

Nesse período tradicionalmente é realizada a preparação do solo para a formação de pastagens e a limpeza do terreno para plantio de culturas de subsistência. Para isto o fogo é utilizado como uma ferramenta barata e eficaz na conversão de sistemas vegetais (Floresta/savanas) em áreas agricultáveis e de pastagens.

Geralmente não é adotada, por parte dos agricultores e fazendeiros, a técnica da queima controlada. Quando estas são praticadas diminui a potencialidade do alastramento do fogo nos sistemas vegetais.

Tabela 01: Dados de focos de calor no período de 1999/ 2001.

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGOS	SETEM	OUTU	NOV	DEZ	Total
1999	*	*	*	*	*	3	3	1	4	9	14	22	56
2000	18	57	125	0	9	0	0	9	12	25	32	79	366
2001	101	646	1216	359	9	1	1	4	1	13	38	76	2465

* Dados não disponibilizados pelo IBAMA/PROARCO/DF

Para o período de maio a agosto, observa-se uma redução significativa da incidência de focos de calor no Estado, pois nesse período registram-se os maiores índices pluviométricos, ocorrendo um decréscimo na sua distribuição na orientação Oeste/Leste sendo, respectivamente, de 2.500mm para 1.500mm (IBGE, 1989). Associado ao aumento da precipitação, ocorre a elevação da umidade relativa do ar que se mantém em torno de 75%. Sendo assim, as condições climáticas são desfavoráveis à realização de queimadas para o plantio e formação de pastagens.

Pela análise dos dados pode-se concluir que a ocorrência de focos de calor no Estado aumenta no período de novembro a abril. Isto se dá devido a índices de precipitação reduzida, umidade relativa do ar e elevação da temperatura, condições propícias à propagação de fogo de forma não controlada na cobertura vegetal.

Os dados analisados exprimem a necessidade de um maior comprometimento do poder público e da sociedade civil organizada nas ações preventivas à prática de queimadas, para que não ocorra a perda do controle do uso do fogo, acarretando prejuízos ambientais e causando, assim, perdas irreparáveis na biodiversidade do Estado.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, R.I.; Fearnside, P.M. *Incêndios na Amazônia brasileira: estimativa da emissão de gases do efeito estufa pela queima de diferentes ecossistemas de Roraima na passagem do evento "El Niño" (1997/98)*. *Acta Amazonica* 29(4): 513-534, 1999.
- BARBOSA, R. Imbrozio et alli. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.p.324-335
- IBAMA. *Avaliação rápida dos impactos ambientais dos incêndios sobre as florestas no estado de Roraima*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Versão revisada de setembro de 1998.
- IBAMA. In: *Focos de Calor no Brasil em 2002*. [online]. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/proarco/relatorio/Focos02.htm>
- IBGE. *Geografia do Brasil: Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.p.61-71.

Indícios de drenagem urbana rumo à extinção: o caso dos igarapés da grande Boa Vista

JOSÉ AUGUSTO VIEIRA COSTA*

NARA SORAYA RUTH COSTA**

RAIMUNDO PINHEIRO ALVES DOS REIS NETO***

Nas últimas décadas, a sociedade cada vez mais vem se conscientizando sobre a ocorrência de impactos ambientais, principalmente aqueles relacionados às atividades antrópicas. Nesse estudo, o termo impacto ambiental é entendido como processos de mudanças ecológicas e sociais, causadas por alteração das características físicas no ambiente, a exemplo da produção do espaço. Ou seja, é uma relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente, sendo que, na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas e são por elas transformadas. Na questão metodológica para a compreensão de impactos ambientais, não basta estudar fatores como mudanças nas condições ecológicas: é necessário compreender, por exemplo, o modelo de desenvolvimento urbano que vem sendo aplicado pelos órgãos governamentais, em que devem ser considerados a opção urbanística, topografia, rede de drenagem, características geológicas, uso do solo, localização e traçado das ruas.

Segundo Coelho (2000: p. 26), uma das principais causas de impactos ambientais urbanos ocorre quando a expansão urbana não é acompanhada pelo aumento e distribuição equitativa dos investimentos em infra-estrutura e democratização do acesso aos serviços urbanos. Neste caso, as desigualdades socioespaciais são geradas e, no mínimo, acentuadas. Nesse sentido, a produção do espaço urbano do Município de Boa Vista e alhures, devido à concentração humana vem demonstrando que inexoravelmente aceleram os processos de degradação ambiental. Serve como exemplo o que ocorreu há pouco tempo com a forte degradação dos igarapés Mirandinha e Pricumã, que drenavam a sede do município, de forma perene e, atualmente, a presença de leito ativo se restringe ao período chuvoso.

Esse processo expansivo também tem acentuado as desigualdades gerando impactos de ordem ambiental e social, principalmente nos bairros emergentes. Costa et al. (2001: 204) descreveram que os bairros situados às margens do Igarapé Caranã de montante à jusante (Conjunto Alvorada, Jardim Primavera, Santa Teresa, Piscicultura, União e Caranã), respectivamente, implantados a partir do início da década de noventa, estão contribuindo para a produção de impactos de maneira acelerada. A implanta

* Prof. do curso de Geografia - UFRR

ção desses e outros bairros em contato não só com drenagens perenes, mas também com o cinturão de lagos que bordejia os setores noroeste, oeste e sudoeste do município de Boa Vista, vêm gerando uma série de impactos ambientais, facilmente identificáveis a curto prazo.

Os principais impactos identificados na atual fase de conhecimentos estão discriminados como segue: a) aterramento de lagos naturais, para a expansão dos bairros, modificando profundamente a paisagem e a biodiversidade local; b) contaminação do igarapé Caraná devido à ocupação imediata à margem que, sem a instalação de saneamento básico, os depósitos de lixo clandestinos produzem chorume que são descarregados diretamente na drenagem (Fig.1); c) aceleração da instalação de voçorocas devido à abertura de valões para facilitar o escoamento superficial (Fig.02); d) extração de lateritas para a construção civil, levando ao assoreamento da drenagem e de lagos, provocando inundações acentuadas no período chuvoso; e) estabelecimento de pocilgas com barragem parcial do igarapé contribuindo para o aumento na concentração de coliformes fecais na drenagem (Fig. 03); f) despejo de esgotos diretamente no igarapé realizados por clubes de lazer estatais ou privados; g) desmatamento da mata ciliar característica da região (buritis e vegetação de médio porte), objetivando a formação de acampamentos e lenha para banhistas; h) terminação de ruas, com edificações sem observar a lei de áreas de preservação permanente (Fig. 4) e utilização de setores da mata nativa às margens de drenagem que são utilizados como ponto de encontro de galeras e “cheira-cola” (Fig. 05).

A principal consequência dos inúmeros impactos ambientais advindos da expansão urbana da sede do município de Boa Vista é a perda da qualidade da água dos mananciais, tanto da região urbana como da área de entorno do município. O fator agravante desses impactos é que essas drenagens, a exemplo de rio Caumé e igarapé Caraná, são utilizadas como área de lazer, principalmente pelos próprios habitantes dos bairros emergentes, contribuindo para o aumento de problemas de saúde desses habitantes. Enfim, destaca-se que, pelas suas características atuais de expansão e ocupação do espaço, essa região eleva-se como uma área de particular interesse para o entendimento do comportamento do meio físico, em especial do sistema hídrico, frente às solicitações próprias de seu uso.

O estabelecimento de uma política voltada para a pesquisa de recursos hídricos e de educação ambiental deverá produzir muitos benefícios. Dentre eles, pode-se destacar, como principais, o fornecimento de parâmetros para o uso e ocupação do solo, por meio de um planejamento ambiental adequado, voltado para a realidade regional (refúgio de savana em meio a floresta Amazônica), através da investigação do comportamento do sistema hídrico neste tipo de ambiência, bem como divulgar os resultados nas diferentes etapas da pesquisa buscando o envolvimento dos diversos segmentos das comunidades. Assim, poder-se-ia desenvolver a consciência ecológica local, no sentido da preservação, manejo e conservação dos recursos naturais através do enriquecimento cultural e econômico da população residente.

Fig. 01. Tributário do Igarapé Caranã contendo abundante material de assoreamento (sedimentos e lixo urbano). Bairro Piscicultura.



Fig. 02. Abertura de vala para escoamento superficial em bairros periféricos. Frequentemente esses valões estão entulhados de lixo que produzem chorume e são descarregados nas drenagens.



Fig. 03. Criação de porcos às margens de drenagem. Notar que o igarapé foi parcialmente barrado, no meio do leito ativo, por cerca e vegetação.



Fig. 04. Terminação de ruas em drenagens, sem obras de contenção de erosão e sem respeitar a área de preservação permanente.



Fig. 05. Ponto de reunião de usuários de cola de sapateiro. Margem do igarapé Caraná



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, M.C.N. *Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa*. In: Guerra, A.J.T. & Cunha, S.B. (eds.). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. S. Paulo. Bertrand Brasil. 2000.
- COSTA, J.A.V.; BESERRA NETA, L.C.; SILVA, G.F.N. *Vetores de Crescimento da Região Urbana de Boa Vista, Roraima e Impactos Ambientais*. In: IX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Resumos. Recife. UFPE. 2001. p.204.

Fatores de (Re)Organização Espacial da Área da Ilha do Bananal e seu entorno no Estado do Tocantins

MARIA CLARA DA CRUZ

INTRODUÇÃO

A dinâmica da totalidade possui diversas dimensões, dentre elas a espacial. As relações entre os grupos sociais transformam historicamente o espaço. Este processo contínuo de organização e reorganização dota o espaço de uma materialidade cuja compreensão se dá em duas formas as quais são consideradas neste trabalho:

- a primeira, estabelece uma base conceitual para se entender a (re)organização do espaço, considerando este um sistema de objetos e um sistema de ações;
- a segunda, relaciona-se ao entendimento do próprio processo em si.

A análise da reorganização espacial é realizada através de um estudo de caso específico: a Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins. O estudo das relações entre os atores sociais constitui o principal método de trabalho.

Os fatores atuais de (re)organização do espaço na área de estudo constituem:

- os impactos sobre os recursos físicos e a politização da natureza;
- a integração entre o global e o local;
- as modificações do papel do Estado Nação.

Os fatores analisados fazem parte das modificações pelas quais o modo de produção capitalista vem passando desde o fim do século XX. Desta forma, a (re)organização espacial dá subsídios para a discussão do papel do espaço dentro do sistema econômico atual.

O estabelecimento de uma base conceitual preliminar tem como objetivo estabelecer uma linguagem para a compreensão do trabalho. Dentro deste contexto, a premissa básica é a de que o espaço constitui uma das dimensões da totalidade.

O entendimento teórico da (re)organização espacial se dá sob duas perspectivas: o que se entende por (re)organização espacial e o que se entende por espaço. A partir destas definições pode-se fazer uma abordagem crítica sobre o processo.

Sobre a (re)Organização do Espaço

A noção de totalidade é utilizada para o exame da complexidade de fatores inerentes ao contexto espacial (SANTOS, 1992). Totalidade é um processo dinâmico cujas partes se interrelacionam ao longo do tempo em diferentes níveis: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura.

Pode-se considerar, então, que o espaço constitui uma dimensão da totalidade. O espaço é produzido socialmente. Este processo implica a produção física do espaço e a produção dos conceitos relativos ao espaço. (LEFEBVRE, 1991).

A totalidade assume um caráter de concretude e a organização e a reorganização do espaço representam o movimento desta materialidade (CÔRREA, 1987). O espaço é uma construção social histórica tanto no sentido material quanto no sentido conceitual.

O Espaço como Sistema de Objetos e como Sistema de Ações

Ao se considerar a (re)organização espacial como um movimento da totalidade, deve-se definir uma base conceitual a qual vincule estes dois processos.

Neste sentido, o espaço é considerado tanto como um sistema de objetos quanto um sistema de ações (SANTOS, 1994). Os objetos constituem os produtos fabricados pelo homem para reproduzirem a ação. As ações correspondem à própria racionalidade produtora dos objetos. Desta forma, objetos e ações são duas dimensões espaciais complementares que se desenvolvem num processo dialético (Tabela 01).

**Tabela 01 - Ações e Objetos Espaciais
Adaptado de WERLEN (2000)**

Ação	Forma	Classificação	Objetos
Racional	Geométrica absoluta	Cálculo	Mercado Imobiliário Teoria Locacional
Normativa	Geométrica centralizada	Normativa Prescrição	Estado-Nação Região
Comunicativa	Centralizada	Relacional Significação	Identidade regional e nacional Símbolo regional

Se objetos e ações espaciais formam um par indissociável, deve-se considerar: quais as ações (processos) atuais? Como estes processos atuam na (re)organização espacial e quais os objetos a eles associados?

A definição do espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações imprime uma dinâmica à (re)organização espacial. A análise de um caso específico, a Ilha do Bananal e o seu entorno no Estado do Tocantins demonstra como alguns fatores inerentes a este processo agem na atualidade.

A Área de Estudo

A área de estudo compreende a Ilha do Bananal e os municípios localizados no seu entorno no Estado do Tocantins entre os rios Araguaia e Javaés (Figura 01). Parte

da ilha (1/3) corresponde ao Parque Nacional do Araguaia (criado em 1959) e está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A outra parte (2/3) corresponde ao Parque Indígena do Araguaia (criado em 1971) como reserva das tribos Carajás e Javaés e é administrada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (MILESKI, 1994).

Historicamente, a Ilha do Bananal e o seu entorno no Tocantins foram ocupados por sucessivas frentes pioneiras caracterizadas como (MILESKI, 1994):

- fins do século XVIII a meados do século XIX: tentativas de navegação da bacia do Rio Araguaia com a instalação de um presídio e a formação de esparsos povoados;
- fins do século XIX e início do século XX: garimpo de cristal de rocha nos municípios de Cristalândia, Pium e Dueré;
- meados do século XX: projetos agropecuários impulsionados pela abertura da rodovia Belém-Brasília.

A dinâmica espacial local está associada à incorporação do cerrado à Amazônia Legal. Neste processo, as primeiras incursões deixaram como legado o grande sertão o qual foi sendo ocupado pela pecuária (BECKER e EGLER, 2000). Esta área foi, posteriormente, integrada ao projeto do Estado nacional de modernização nacional com a abertura da BR-153 (Belém-Brasília) da década de 1950 e com a implantação de projetos agropecuários a partir da década de 1970 (BARBOSA, 1996).

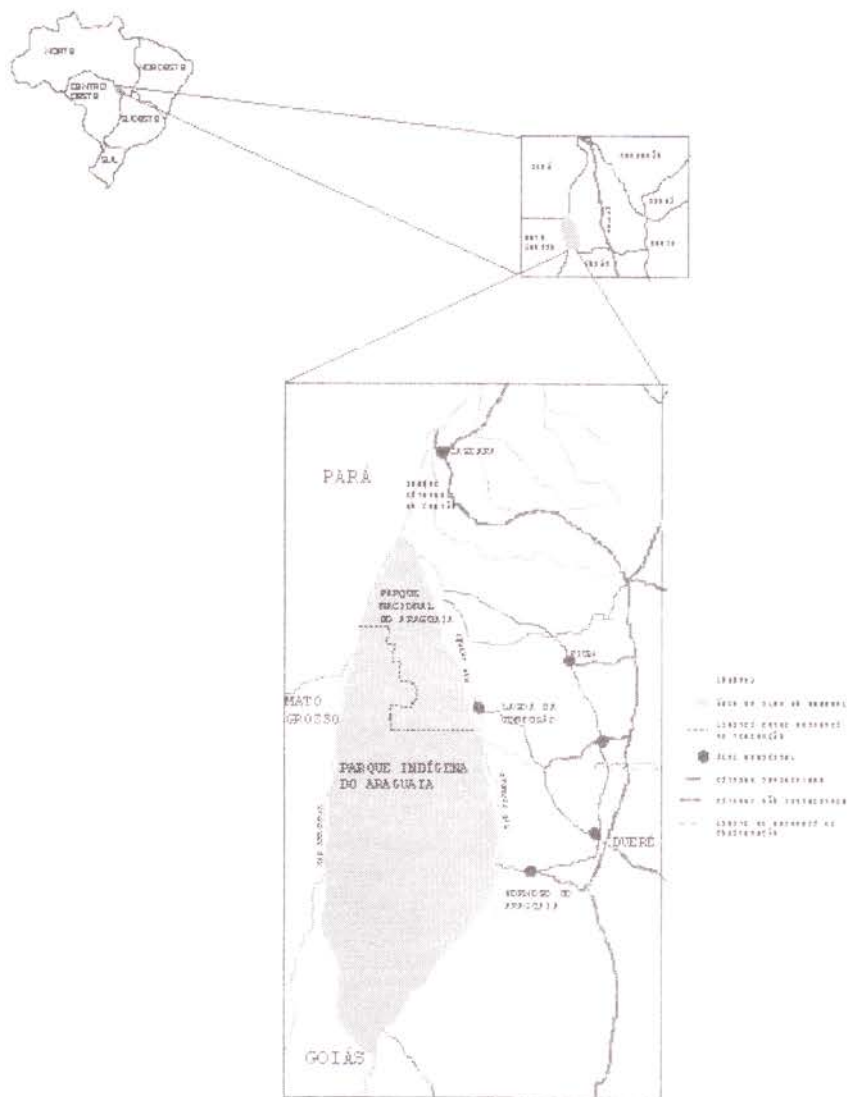
Por terem ocorrido de forma localizada, as frentes pioneiras acabaram por atribuir a cada município do entorno da Ilha do Bananal no Tocantins uma característica específica (Tabela 2.1). Como resultado deste processo, pode-se considerar que o local, atualmente, manifesta uma dinâmica diferenciada na (re)organização de seu espaço.

Tabela 02
População e Principais Atividades Econômicas na Área de Estudo

Localidade	População	Atividade Econômica
Ilha do Bananal	1.700	Pecuária, agricultura e pesca de subsistência,
Caseara	3.662	Pecuária, agricultura de subsistência, pesca, agroindústria e turismo
Cristalândia	7.840	Pecuária e garimpo de cristal de rocha
Dueré	4.563	Pecuária, agricultura e indústria de cerâmica
Formoso do Araguaia	18.827	Agroindústria, pecuária e agricultura de subsistência
Lagoa da Confusão	6.159	Agroindústria, pecuária, agricultura de subsistência e turismo
Pium	5.539	Pecuária, agricultura de subsistência e garimpo de cristal de rocha

Fontes: IBGE (2000), MILESKI (1994) e SARACURA (2000)

Figura 01
Localização da Área de Estudo



Fontes: JICA, 1998 e GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 1999

A heterogeneidade das transformações espaciais na área de estudo traduzem, na verdade os fatores que influenciam a (re)organização espacial na atualidade. Assim deve-se investigar quais são estes fatores e quais as conseqüências na dinâmica local.

Os Impactos sobre os Recursos Naturais e a Politização da Natureza.

A ocupação da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins caracterizou-se pela ocorrência de conflitos sócio-ambientais. As populações indígenas as quais, anteriormente, encontravam-se distribuídas por toda a área, tiveram de se situar na parte sul da ilha (MILESKI, 1994).

A implantação dos projetos agropecuários viabilizou-se mediante a apropriação ilegal da terra e a expulsão dos posseiros (BARBOSA, 1996). Os impactos sobre os recursos naturais resultantes deste processo constituíram principalmente as queimadas para o estabelecimento de grandes pastagens, a pesca predatória para a comercialização e o lançamento de agrotóxicos nos cursos d'água (SARACURA, 2000).

Embora o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia já houvessem sido criados (o primeiro em 1959 e o segundo em 1971), estas medidas não foram suficientes para que se evitassem os conflitos sócio-ambientais, pois:

- faziam parte de uma estratégia do Estado Nação em criar instituições e territórios com o objetivo de minimizar os conflitos sem resolvê-los (GONÇALVES, 1993);
- traziam a concepção de que parques e reservas inabitados consistiam a forma mais eficiente de conservação ambiental (DIEGUES, 1998).

A coexistência de padrões de ocupação desencadeadores de conflitos sócio-ambientais acabou por trazer as seguintes conseqüências para a dinâmica da Ilha do Bananal e do seu entorno no Tocantins:

- a formação de um vetor tecno-industrial representado pelos grandes projetos agropecuários existentes na Amazônia Legal (BECKER, 1997);
- a permanência dos impactos sobre os recursos naturais na medida em que as populações mais antigas já haviam desenvolvido formas de adaptação ambientalmente sustentáveis (DIEGUES, 1998).

As discussões em torno do meio ambiente iniciadas na década de 1960 e que culminaram com a Conferência das Nações Unidas em 1992 acabaram por trazer um novo fator na (re)organização do espaço em escala global: a politização da natureza. Este processo consiste na relativização do valor dos recursos naturais em função das possibilidades trazidas pelo desenvolvimento tecnológico (SANTOS, 1997).

A politização da natureza implica no estabelecimento de acordos entre dois grupos de países: o de provedores/detentores de recursos naturais e o de consumidores de recursos naturais e detentores de ciência e tecnologia (ABIGALI, 2000).

Esse processo também viabilizou o desenvolvimento de um vetor tecno-ecológico na Amazônia Legal (BECKER, 1997) voltado para a preservação e a conservação dos recursos naturais. A ação deste vetor na área da Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins está representada pelas seguintes atividades:

- o desenvolvimento do Projeto Quelônios voltado para a preservação da tartaruga da Amazônia (Podocnemis expansa) sob coordenação do Centro Nacional de Conservação e Manejo dos Quelônios da Amazônia (CENAQUA), órgão do IBAMA, e com a participação de pesquisadores, grupos indígenas, órgãos estaduais de proteção ambiental e produtores rurais (NOGUEIRA, 1999 e IBAMA, 2000);

- a criação do Parque Estadual do Cantão: sob coordenação da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN) e com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem o objetivo de explorar o potencial ecoturístico dos rios Araguaia e Coco (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 1999);

- o desenvolvimento do Projeto Seqüestro de Carbono da Ilha do Bananal: sob coordenação da Ecológica Assessoria Ltda, visa a preservação e reflorestamento da área em troca de recursos da empresa galesa Barry Foundation contando com a participação do IBAMA, da SEPLAN, das prefeituras municipais e das associações de pequenos produtores rurais (REZENDE, 2000).

A nova dinâmica da área de estudo implica a existência de outros fatores associados à politização da natureza. Estes processos constituem principalmente as relações estabelecidas entre os atores nas diversas escalas de análise.

A Integração entre o Global e o Local

A crescente valorização dos recursos naturais da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins encontra-se associada à formação de redes interligando atores locais a atores globais. Esta integração entre o global e o local é interpretada como resultado das transformações ocorridas no modo de produção capitalista iniciadas a partir da década de 1970.

Esse processo é caracterizado pela passagem de um sistema “rígido” de produção (fordismo) para um sistema “flexível” (HARVEY, 1994). Tendo como uma das causas principais o aumento da concentração de capital iniciado a partir da crise do petróleo deflagrada em 1973 (BENKO, 1996), a organização flexível da produção passa a ser viabilizada, principalmente, pela evolução tecnológica dos meios de comunicação. A acumulação flexível passa a ser possível em decorrência da fluidez das relações espaço/tempo (fluidez nas transferências de capital, nas relações de trabalho, etc.) visando aumentar a produtividade (HARVEY, 1994).

A compressão do espaço e do tempo, resultante da fluidez, associa-se à competitividade constituindo esta um elemento chave para a acumulação flexível. Neste processo, as relações entre os diversos elementos da economia real abrem novas perspectivas tanto para a análise quanto para a ação (BRADFORD JR., 1994).

Se as possibilidades são consideradas essencialmente espaciais, os atributos da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins constituem vantagens locais/as quais podem ser identificadas como: o potencial biótico, o potencial econômico e o potencial sócio-cultural.

A racionalização da utilização das potencialidades locais passa a constituir uma

estratégia da dinâmica global/local pois (HASBAERT, 1999):

- na escala local produz particularidades resultando num processo de produção de desigualdades na medida em que se insere em uma hierarquia;
- na escala global produz singularidades resultando num processo de diferenciação.

A produção simultânea de particularidades e de singularidades faz parte do conjunto de relações estabelecidas entre os atores na Ilha do Bananal e o seu entorno no Tocantins. Estas articulações resultam em planos e práticas localizados. O ordenamento territorial destas atividades e das formas de aproveitamento das potencialidades locais manifesta o componente político implícito nas ações da (re)organização espacial.

As Modificações no Papel do Estado Nação

A integração entre o global e o local na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins vincula-se às políticas de ordenamento territorial voltadas para a área. A compreensão das ações do Estado nacional e suas transformações atuais é primordial para a análise da (re)organização espacial em escala global e suas implicações na escala local.

A crise do modelo fordista no fim do século XX encontra-se associada, principalmente, à crise do Estado nacional. Este torna-se cada vez menos capaz de controlar totalmente os processos complexos dentro e fora de seus limites. A adequação do poder estatal a esta nova conjuntura constitui a sua transformação em coordenador estratégico do novo modelo de acumulação capitalista (FIORI, 1996). O Estado Nação deve ser ágil e autônomo (sem ser extenso) e particularista e forte (sem ser autoritário).

No que diz respeito à relação entre o Estado brasileiro e a área da Ilha do Bananal e do seu entorno no Tocantins, os principais fatores com implicações na (re)organização espacial local constituíram:

- a democratização do país a partir da década de 1980, possibilitando a participação política de grupos tradicionalmente excluídos (trabalhadores, produtores rurais, grupos indígenas, etc.);
- a crise econômica associada à crescente dependência do capital internacional e a tomada de medidas de ajustes micro e macro-econômicos (FIORI, 1996);
- a ocupação efetiva da Amazônia, viabilizando a formação de grupos sociais com aspirações políticas (BECKER e EGLER, 2000), o que resultou na criação do Estado do Tocantins em 1998 (ADORNO, 2000).

A crescente internacionalização da economia implica a formação de *sinergias* (WEISS, 1996). O Estado brasileiro passa a estabelecer várias articulações tanto no plano externo quanto no plano interno como estratégia de juntar forças para a implementação de políticas públicas. O lançamento, na década de 1990, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) e o Programa Brasil em Ação (atual Avança Brasil) traduzem este comportamento (BECKER e EGLER, 2000):

- o primeiro, resulta da pressão internacional sobre o Estado brasileiro para a proteção das florestas tropicais e constitui uma cooperação internacional com os sete países mais ricos:

- o segundo, é uma iniciativa do Estado brasileiro e tem entre seus objetivos a modernização da infra-estrutura (transporte e elétrica) para viabilizar a produção para a exportação, contando com a participação da iniciativa privada (nacional ou internacional).

A análise da implementação destes programas na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins (Tabela 03) demonstra que o estabelecimento das diretrizes ocorre predominantemente a nível de Estado Nação ou entre Estados nacionais através da cooperação internacional. O governo estadual torna-se responsável pela demarcação de áreas na escala local, mantendo o controle político sobre os atores locais os quais participam, na maior parte dos casos, somente na fase de implementação.

O Estado Nação deixa de ser um mero implementador para se tornar no principal articulador entre o local e o global. Desta forma, a (re)organização espacial da Ilha do Bananal e do seu entorno inclui-se no sistema geopolítico global. Esta dinâmica reflete-se principalmente pelas políticas regionais voltadas para a Amazônia Legal.

A análise da (re)organização espacial é viabilizada mediante o estabelecimento de uma base conceitual na qual o espaço é considerado um sistema de objetos e um sistema de ações. Estes dois atributos formam um par indissociável de características espaciais as quais se integram e imprimem movimento à dinâmica espacial.

Considerações Finais

Os fatores analisados na (re)organização espacial da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins constituem: os impactos sobre os recursos naturais e a politização da natureza, a integração entre o global e o local, e as modificações no papel do Estado Nação. Estes processos integram o conjunto de transformações do modo de produção capitalista iniciadas a partir da década de 1970.

Estas mudanças podem ser consideradas como a passagem do sistema fordista para o sistema de acumulação flexível. O componente básico da organização flexível da produção é a compressão do espaço e do tempo. Este processo constitui a tendência de se intensificar a fluidez em todas as etapas da produção (financiamento, produção, e circulação de bens e produtos).

As implicações da compressão do espaço/tempo sobre a dinâmica local da Ilha do Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins se manifestam através das articulações estabelecidas entre os atores sociais nas diversas escalas geográficas. Estas relações são formadas interligando atores globais a atores locais.

Na maior parte dos casos analisados o Estado Nação é o principal articulador do processo. Ele cumpre o duplo papel de atender às pressões e determinações internacionais para estabelecer diretrizes nacionais através de programas de desenvolvimento. Cabe ao poder estadual a delimitação de áreas e o controle político em escala local.

Dentro deste contexto, a (re)organização espacial deve ser entendida como uma orientação teórico-metodológica para o estudo da dinâmica da totalidade ao longo da história e como um processo essencial para a manutenção do sistema capitalista de produção. No estudo das articulações na Ilha do Bananal e no seu entorno no Estado do Tocantins o espaço é o principal instrumento de intermediação das relações entre os atores sociais.

Tabela 03
Projetos de Iniciativa Estatal na Área de Estudo

Projeto	Órgão Executor	Abrangência Local	Parcerias	Participação no Local
Hidrovia- Araguaia Tocantins	Ministério dos Transportes	Projeto do Rio Formoso (em Formoso do Araguaia e Projeto Javaés) em Lagoa da Confusão e Dueré	Japan International Cooperation Agency (JICA) elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado da agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins Governo do Estado do Tocantins na regionalização do Estado	Cooperativas agrícolas EMBRAPA
Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Amazônica	SUDAM e EMBRATUR	Caseara e Pium	BID para a liberação de recursos para a implantação do Parque Estadual do Canião Governo do Estado do Tocantins para a definição de Pólos Ecoturísticos	Prefeituras Municipais Empreendedor Local
Corredores Ecológicos	IBAMA	Toda a área	EPG 7	IBAMA para a demarcação

Referência Bibliográfica

ABIGALI, S. *Geopolítica da Biodiversidade*: Brasília: IBAMA, 2000.

ADORNO, L.F.M. *Gestão Competitiva, Estratégia Regional e o Tocantins*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2000.

BARBOSA, Y.M. *Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o Projeto Rio Formoso*. Campinas: Papirus, 1996.

- BECKER, B.K. “*Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica*” in BECKER, B.K & MIRANDA, M. (orgs.) a Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. *Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia*. Rio de Janeiro: mimeo, 2000.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRADFORD JR., C.I. “*La nouveau paradigme de la competitivite systematique: son importance, son sens e ses implications du poit de vie de la politique économique*” in BRADFORD Jr. (org.) *The New Paradigm of Systematic Competitiveness: Toward more Integrated Policies in Latin America*. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development, 1994.
- CORRÊA, R.L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1987. 2ª edição.
- DIEGUES, A.C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998., 2ª edição.
- FIORI, J.L. “*Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro*” in TAVARES, M.C. &
- FIORI, J.L. *(Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993. 4ª edição.
- GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, *Pólo Ecoturístico do Cantão*. Palmas: SEPLAN, 1999.
- HAESBAERT, R. “*Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*” in
- CASTRO, I. ; CORRÊA, R.L. & GOMES, P.C. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- IBAMA, *Centro Nacional de Conservação e Manejo dos Quelônios da Amazônia*. Brasília: mimeo, 2000.

- IBGE, *Censo 2000: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mimeo, 2000.
- JICA, *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins*. Palmas: Pacific Consultants International, 1998.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- MILESKI, E. *Aspectos da Vegetação e do Ecossistema da Ilha do Bananal: Mapa Fitoecológico e Indicadores da Pressão Antrópica*. Brasília: SAE, 1994.
- NOGUEIRA, W. "Com a casa arrumada" in *Gazeta Mercantil: Balanço Anual (Tocantins)*, ano II, nº 02. Belém: Gazeta Mercantil S.A, 1998.
- REZENDE, D. *Seqüestro de Carbono: uma Experiência Concreta*. Palmas: D. Rezende, 2000.
- SARACURA, V. *Plano de Manejo: Parque Nacional do Araguaia (Tocantins)*. Brasília.: IBAMA, 2000.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1992. 3ª edição.
- SANTOS, M. *Técnica. Espaço. Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, T. "A politização da natureza e o imperativo tecnológico" in BECKER, B.K &
- MIRANDA, M. (orgs.) *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SUDAM. *Ecoturismo: prioridade para a Amazônia*. Brasília: mimeo, 2000.
- WEISS, L. "Globalisation, Regionalization and State Capacity" in *Third National on Strategic Studies*. Rio de Janeiro: mimeo, 1996.
- WERLEN, B. "The social and the spatial in the globalisation process" in SAHR, W.D. (org.) *Por uma Geografia Social das Regionalizações Cotidianas: Benno Werlen e a Geografia*. Curitiba: UFPR, 2000.

Projetos pedagógicos em sala de aula: uma alternativa metodológica confiável?

WANDERLEY GURGEL DE ALMEIDA*

“Quem somos nós, quem é cada um de nós,
senão uma combinatória de experiências,
de informações, de leituras, de imaginações?
Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca,
Um inventário de objetos, uma amostra de estilos,
onde tudo pode ser continuamente remexido
e reordenado de todas as maneiras possíveis.”
(Ítalo Calvino)

Este artigo está recomendado a todos que podem se indignar com os resultados produzidos pelo modelo educacional desenvolvido no Brasil nos diversos níveis e modalidades de ensino. Enquanto quer ser um primeiro passo para uma tomada particular de consciência do *que* e *como* tenho ensinado nestes níveis, o trabalho também pretende colaborar para a avaliação das finalidades do ensino através de projetos. Vale ressaltar que esta proposta metodológica é bastante difundida também nas escolas locais, pois vem se tornando regular a prática de projetos em sala de aula e até mesmo a promoção de cursos de elaboração de projetos para professores e, em alguns casos, a proposição de trabalhos acadêmicos através de projetos, durante a graduação, inclusive na UFRR.

Sua importância reside na oportunidade de permitir o conhecimento e a análise sobre os procedimentos experimentados pelo professor e que podem servir de parâmetro àqueles que, como eu, acreditam numa formação profissional além dos programas curriculares, porém orientada por problemas da existência humana nos seus múltiplos aspectos. Para isto, o artigo percorre desde informações estatísticas a defesas e questionamentos de base sociológica, antropológica e pedagógica, por mim consideradas adequadas a este propósito.

Imagens do Descaminho Pedagógico

De aulas expositivas enfatizadas na tendência pedagógica liberal tradicional à

* Licenciado em Ciências Sociais e Especialista em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica pela UERN, atual Professor de Antropologia Cultural na UFRR e Professor de Sociologia na Escola Estadual Maria das Dores Brasil em Boa Vista – RR

livre construção de conhecimentos escolares de inspiração progressista, a escola e a sala de aula, no Brasil, já testemunharam diversos modelos de metodologias de ensino¹. Com o crescimento da população escolar e, igualmente, dos problemas presentes no ensino e na aprendizagem, hoje o estado de Roraima traz consigo, ainda, 12,2% de índice de retenção nas escolas públicas e particulares, 28,7% de retenção na 1ª Série e 7,8% de taxa de evasão, do ano de 1998 para 1999. (Nova Escola, nov./2000, p.19).

De fato, as condições do ensino e de aprendizagem já foram muito mais adversas que as de hoje - de baixos salários à ausência total de recursos pedagógicos. Mas, foi por iniciativas “acanhadas” que, pouco a pouco, escolas públicas e particulares foram alterando dados e, na melhor das hipóteses, sua concepção de conhecimento e de prática pedagógica.

No início de um novo milênio, fala-se na “Nova Educação”. Mudanças profundas e abrangentes se lançam de fora para dentro da escola vice-versa. Percebe-se que, sem a escola e, sobretudo, sem o professor, não tem como haver sociedade e, muito menos, humanidade. Pois, como diz Elvira de Sousa Lima²:

Ele não pode perder a dimensão de que a escola é o lugar da ampliação da experiência humana, o lugar como gente como ele, constrói conhecimentos, com o uso de diversas linguagens e da imaginação, (...) passa a perceber a importância de sua função para a preservação da espécie. (Nova Escola, Fala Mestre, dez. 2000).

Bases da Pedagogia por Projetos:

Da noção de produto do trabalho de engenheiros e arquitetos, a palavra *projeto* tem adquirido significados conforme o contexto a que mais se adequa. Mas, na condição pedagógica, há uma proximidade com o conceito de *plano* quando sugere o produto. Todavia, para o que aqui se considera, este conceito carece de complemento porque, exclusivamente, a idéia e o significado de *projeto* abre espaço para a instalação de condições favoráveis a um processo de construção do conhecimento, como um *continuo articulador*, conforme a justificativa de Vasconcellos³:

Traz subjacente a idéia de processo-produto, ou seja, (...) inclui o conceito de plano e o transcende, na medida em que remete também a todo processo de reflexão, de construção das representações e colocações em prática, e não apenas ao seu registro (2000: 97)

¹ Sem o intuito de me deter nos tipos, variedades e condições metodológicas do ensino, recomendo consultar Maria da Graça Nicoletti MIZUKAMI, Ensino: as abordagens do processo (São Paulo: EPU, 1986), bem como de José Carlos LIBÂNEO, Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos (São Paulo: Loyola, 2001)

² Antropóloga e Professora da Hofstra University- Nova York (EUA), e da Universidade de Salamanca (ESP). Especialista em desenvolvimento humano.

Até aí, nenhuma grande novidade, porque o ensino diretivo proposto por Dewey, entre outros, já permitia a presença de um instrumento norteador para cada objetivo de ensino e os resultados não foram os esperados. Porém, como ele próprio considera, fala-se em *projeto de ensino-aprendizagem* porque:

Ensino e aprendizagem são conceitos essencialmente relacionais e dialéticos(...). A rigor, não podemos dizer que houve ensino se não houve aprendizagem, por seu turno, embora o sujeito possa aprender algo sozinho, nunca está sozinho em absoluto, no mínimo, está partilhando uma linguagem que representa, em alguma medida, a presença do outro (op cit. p 98).

Como o autor propõe, há três fases. Na primeira fase - elaboração - são feitas a análise da realidade, a projeção de finalidades e a definição das formas de mediação; na fase seguinte - realização interativa - vivencia-se a ação pedagógica propriamente dita e a análise do processo; e, na última fase, a análise do processo e do produto.

Em todas as fases, é mister que haja a trilogia professor – aluno – comunidade. Nesta lógica, pensamento e ação são compartilhados entre eles, pois são considerados agentes produtores de conhecimento, procedimentos, soluções e atitudes, e não meros reprodutores de conteúdos. Daí, nenhuma das fases pode nascer de “mão única”. Ademais, perderia o valor e a identidade do grupo ao qual deveria estar em sintonia. E, não havendo comprometimento em todas as fases, nada gera, nada propõe e nada muda, que não seja um “monopólio pedagógico” (grifo nosso).

- Natureza Filosófica:

Cada pessoa, única no conjunto das múltiplas possibilidades existenciais, carrega consigo tempo afora, questões para as quais busca, incessantemente, respostas. Sem muito esforço, pode-se lembrar da máxima shakespeariana “ser ou não ser, eis a questão”.

Com o estudos das fases e contextos da evolução humana, o Homem sente-se além de um ser presente no mundo. Consciente do poder transformador que foi adquirindo com o exercício de erros e acertos, à medida em que ia satisfazendo, por exemplo, suas necessidades instintivas de sede e fome e, posteriormente, sentiu-se com carências sociais como de companhia, de carinho, de amor, para as quais vem se tornando cada vez mais capaz de descobrir e organizar processos que as supra. Encontra-se na Bíblia uma passagem bem interessante que bem serve para ilustrar o quanto é possível beneficiar-se da capacidade investigativa: “Pedi, e dar-se-vos-á, buscai e achareis, batei e abrirem-se-vos-á” (Mt: 7. 7).

Enquanto busca-se o preenchimento de espaços abertos seja por necessidades ou mesmo por razões de aprendizagem, a vantagem é que muitas coisas são descobertas tanto dentro quanto fora de si mesmo. Aperfeiçoa-se a pessoa, desenvolve-se a sociedade.

- Natureza Cognitiva e Metodológica:

A educadora Beate Althuoni⁴ aponta argumentos que justificam esta forma de construção do conhecimento escolar. São colocações bem interessantes e que servem para a auto-reflexão do professor.

A pedagogia de projetos procura dar conta de uma necessidade básica da educação: a de saber onde se quer chegar. Como tal definição não pode ser individual, precisa ser tomada coletivamente. A pedagogia de projetos pressupõe envolvimento, diálogo e enfrentamento de conflitos.

Nela, o professor ensina professor, professor ensina aluno, aluno ensina professor e aluno ensina aluno. O aluno trabalha para valer. Ele pode viver a experiência positiva do confronto com os outros, toma decisões, planeja, assume responsabilidades, enfim, torna-se agente de sua aprendizagem e produz algo que tem sentido e uma unidade. (Nova Escola, maio de 1998).

Como vê-se, a Pedagogia de projetos pretende algo desafiador: religar o homem ao Homem, ou seja, restaurar sua consciência de ser existente, “fraturada” com as constantes crises próprias do homem e dos paradigmas que sistematizou para estudar o visível e o invisível. É do professor Carlos Farias⁵, colocações pertinentes ao assunto:

Antes do Helenismo, a humanidade viveu séculos sem se preocupar muito com as explicações do “porque” dos fenômenos. A essa fase da História, Piaget denominou de empírica, pois o homem mais praticava do que explicava. Com os gregos, a civilização iniciou sua fase gnóstica, em que o homem tentou explicar racionalmente os fenômenos. Aí que teve início o nosso conhecimento científico ocidental.

Mais recentemente, na concepção de Piaget, a ciência não pergunta mais somente “por que acontece este ou aquele fenômeno?” Ela quer saber “para que serve esta explicação científica”. Temos, então, a fase da aplicação na indústria de nossos dias.

Assim teria sido a evolução da inteligência da humanidade. Torna-se importante salientar que o homem levou séculos para ultrapassar o simples empirismo. Para chegar a teorizar, a civilização teve de fazer, manusear e intuir durante milhares de anos. Este foi o percurso natural da espécie humana.

Há uma fase em que a criança tem uma inteligência prática – ela é

⁴ Recorte feito a partir de um panfleto, que circulou na escola onde trabalhei, no qual não é mencionada a área e local de trabalho da pesquisadora. Documento que se encontra em acervo particular.

⁵ Do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa – MG.

mais adiantada em ação do que em palavras; há outra em que ela faz afirmações a respeito do mundo sem se preocupar em demonstrar ou justificar; e há outra fase em que a pessoa realiza uma auto-submissão a uma disciplina qualquer, aplicando a si própria, um plano de vida. (Piaget, apud FARIAS, in: www.ufv.br/dpe/edu660/metdescoberta.html)

- Natureza Social:

Em plena sociedade da informação, não restam dúvidas da importância da escola para a sociedade e da sociedade para a escola. Cada vez mais se multiplica o número de pessoas beneficiadas de um recurso gerado pela realização de tantos projetos como, particularmente, o computador e suas ferramentas (internet...). É o reconhecimento da importância social, ou melhor, da natureza social da escola.

Uma pedagogia de projetos realiza esta prerrogativa. É da professora Tereza Gurgel⁶ a seguinte interpretação:

As formas para transmissão dos conhecimentos, dos idéias, dos interesses comuns e semelhantes, se modificaram para acelerar a comunicação das informações de forma que elas possam se tornar comum a muitos.

Uma imensa relação de aplicações técnicas ou práticas se desenvolveram através dos tempos, possibilitando a criação de novas formas e de novas relações.

Imagine a INTERNET como meio de implementação de recursos que possibilita mais interação entre os atores, podendo minimizar o isolamento, o individualismo e maximizar o compartilhamento, a união, a cooperação para busca de soluções.

É interessante que os educandos aprendam as ferramentas de seu ofício ao mesmo tempo que aprendam a explorar sua própria experiência, descobrir suas próprias intenções, acostumar-se a investigar sob regras, conseqüências e ter experiência em exemplificar, ilustrar, universalizar e deduzir ou induzir conclusões implícitas (GURGEL, in: www.http://orbita.starmedia.com/~tgurgel/).

Mas, um alerta é preciso ser feito: cuidado com modismos! Não se faça da pedagogia de projetos um fim, e, sim, um meio para alcançar outras dimensões do saber escolar, como bem diz a antropóloga:

Trabalhar só com projetos, partir da realidade do aluno e tudo isso

⁶ Em seu site não há referências à habilitação, área de pesquisa e local de trabalho.

que hoje se entende como o caminho da nova educação, pode levar a escola a reproduzir o que a criança ou jovem já aprendem lá fora. Essa não é sua função. A escola precisa preocupar-se com a formação humana. O aprendizado só ocorre quando são realizadas atividades como estudo, registro, pesquisa. Sem isso a criança não constrói conhecimento. (op. cit. dez. 2000).

Sem uma nomenclatura definida, a pedagogia por projetos já teve seu registro na História da Educação do Brasil. Se Pedagogia de Projetos; se Pedagogia de Projetos de Ensino; se Pedagogia por Projetos de Aprendizagem; se Pedagogia por Projetos de Ensino-aprendizagem, o que importa é que coloquemos a curiosidade e a constante insatisfação humanas como eixos de descoberta, de experimentação e de transformação de onde possamos existir.

Um Constructo Alternativo

Em tudo que colocamos nossas intenções, nele ciframos interesses que atraem e demandam poder. Embora, a princípio, o ensino através de projetos tenha sido a saída da pedagogia liberal pelo trabalho de Carl Rogers, hoje, a Pedagogia por Projetos de Ensino-aprendizagem mostra-se avançada em sua proposta.

Entre tantos conceitos que reformula a partir do *Humanismo* bem promovido na educação por Rogers, o que mais necessita ser evidenciado por nós professores é o de *Metodologia*. Segundo ele, as estratégias instrucionais e os livros são menos importante do que a atividade de aprender, pois com suas idéias, ser facilitador é uma identidade intransferível quanto ao sujeito e inadiável em seu tempo. As ações por ele propostas estão no “restaurar, estimular e intensificar a curiosidade do aluno; escolher os próprios interesses; promover todos os tipos de recursos (...) promover interações entre meios reais; desenvolver auto-disciplina e criticidade; de um clima que possibilite liberdade para aprender” (apud MIZUKAMI, p54).

Quando está iniciando seu roteiro de elaboração do projeto de ensino-aprendizagem, Vasconcellos nos alerta para os cuidados que devemos ter. Em todos eles há indícios de um pseudo-conservadorismo, como por exemplo “se o projeto for imposto pela escola, cabendo ao professor apenas copiá-lo e quando muito, fazer algumas modificações periféricas. Neste caso, o melhor é elogiar o projeto da escola, seguindo outro na sala de aula, enquanto vai procurando outro emprego” (2000: 132). Concretamente, ele torna nossa realidade bem lúcida, pois educar é um ato transformador de mentalidade e de estruturas ideológicas. Assim, é claro que a pedagogia por projetos de ensino-aprendizagem precisa ser bem defendida por todos aqueles que dela possam tirar melhoria de qualidade de vida. Talvez isto possa ser entendido pelos colegas professores, não importando o nível de escolaridade, de titulação e de ensino. E que isto passe pela forma como entendemos e agimos com os conhecimentos e alunos.

A educação escolar não pode ficar apenas no discurso da melhoria do ensino. É

urgente a necessidade de uma prática pedagógica pela pesquisa, em que nós professores ensinemos a andar para que os futuros professores e demais profissionais sejam suficientemente capazes de abrirem as próprias estradas, quebrando a dependência ideológica que tanto cerceia o poder criador do homem. Busquemos uma *cultura da pesquisa*.

Referência Bibliográfica

Nova Escola. Como fazer um bom projeto - Beate Althuon, São Paulo: Abril, maio de 1998

FARIAS, Carlos. (2000) Projetos .www.ufv.br/dpe/edu660/metdescoberta.html

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização, 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

Nova Escola. O mapa da repetência. São Paulo: Abril, nov. 2000, p.19.

Elvira de Sousa Lima Nova Escola, Fala Mestre, São Paulo: Abril, dez. 2000

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

GURGEL, Tereza. (2001) s.t. [www.http://orbita.starmedia.com/~tgurgel/](http://orbita.starmedia.com/~tgurgel/).

O Papel do Intérprete de Tribunal Sob a Ótica do Discurso Jurídico

LOURIVAL NOVAIS NETO*

0. Introdução

A história oficial sobre a interpretação de tribunal é bem recente. A atividade de foi iniciada com a instauração dos famosos tribunais de guerra na cidade de Nuremberg, na Alemanha, entre novembro de 1945 a outubro de 1946, e em Tóquio, entre junho de 1946 a novembro de 1948, no Japão, para mediar os julgamentos de autoridades - nazistas e japonesas - que cometeram crimes durante o período da Segunda Guerra Mundial. Depois, nos Estados Unidos da América, com o clima criado com o movimento dos direitos civis nos anos 60, a presença de intérpretes nos tribunais se tornou mais comum devido às necessidades sociais e ao desenvolvimento das minorias lingüísticas, o que culminou com a regulamentação da profissão, promulgada em 1978, no Direito Público nº 95-539 da Lei Federal dos Intérpretes de Tribunais dos Estados Unidos da América. Isso posto, a interpretação de tribunal veio ocupar uma posição mais elevada que outros tipos de interpretação legal pela sua relevância social: o direito fundamental à justiça.

Os estudos referentes à *Interpretação de Tribunal* são ainda recentes e escassos, embora muito progresso tenha sido alcançado em nível internacional. No contexto brasileiro, contudo, o papel do intérprete de tribunal ainda se encontra pouco investigado em caráter científico e de forma sistemática. Embora pouco investigado, esse tipo de interpretação é muito comum e recorrente no país, principalmente no Estado de Roraima, devido à sua posição fronteiriça com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, e onde essa atividade é justificada pela enorme necessidade de intérpretes bilíngües (falantes de língua inglesa ou de língua espanhola) para mediar averiguações de crimes praticados por estrangeiros provenientes destes países vizinhos do território brasileiro. Além de Roraima, Fortaleza, capital do Ceará, é uma localidade onde a atividade de intérpretes de tribunal no Fórum federal local é cada vez mais recorrente. Isso se deve ao fato de nos últimos cinco anos a cidade ter atingido o *status* da quinta maior capital brasileira e, por conseguinte, teve seu engajamento em transações do comércio internacional, despertando a atração de um considerável fluxo de turistas estrangeiros e imigrantes procedentes de diversas partes do mundo. Devido a isso, o número de estrangeiros presos nesta capital aumentou.

* Prof. do Departamento de Línguas Estrangeiras e Indígenas - UFRR
Doutorando na PUC-SP

Considerando que a atuação do intérprete de tribunal se dá inserida no domínio discursivo da área jurídica, investigar a construção da imagem deste profissional através do próprio discurso jurídico pode lançar luzes no estudo do seu papel, o que, a exemplo dos estudos em interpretação de tribunal, é ainda escasso. A respeito dessa construção discursiva, algumas questões podem ser levantadas. Na perspectiva da justiça, quem é esse profissional chamado de intérprete de tribunal? Como o discurso jurídico vê a sua relevância no interrogatório de estrangeiros? Quais são as expectativas do julgador quanto ao papel do intérprete de tribunal? Para ele, o intérprete está a serviço de quem: da justiça ou do acusado? O desempenho do intérprete de tribunal implica em algum impacto no julgamento do processo?

O meu objetivo neste artigo é, portanto, analisar o discurso de cinco juízes de direito, sendo quatro da Comarca de Boa Vista, e de um juiz federal de Fortaleza, com o intuito de descobrir suas expectativas em relação ao papel do intérprete de tribunal de justiça em depoimentos de estrangeiros falantes de língua inglesa.

1. Pressupostos teóricos

O conceito de discurso surge nas reflexões lingüísticas em oposição às tendências que consideravam a língua como um objeto autônomo. A famosa dicotomia saussuriana *langue/parole* é o palco de um projeto lingüístico que enfoca seus interesses em aspectos intrínsecos à linguagem (pertencentes à *langue*), desvinculando-a de sua realização subjetiva (a *parole*), que por seu caráter individual seria inobservável cientificamente. Essa desvinculação entre língua e seus aspectos exteriores (e.g. sujeito, sociedade), a qual tem influenciado muitas teorias da linguagem, não é capaz de explicar problemas de linguagem que requeiram uma observação para além dos seus aspectos formais, como é o caso da noção de 'fidelidade' que perpassa o discurso jurídico, para quem a tradução desejável deve-se dar palavra por palavra, o que na maioria das vezes é impraticável, uma vez que a atividade tradutória, a exemplo das atividades languageiras, envolve aspectos exteriores (e.g. diferenças culturais entre intérprete e acusado/juiz, que impossibilitam a tradução literal).

A disciplina Análise do Discurso surge na esteira dos interesses pelo estudo da língua que consideram suas condições reais de produção. Uma análise discursiva de um fenômeno de linguagem não pode prescindir da observação de seus constituintes sociais e ideológicos. Interessa, portanto, investigar quem é o sujeito da enunciação, quem é o outro a que se dirige o seu discurso, que ideologia perpassa os seus discursos, qual é o contexto sócio-histórico da enunciação.

Os estudos sobre o discurso também apresentam implicações para a compreensão da atividade de linguagem denominada tradução. Arrojo (1992), por exemplo, utiliza-se de um aporte da teoria do discurso para criticar posições teóricas nos estudos de tradução que contemplam texto como receptáculo de conteúdos estáveis. Essa visão, aliás, parece estar pautada na noção de língua enquanto objeto autônomo.

A abordagem discursiva de Arrojo rejeita a possibilidade de fidelidade ao

texto original, uma vez que ele “não é um receptáculo de conteúdos estáveis e mantidos sob controle, que podem ser repetidos na íntegra” (1992:38). Assim, um texto literário ou não só poderá ser abordado através de uma leitura ou interpretação. Dessa forma, o tradutor em contato com o texto está sendo mediado ‘por suas circunstâncias, suas concepções e seu contexto histórico-social’ (ibidem). Isso é o que ocorre com o intérprete de tribunal, de quem se espera uma reprodução absoluta, em outra língua, da intenção e sentimento do acusado, exigindo dele uma sensibilidade e um talento semelhantes aos que tradicionalmente se exigem dos poetas. A autora redefine a questão de fidelidade nestes termos: “a tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos ser o texto original” (Arrojo, 1992:44). Em outras palavras, a questão da fidelidade está diretamente relacionada a uma ‘interpretação’ do texto de partida. E como tal interpretação se trata de um evento discursivo, onde entram em jogo aquilo que somos, o contexto sócio-histórico de que participamos, as ideologias que compartilhamos, o texto de partida será então submetido a um processo de recriação ou transformação em ‘outro texto’, o texto traduzido.

2. Análise dos dados

2.1 Juiz de direito: sujeito da enunciação

Os sujeitos do discurso analisado, juizes de direito, também denominados de presidentes do inquérito, magistrados e julgadores, ocupam posição processual e deles se exige uma capacidade objetiva, subjetiva e funcional (Mirabete, 1995:322). A função fundamental do juiz é a decisão imparcial da causa penal, sem suspeição e impedimentos para o processo. Ele deve assegurar a aplicação da lei penal do processo, evitar quaisquer irregularidades que possam ocorrer e desfazer o mal feito por qualquer um que interveio no processo. No mais, o juiz desfruta de certas garantias de ordem constitucional: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos para que possa desempenhar suas funções com independência. Segundo o Código Penal, a lei lhe atribui uma série de poderes no que se refere à produção da prova, à disciplina, à coerção, relativos à economia processual e à nomeação. Além disso, o juiz também pode requisitar e arquivar inquérito policial, levar ao Ministério Público a notitia criminis e recebê-la, fazer a representação do ofendido, presidir a autuação em flagrante e remeter inquérito ao Procurador-Geral.

No que se refere ao Código de Processo Civil, no capítulo IV, seção I, os artigos 125 ao 138 prescrevem os poderes, deveres e a responsabilidade dos juizes, dentre os quais destacam-se: a equidade nos casos, a rápida solução dos casos, tratamento igual às partes, decisão da questão judicial nos limites em que foi proposta, além da necessidade de responder por perdas e danos no exercício de suas funções, omissão a lide, etc.

É envolvido neste contexto que o juiz se insere e julga.

2.2 Entrevistas orais: discursos produzidos

2.2.1 O corpus

O corpus deste trabalho é composto por cinco entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio, concedidas por juizes de direito em seus respectivos gabinetes de trabalho, no início de dezembro de 2001 e janeiro de 2002.

As convenções de transcrição empregadas na representação da conversação foram baseadas nas propostas apresentadas em Dionísio (2001) e Koch (1998), uma vez que cada uma delas complementa-se, ao assinalar o que é fundamental para análise e observação de conversações.¹

2.2.2 Como o intérprete é visto pelos juizes?

A primeira pergunta formulada aos juizes tratava de suas opiniões sobre a importância da atividade de intérpretes de tribunal. Em seu discurso, há um consenso sobre essa função representativa no interrogatório com estrangeiros. Conforme qualificam os próprios juizes, ela é *extremamente importante, fundamental, indispensável, imprescindível e essencial*² para o bom funcionamento de um depoimento de estrangeiros.

Não resta dúvidas de que eles ressaltam a importância desse ‘auxiliar da justiça’³ ou ‘auxiliar eventual’, assim qualificado por um dos juizes, como relevante, devido à necessidade de se fazer presente um perito⁴, conforme o próprio Código de Processo Penal no artigo 193 regula: *Quando o acusado não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por intérprete*. Dessa forma, o juiz, ao fazer a nomeação do intérprete, *sem que nenhuma das partes poderá intervir na nomeação deste*⁵, é respaldado por este perito para que o depoente se faça compreendido e/ou impeça a nulidade do interrogatório. O juiz lança mão desses técnicos e especialistas no intuito de buscar recursos para complementar, colaborar e elucidar o seu julgamento (Noronha, 1989)⁶.

¹ Além dessas convenções, as transcrições obedeceram a uma norma regulada pela Universidade Estadual do Ceará, conforme seu manual “Normas para organização, redação e apresentação de trabalhos científicos na Universidade Estadual do Ceará”, no subitem 4.2.3, páginas 12 e 13, que trata da formatação para transcrição das falas de sujeitos ou informantes utilizados em pesquisa.

² As convenções adotadas para a transcrição das falas dos juizes foram: indicação dos falantes no início de cada turno: **Doc.**, **Juiz 1**, **2**, **3**, **4** e **5**; ênfase/accentuação tônica: MAIÚSCULA; fala interrompida: ; falas simultâneas e superpostas: [; comentários descritivos do transcritor: (())

³ Essa denominação é estabelecida no Código de Processo Civil no capítulo V, artigo 139.

⁴ No Código de Processo Penal, capítulo VI, § 34, Artigo^o 281 regula: “Os intérpretes são, para todos os efeitos, equiparados aos peritos”.

⁵ Artigo 276.

⁶ Noronha, E. M. Curso de direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 19ª edição, 1989. p.148 *apud* Mirabete (1995:352).

2.2.3 A serviço de quem está o intérprete?

Segundo os juízes, na triangulação juiz/intérprete/acusado, a posição que o intérprete ocupa dentro do Fórum é bem definida: ele está a serviço da justiça. Essa condição é prevista tanto no Código de Processo Civil quanto no Código de Processo Penal, os quais o denominam ‘auxiliar da justiça’. Os intérpretes podem ser oficiais integrantes dos quadros da Polícia Judiciária. Uma vez oficiais, os peritos podem desempenhar suas funções independentemente de nomeação da autoridade policial ou do juiz, sem prestar compromisso (Mirabete, 1995:265). Aos não oficiais ou particulares exige-se que sejam duas pessoas⁷ idôneas e portadoras de diploma de curso superior, nomeadas para prestarem seus serviços em cada processo em particular, e que devem obrigatoriamente prestar compromisso conforme o artigo 159, § 2º. A lei exige do perito/intérprete não oficial a habilitação técnica, ou seja, que seja uma pessoa apta em sua *profissão, atividade ou experiência a prestar informações e conclusões na sua especialidade*.

Os intérpretes bilingües, mesmo que não oficiais, (naturalmente terão preferência os tradutores oficiais ou integrantes de órgãos públicos) estarão sujeitos à disciplina judiciária⁸. Eles são requeridos mediante o Mandado de Intimação, documento expedido pelo juiz ao intérprete por meio do Oficial de Justiça, o qual requer o seu comparecimento em data e local designados, a fim de prestar compromisso na atividade de interpretação naquele juízo. Após o comparecimento, é lavrado o Termo de Compromisso, na forma de documento legal escrito que, após ser assinado, é anexado aos autos do processo. Esse termo tem como característica fundamental a nomeação do intérprete feito pelo titular da vara, o juiz, para aquela audiência especificamente. O termo de compromisso afirma textualmente: *lhe foi deferido o compromisso legal, que aceitou, de bem e fielmente, sem dolo nem malícia, servir como Intérprete na presente Ação Penal*.

Em suas falas, os juízes evidenciam que o intérprete atua “em benefício da justiça, da verdade” (Juiz 1 e Juiz 3) e que, ao prestar juramento, o seu trabalho tem “a mais absoluta isenção” (Juiz 1), ou seja, o intérprete deve se comportar “com imparcialidade” (Juiz 2). Esse é o ponto principal. Ele deve relatar os fatos de “forma TÉCNICA sem nenhuma visão parcial e sem nenhum comentário adicional” (Juiz 2). Os juízes sugerem com isso que a função do intérprete de tribunal é simplesmente um técnico da língua, ou seja, que os intérpretes reproduzam o texto dos acusados na língua nacional e vice-versa, e que supostamente exercem a mesma imparcialidade atribuída a eles na busca da verdade.

⁷ Neste sentido dispõe o artigo 159 do Código de Processo Penal, com redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.862, de 28 de março de 1994, que além dos exames de corpo de delito, outras perícias serão feitas por “dois peritos oficiais”.

⁸ Artigos 275, 277 e 278 do Código de Processo Penal.

2.2.4 Quais são as expectativas dos juízes quanto à atuação do intérprete?

O terceiro ponto se refere às expectativas dos juízes no desempenho da atividade do intérprete. É nele que se situa o ponto nevrálgico de toda a teoria da tradução: a questão da fidelidade. Os relatos revelam que o intérprete deve “ser o mais fiel possível”, porque essa fidelidade, segundo eles, vai definir a sua capacidade e competência no desempenho da função. Vejamos alguns desses relatos:

o que se espera do intérprete, então, que ele tenha o necessário conhecimento, a necessária competência pra passar pra gente que não conhece aquela língua estrangeira *exatamente* o que a pessoa, o que o estrangeiro está declarando (Juiz 1, linhas 23 a 25, *grifo meu*);

a função do intérprete é fazer com que o juiz compreenda o que o estrangeiro está dizendo (Juiz 2, linhas 12 e 13),

(...) ele deve ser leal (Juiz 2, linha 14);

(...) que ele faça o papel dele, que é traduzir o que o réu tá dizendo e não botar palavras e incluir uma versão dele, do intérprete, e sim do acusado, o mais fielmente possível (Juiz 4, linhas 23 a 25).

Por essas falas, percebe-se que, para os juízes, a fidelidade não é apenas possível, mas também se faz necessária. O Juiz 5 vai mais além, atribuindo ao intérprete a função de “transmitir o sentimento” do acusado:

O intérprete tem, a meu ver, uma função importantíssima de transmitir não apenas as palavras da pessoa que está/ pra quem ela está interpretando, mas transmitir principalmente a idéia e se possível até o *sentimento* que vem naquelas palavras. Então pra mim o BOM intérprete é aquele que realmente consegue transmitir fielmente idéia e *sentimento* daquilo que a parte quis apresentar (linhas 15 a 19, *grifos meus*).

Os juízes, ao enfatizarem a idéia de fidelidade ao original, parecem compartilhar da idéia de um dos pioneiros da tradução, Alexander Fraser Tytler⁹, que postulava três princípios básicos de uma boa tradução: primeiro, a tradução deveria reproduzir na sua totalidade a idéia do texto original; segundo, o estilo da tradução dever ser o mesmo do original e terceiro, a tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original.

2.2.5 A presença do intérprete causa algum impacto no julgamento?

Para juízes, advogados, defensores públicos, litigantes e testemunhas, a presença de um intérprete de língua estrangeira transforma os procedimentos normais da justiça em um evento bilingüe (Mirabete, 1995). O tribunal é, portanto, transformado na presença de um intérprete. Seu impacto na audiência não pode ser ignorado. O autor sugere que essa argumentação seja verificada.

As repostas dadas pelos juízes refletem opiniões divididas. Esse impacto é, segundo a opinião de dois juízes (Juiz 1 e Juiz 5), muito *decisivo* e pode *influenciar muito no julgamento*. Fica explícito aqui no discurso dos juízes que a presença de uma terceira pessoa na audiência, o intérprete, pode modificar o julgamento da sentença, uma vez que o papel conferido ao intérprete é de certa forma a 'voz' do juiz na língua estrangeira. Aqui, mais uma vez, se faz necessária e se atribui ao intérprete a fidelidade tanto às palavras dos juízes quanto às dos acusados. Caso haja algum 'erro' de interpretação, ou seja, se não for traduzido exatamente como o réu declarou, o julgamento vai ser alterado. Nessa mesma linha de argumentação, confirma o Juiz 5 que:

Da mesma forma que um depoimento reduzido a termo ele pode ser incompleto, ser omissivo ou ser mal elaborado de uma forma tal que dificulte a apreciação da prova, a tradução, a forma como o intérprete passa as informações para o juiz também vai ter um impacto assim muito grande (linhas 25 a 28).

Dessa forma fica implícito que a idéia de fidelidade na interpretação de tribunal não é a mesma defendida por Tytler, anteriormente comentada, e que há verdadeiramente uma tradução intralingual (sem a presença do intérprete) e interlingual (com a presença do intérprete), e nelas há interpretações que os juízes e intérpretes construíram a partir dos textos de partida e por conseguinte transformaram em outros textos.

Há outros juízes (Juiz 2, Juiz 3 e Juiz 4), porém, que afirmam categoricamente a inexistência do impacto no depoimento de estrangeiros, ou que a presença do intérprete *não tem nenhum efeito*. Aqui mais uma vez fica notória a concepção de invisibilidade do intérprete, como o perito que *apenas* transforma os discursos das duas partes. Para eles, esse profissional é *uma figura acessória* (Juiz 4, linha 29), *eventual* (Juiz 4, linha 34), *de colaboração* (Juiz 3, linha 29), sendo o intérprete tratado como qualquer outro perito, o que desconsidera a sua especificidade.

2.2.6 Os recursos extralingüísticos influenciam na avaliação do depoente?

A palavra do acusado, seus gestos, seu tom de voz, sua espontaneidade, podem dar ao juiz um elemento de convicção insubstituível por uma declaração escrita (Mirabete, 1995:278). Partindo dessa afirmação, a última pergunta foi formulada aos juízes. Constata-se através de suas repostas a necessidade que tem o julgador em observar o acusado no intuito de reunir um número maior de elementos ou pelo menos *um*

razoável entendimento para, talvez, “compensar a perda” que ocorre durante o processo de interpretação. Essa constatação é percebida principalmente nos depoimentos onde não há a presença do intérprete. Parece que essa “psicologia do acusado” (Juiz 2) é intrínseca aos juizes.

Rosa (1999:310) revela a importância do interrogatório ser um ato oral, de extrema relevância, e na presença do interrogado, para que o magistrado possa reunir mais elementos que possibilitam uma sentença justa e imparcial. O autor acrescenta que no processo penal:

o juiz deve e precisa ver o acusado, ouvir suas palavras, analisar suas respostas, sentir sua reação. Pelo seu modo de olhar, por sua fisionomia, pelas demonstrações de arrependimento ou de indiferença, pela ignorância, simplicidade ou humildade com que as imputações que lhe são endereçadas, o juiz vai formando sua convicção acerca de sua inocência ou responsabilidade e, sobretudo, de seu grau de culpabilidade.

Ao contrário da testemunha, no momento do interrogatório, o acusado não tem necessariamente que cumprir o compromisso de dizer a verdade. Porém, é um momento em que ele pode falar francamente em seu benefício a respeito dos fatos ocorridos, sem atribuir a ele mesmo o crime em favor de outra pessoa, o que pode levá-lo a cometer outro crime se assim ele o proceder¹⁰. Essa peculiaridade do discurso jurídico é demonstrada na fala do Juiz 3:

O que se tem que levar em consideração, basicamente, é que as declarações de um acusado elas são um meio de defesa e não meio de acusação. Quando o interrogado ele depõe em juízo, ele está promovendo a defesa dele, é mais um meio de defesa pra ele¹¹. Tanto é que se um interrogado ele é convocado para depor, ele comparece e se ele quiser ele não declara outras coisas se não o direito de silêncio conforme a constituição. Então o interrogatório é um meio de defesa, não um meio de acusação. Então a mais ((inaudível)) lei diz que o silêncio do interrogado não pode ser levado em consideração para condenação. Se o condenado ele prefere ficar em silêncio, o juiz tem que constar nos autos outras provas, porque o silêncio do interrogado não pode ser tido como antigamente era tido como indicio de

¹⁰ Artigo 342 do Código de Processo Penal.

¹¹ Essa idéia é compartilhada também por Mirabete (1995:275).

¹² O silêncio do interrogado não pode ser interpretado em prejuízo dele, no entanto pode fornecer ao juiz a convicção para a sua condenação acrescida de outros elementos dos autos (Rosa, 1999:311). Essa afirmação é baseada no artigo 186 do Código de Processo Penal: “antes de iniciar o interrogatório, o juiz observará ao réu que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa”, e combinada ainda com o artigo 198: “O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”.

culpabilidade¹². (linhas 36 a 45).

O modo de falar dos acusados, seus gestos, suas reações, enfim, *o estado emocional dele(s) durante a audiência. tudo isso faz que o juiz considere as alegações dele como fortes ou não para a absolvição* (Juiz 3, linhas 52 a 54). Tudo isso denuncia.

3. Considerações finais

Baseados no senso comum de que língua é uma estrutura estável, os juízes vêem que a atividade do intérprete de tribunal é meramente mecânica, restringindo-se a “levar o conteúdo original” da fala do depoente a ele como se o intérprete fosse o responsável pelo transporte de uma carga ao seu destino. Esse é o discurso ainda reproduzido no meio jurídico.

A prática de interpretação jurídica implica uma posição muito delicada, pois a participação do intérprete como “mediador” durante a audiência pode influir negativa ou positivamente no desenrolar do processo, como afirmaram os juizes. Os participantes deste processo, ou seja, o acusado, o advogado e, sobretudo, o juiz, assumem que o intérprete, dentro da estrutura social do tribunal, não passa de uma máquina que converte o discurso do depoente e/ou da testemunha em língua estrangeira para a língua materna do juiz, advogado e testemunhas, e vice-versa. Isso se percebe porque, além da falta de treinamento adequado e da real definição, na prática, do papel do intérprete de tribunal, o que pode levar a interpretações deficientes, o sistema judiciário não reconhece qualquer intervenção e consideração das diferenças culturais e linguísticas entre os participantes do processo, sobretudo quanto à transmissão das mensagens do acusado (Gamal, 1998).

Segundo postula Rosa (1999:317), no interrogatório de estrangeiro, o juiz designará qualquer pessoa, que considere de confiança e conhecedora da língua estrangeira, para o exercício da tarefa. Acrescenta ainda que “a tradução deverá ser feita palavra por palavra, e não através de resumo”. Esse teórico reproduz exatamente antigas concepções da teoria de tradução, as quais, infelizmente, ainda se praticam nos Fóruns dessas duas capitais brasileiras em pleno início do século XXI.

Outra idéia já refutada nestes discursos é a concepção de linguagem por parte dos juizes. Para eles, um bom tradutor é qualquer pessoa que tenha o conhecimento da língua, como se isso fosse suficiente para atividade de tal envergadura, que é a atividade dos intérpretes de tribunal. Definitivamente não é. Como profissional da área, acredito que a atividade de interpretação de tribunal exige muito estudo e dedicação dos profissionais, não bastando apenas o conhecimento da língua estrangeira e domínio de amplo vocabulário. Faz-se necessária a formação específica nas técnicas de interpretação, concentração e voz, exige-se também o domínio de ampla cultura geral, aliado a um certo poder aquisitivo para a compra de dicionários, aquisição de programas sofisticados de computador para a tradução e leitura assídua de periódicos e revistas (estrangeiras ou não) especializadas. Além disso, o intérprete de tribunal deve fazer parte de um órgão que agregue os profissionais, intérpretes e tradutores, cursar uma univer-

cidade para formação acadêmica de tradutores e intérpretes e participar regularmente de cursos especializados nessa área com horas de prática supervisionada.

Se em termos de tradução a fidelidade é algo inalcançável e, portanto, a presença do intérprete causa impacto na produção/compreensão do discurso nas audiências, é desejável então que os juízes reavaliem a responsabilidade que atribuem a este profissional, que irá interpretar seus discursos e dos demais que participam deste espaço de enunciação que é o interrogatório.

Referência Bibliográfica

ARROJO, Rosemary. Oficina de tradução - a teoria na prática. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1992.

BRANDÃO, Helena H. N.. Introdução à análise do discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 7ª edição, (s/d).

DIONÍSIO, Ângela P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 69-97, 2001.

GAMAL, Muhammad. Court interpreting. In: BAKER, Mona (ed). Routledge encyclopedia of translation studies. London/New York: Routledge, 53-56, 1998.

JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva 1998.

KOCH. Ingedore V. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1998.

LEITE JUNIOR, Edgard H. (org.). Código de processo civil. São Paulo: Rideel, 4ª edição, 1998.

MIRABETE, Júlio F. Processo penal. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 1995.

ROSA, Antônio J. M. F. Processo penal. Brasília, Distrito Federal: Editora Consulex, 1ª edição, 310- 351, 1999.

Resenha: *As Barbas do imperador, D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos*, de Liliam Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

JACIR GUILHERME VIEIRA*

Numa conversa informal num consultório médico, dessas em que se fala de tudo sem nada aprofundar, um senhor falava que jamais estudaria ou faria um curso de História, pois detestaria decorar e guardar datas e nomes de pessoas importantes. Isso tudo carregado de intenso bom humor.

Em oposição a essa visão positivista, que sem dúvida contribuiu para a construção da história como ciência, e que ainda persiste na visão do senso comum como também na maioria dos livros didáticos, surgiram outros modelos explicativos para se fazer história. Um dos mais importantes foi o Materialismo Histórico e dialético, cuja análise privilegia, principalmente, as relações econômicas e sociais da realidade estudada. Recentemente, podemos perceber também uma influência importante da historiografia francesa, que encontrou campo fértil no Brasil, principalmente entre os historiadores que passaram a trabalhar com a "*Questão do imaginário, da representação, do simbólico*", abrindo espaços e utilizando-se dos mais variados tipos de fontes, banindo definitivamente a ditadura das fontes escritas. Nesse sentido a pesquisa tem dado saltos importantes, com os mais variadas temas possíveis.

Dentro dessas novas formas de conceber o estudo da história, apresentamos a obra da professora Liliam Moritz Schwarcz, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, USP, que lançou pela Companhia das Letras "*As BARBAS DO IMPERADOR*", trabalho agradabilíssimo de ser lido, sobre um dos períodos mais importantes da nossa história: o Império. Sem possuir o objetivo tão recorrente entre os historiadores de buscar culpados entre Monarquistas e Republicanos, a antropóloga preocupou-se com a perspectiva de descortinar o reinado do Imperador Pedro II:

"Nesta batalha simbólica travada entre República e Monarquia melhor do que descobrir vencedores é repensar a importância da dimensão cultural. Seguindo as pistas de Branislav Basco, que aponta para a relevância do estudo do sistemas simbólicos de uma sociedade, percebemos que todo o regime político estabelece em sua base um imaginário social constituído por utopias e ideologias mas também por mitos, símbolos e alegorias, elementos poderosos na conformação do poder político, especialmente quando adquirem aceitação popular".

* Professor Departamento de História - UFRR
Doutor em História - UFPE

Com a perspectiva de estudar as construções do simbolismo no Império, a autora teve-se na figura do próprio d. Pedro II, mostrando como a Monarquia fez uma série de investimentos em alguns setores da sociedade, com o objetivo de construir um verdadeiro império nos trópicos, aos moldes dos grandes impérios europeus. Investimentos que não estavam ligados à melhoria das condições de vida da população do país, mas basicamente estavam ligados às artes, à história, à poesia, nos manuais de civilidade, e da concessão de títulos de nobreza, entre outros.

Suas fontes de pesquisa para fazer tal estudo foi a iconografia e a literatura, material importante, presente no decorrer de sua obra. A autora articula muito bem essas duas fontes, sendo que a primeira não tem um caráter decorativo, mas apresenta-se como uma fonte que fala, que explica, que sai do seu silêncio. Isso acontece quando ela faz uso das fotografias, das pinturas, com as xilografias e litografias que eram premidas, doadas e distribuídas a amigos, parentes e, principalmente, enviadas a órgãos públicos que tinham o claro objetivo de fazer a propaganda do governante.

A autora mostra que a pompa do Estado imperial ficou imortalizada em todos os momentos importantes do imperador, que ainda não tinha posição marcante nem dentro nem fora do país. Para tanto tornou-se necessário a esse projeto formar uma imagem magnífica do Brasil, mas principalmente do monarca, apesar das diferenças gritantes entre o Brasil e os grandes impérios da Europa. Assim, através de vários mecanismos, sua marca começa a ser edificada: em sua coroação, em seu casamento, em viagens empreendidas pelas principais Províncias do país, como também fora dele, e na participação do Brasil em Feiras Internacionais. Em todas essas ocasiões, afirma a autora, representa-se o teatro da corte como elemento básico para o fortalecimento do poder real.

Todo essa indumentária de um Estado em construção esconderia seu caráter de exceção. Nas palavras da autora, a corte nunca mostrou o trabalho escravo: esse “*deveria ser transparente e silencioso*”. A escravidão foi, na verdade, até o final do reinado de Pedro II, a grande contradição de seu império, que pretendia ser europeu.

A autora lembra que para fundar uma imagem, como também para construir sua memória, foi o próprio Imperador que investiu na criação e fortalecimento de instituições como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Seu projeto literário, intelectual, não seria outro senão concentrar-se principalmente na natureza dos trópicos, nos costumes e, sobretudo, na figura do índio como elemento puro dessa natureza. Como foi um projeto oficial, teve na figura d. Pedro II o maior “mecenaz” dessas articulações, financiando não só pessoas ligadas ao IHGB, mas profissionais das mais diversas áreas que comungassem das suas idéias:

“D. Pedro II financiou advogados, agrônomos, arquitetos, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”, sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luiz XIV; era uma referência ao

momento em que d. Pedro passa a ser o artífice de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o império.”

O livro *As Barbas do Imperador* mostra d. Pedro II como o grande idealizador de tal projeto, derrubando a tese do Imperador bonachão, do Monarca “no mundo da lua”, edificado, principalmente, pela imprensa carioca no final do Império. A obra mostra claramente que a idealização de tal projeto não passava somente pelas pompas cerimoniais, ou pelas festas da corte. Teoricamente, o mundo da literatura oficial, acanhada a princípio, começava a ser descortinada, como uma forma de articular uma memória nacional. Esse projeto, segundo a professora Liliam, estará presente na literatura, no teatro, na música, todos gozando das benesses do Monarca, sendo financiados pelos cofres públicos. A autora detalha um conjunto de colaboradores desse projeto, dando um destaque para o escritor José de Alencar, o maestro Carlos Gomes, como também para o pintor catarinense Victor Meireles; estes, agraciados com bolsas de estudo no exterior. Todos eles encontravam na figura indígena a essência de suas obras. Os objetivos aqui não seriam outros, segundo a autora, senão o de apagar a memória de um país com enormes diferenças culturais e o de escamotear a realidade brasileira:

“Dedicando-se à astronomia, engenharia, medicina, hebraico e à tradução dos textos clássicos, d. Pedro II abria os salões literários no palácio de São Cristóvão, dirigia as reuniões do Instituto Histórico, ia à ópera, acompanhava exames do colégio Pedro II e acompanhava as exposições anuais da academia de Belas Artes. Ai estavam as colunas de sua construção. A imagem era os trópicos e o indígena idealizado.”

A autora esclarece que o projeto de d. Pedro estava também presente nas concessões de títulos de nobreza para uma burguesia que começava a se enobrecer, como também a “civilizar-se” com os manuais da boa conduta. A autora não deixa escapar nenhum detalhe desse projeto e dentro dele está a construção do Palácio de Petrópolis, como também da própria cidade, refúgio de toda a corte e, principalmente, da família real:

“Projetado e construído para abrigar a família imperial, o Palácio não poderia fazer feio. Era a casa do Imperador, sua representação mais clara, seu símbolo de demonstração de hierarquia. A casa do Imperador apareceria como o produto mais visível de interação entre a grandeza da corte”.

Por outro lado, percebe-se na obra que nem tudo foi festa e representação no Império. Seu declínio começou a ser delineado com a guerra do Paraguai que consumiu, além de milhares de vidas, “614 mil contos de reis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1865, criando um déficit que persistiu até 1889.” Neste mo-

mento, deixando-se pintar como um gaúcho da fronteira, passando a denominar-se o voluntário número um da pátria, seu governo recebe críticas ferrenhas por parte do Exército como também por parte do recém criado Partido Republicano, que aliados derrubaram o império de d. Pedro II.

São vários os capítulos importantes dessa obra, porém o de número doze chama a atenção. Em primeiro lugar a autora vai reafirmar a tese da professora Emilia Vioti da Costa, numa revisão historiográfica, que o Império só teria se mantido de pé enquanto não surgiram oposições suficientemente fortes. Isso se deu a partir de 1871, quando da assinatura da Lei do ventre livre. Os setores mais conservadores viam nesse projeto a traição da coroa, que até então defendia o monopólio da mão-de-obra escrava.

Num outro momento da obra, a autora avalia que as mudanças ocorridas na época não tocavam na estrutura do país, pois não se mexia na agricultura, no latifúndio, muito menos no trabalho escravo que, na verdade, foram os grandes alicerces da política conservadora deste império. Observemos as palavras sutis da autora sobre essas mudanças:

“O que se modificava eram os costumes e imagens da monarquia, os trajes reais seriam utilizados apenas nas datas solenes: abertura do Congresso e nas fala do trono - enquanto nas demais ocasiões d. Pedro se apresentaria como o “Monarca Moderno”- com traje de pequena gala, cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos, penas de escrever e balaustradas onde se apoiava para agüentar o longo tempo da foto e fazer pose de pensador.”

Utilizando o recurso da fotografia, d. Pedro II é associado a um projeto de modernidade do século XIX - século da ciência. As análises das fotografias feitas pela autora, enquanto metodologia para a análise do simbólico, da representação, mostram como o monarca esteve sempre cercado por locomotivas, barcos a vapor, telefone como também de símbolos do seu Estado, fazendo o uso em abundância da fotografia como um grande instrumento de divulgação de sua imagem moderna como queria que fosse o seu reino.

Obras de Machado de Assis foram utilizadas pela autora para mostrar a “força” que tinha o Imperador nos destinos dos mortais. Ela embriaga-se com d. Casmurro para mostrar como o personagem Bentinho apela pessoalmente para o imperador, com o objetivo de resolver seu problema - sua inevitável separação de Capitu:

“Matéria de ficção, ou melhor de alusão dentro de um romance de ficção, o Imperador é antes de mais nada o lugar da imaginação e de uma grande representação. Ele é o sábio mecenas que acompanha as escolas do país, o amigo íntimo da casa, um conselheiro em temas de destino, um amuleto em caso de sorte.”

Com a perspicácia de uma grande pesquisadora, percebe que as novas fontes ajudam a levantar uma série de teses sobre o período imperial de nossa história, que precisamos repensar. Mas deixemos que ela mesma fale:

“Apesar do tom laudatório das maiores das biografias, o que ressalta é como, mas uma vez, a representação do Imperador, embora um pouco fragilizado em razão do seu estado físico, era mais forte do que o regime, e de alguma maneira a despeito das interpretações que menosprezam os personagens - era a sua própria presença que parecia segurar um sistema político isolado e enfraquecido.”

Para não mais me alongar na análise desta obra, que tem recebido elogios de grandes historiadores, entre eles, José Murilo de Carvalho, arriscaríamos dizer que o livro torna-se leitura indispensável para professores, estudantes, como também para aqueles que estão fora das academias: pessoas como o conhecido do consultório, que neste livro não teria o trabalho de guardar nomes nem datas, pois o que mais se destaca na obra é o projeto civilizatório de d. Pedro II, que tenta igualar-se às grandes nações européias: um projeto nacional romântico, contrastando com uma sociedade escravocrata e latifundiária.

Resenha Crítica: *Bibliografias Úteis à Pesquisa Científica 1641-1998*, de Reinaldo Imbrozio Barbosa, Efrem Jorge Gondim Ferreira e Yêda Vídeio Penedo (Eds.). Manaus, INPA, 2000

PROF. ERWIN H. FRANK*

Chegou finalmente às nossas mãos uma publicação importantíssima, editada por Reinaldo Imbrozio Barbosa, Efrem Jorge Gondim Ferreira e Yêda Vídeio Penedo, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). O livro, financiado em conjunto pelo INPA e Governo do Estado de Roraima, foi publicado em Manaus, com data de 2000. A obra pretende (segundo a “Apresentação” de Dr. Warwick E Kerr, Diretor do INPA): “... estabelecer, em um único documento, todo um poderoso acervo que é base para qualquer trabalho de pesquisa que venha a destacar Roraima ... com o intuito de ... massificar a informação e facilitar, consideravelmente, os trabalhos de busca literária de pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação...” (P.10). Como tal, ela é de inestimável valor, sobretudo para nós, docentes e discentes da UFRR, que preparamos ou assistimos cursos nos quais tentam mostrar a capacidade da ciência em geral de gerar saberes úteis para todo tipo de “realidade”, inclusive a regional (roraimense); que orientamos ou elaboramos “monografias de graduação” (quase sem exceção tematicamente voltadas para a região) e que tentamos seguir adiante com nossas próprias pesquisas, sem (até agora) dispor de uma fonte confiável e abrangente de orientação quanto a outras tentativas de aplicação da ciência ao ambiente regional, nem de uma biblioteca (universitária ou outra!) a nível de Estado, organizada e conformada em maneira tal que a descoberta de tentativas bem sucedidas poderia ser realizado *en situ*. No futuro, esse livro será nosso ponto de saída obrigatório para qualquer esforço neste sentido, mesmo que não compartilhemos o otimismo do Editorial (P.11) que declara todos os livros e ensaios bibliografados nesta obra seja “de livre acesso ou de fácil obtenção pelo usuário comum”.

Ora, em vista do enorme avanço que o livro representa para a ciência, nem tanto “sobre”, mas principalmente em Roraima, pode parecer mesquinho e até ingrato querer, além de aplaudir e agradecer a chegada desta obra, formular ainda algumas críticas, mesmo que pertinentes. Mesmo assim (e talvez só para não romper com uma velha tradição deste gênero literário), formularemos - no que segue - alguns questionamentos, quase todos relativos à sistematização ou à estruturação interna da obra - com a exceção das seguintes frases: referências bibliográficas são extremamente

* Prof. do Curso de Ciências Sociais - UFRR

alto Auaris), os Patamona do Maú, ou até os Macuxi e/ou Wapishana, os Wai-Wai ou até Waimiri-Atroari, deste lado das fronteiras nacionais e inter-estaduais, sem conhecer o que já foi escrito e publicado (em todas as línguas!) sobre grupos locais dos mesmos povos na Venezuela, Guiana, o Amazonas e até o Pará é simplesmente inimaginável!

Mais ainda! Pelo menos do ponto de vista antropológico, “Roraima” faz parte de uma extensa “área cultural” (que outros já chamaram “circum-roraima”), centrada no Monte Roraima, e que irradia de lá até os vales do Orenoco, o Amazonas e a costa atlântica das Guianas. Ora, como mostraram De Civrieux e Whitehead em obras importantes (que, lastimalmente, os editores ignoram³), nem as diversas fronteiras políticas, lingüísticas e culturais que dividem esse enorme espaço na atualidade, nem (menos ainda) as múltiplas viravoltas que a história de ocupação e incorporação colonial desta vasta área nos impérios coloniais de espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses e franceses sofreu desde o início do século XVI pode realmente ser entendida sem análise detalhada das extensas redes de interação pré-coloniais que marcaram este espaço, assim como as múltiplas redefinições que estas redes sofreram em consequência do colonialismo e neo-colonialismo.

Mas, sem dúvida, tudo isso vale não somente para a antropologia, senão igualmente para qualquer outra ciência! Afinal, nenhum biólogo estudando, digamos, as antas de Roraima ignorará algum estudo sobre esta espécie, só porque foi realizado na Colômbia, por exemplo!

Ora, muito mais questionável ainda que tentar encerrar essa obra bibliográfica nos limites “arbitrários” de Roraima me parece o (ab-)uso que os editores deste livro fazem do complexo esquema de classificação numérico-temática de livros, artigos e outros materiais que, algum tempo atrás, foi elaborada e propagada a nível nacional, com a finalidade declarada de “unificar” a classificação de publicações de toda índole nos “fichários temáticos” das bibliotecas e, desta maneira, “facilitar” o trabalho bibliográfico. Mesmo que extremamente complexo, esse esquema é útil, - sempre que usado para organizar fichários multi-referenciais, preferencialmente computarizados, onde toda obra está classificada sob todos aspectos que o seu conteúdo permitir ou requerer. Se, pelo contrário, se tenta encaixar (como nesta bibliografia) toda e qualquer obra em uma, e só uma, das centenas de categorias do esquema, o resultado é inevitavelmente de questionável valor.

Para dar um exemplo: “Religião” (200) é uma das dez grandes supra-categorias no esquema do qual estamos falando. Subordinadas a ela existem várias sub-categorias, entre outras, uma chamada “Missões Cristãs (!?) Nacionais e Estrangeiras” (número: 266). Sob este título/número deveria ser classificada, pois, toda e qualquer obra que contenha alguma informação relativa a tais “missões cristãs”! Ora, a primeira obra que aparece sob este título no livro editado por Barbosa et. al. é “*La conquista espiri-*

³ M. de Civrieux, *Los Caribes y la Conquista de la Guayana Española (Etnohistoria Kari’ña)*, Caracas, Instituto de Investigaciones Históricas, 1976; e: N.L. Whitehead, *Lords of the Tigre Spirit. A History of the Caribs in Colonial Venezuela and Guyana 1498-1820*, Dordrecht, Foris Publ., 1988.

tual de El Dorado. Las expediciones capuchinas al Lago Parima 1750-1777”, de “Amodio, E., 1994 (vide: P.15). Admito que não conheço a obra, mas a classificação procede, sem dúvida, afinal: as “expediciones” tratadas foram realizadas por missionários que tinham a finalidade declarada de assentar mais índios em “reducciones”, mantidas pelos Capuchinhos nos rios Caura e Cuyuni. Só que, além de ações de “missionários”, esses eram verdadeiros empreendimentos de descobrimento e conquista, cuja repercussão mais importante - do ponto de vista brasileiro - foi, aliás, que eles levaram o então governo de Grão Pará e Maranhão a pensar seriamente em como salvar a posse do alto rio Branco para a coroa de Portugal.

Ou seja: a obra de Amodio podia e até precisa ser classificada na seção de “Historiografia” (item: 907.2) - além de constituir provavelmente também uma fonte secundária importante relativo à constituição e à estrutura do norte de Roraima como espaço étnico na metade do século XVIII (980.41; “Índios do Brasil”). Finalmente, e além de tudo isso, a obra também poderia (ou deveria?) aparecer sob “Migração, Colonização e Política Colonial” (item: 325); “Política Internacional e Diplomacia” (327); “Jurisdição e Relações (Direito) Internacional” (341.4), e “Viagens” (910; - onde, aliás, aparece mesmo outra versão do mesmo artigo!), afinal, a obra - com certeza - contém informações importantes em todas estas áreas! Ora, se a finalidade de qualquer bibliografia é informar ao pesquisador interessado em alguma temática do fato que existe aí uma obra que ele precisa consultar, restringir a obra de Amodio à seção “266: Missões Cristãs” significa negar ao pesquisador interessado em - digamos - “Colonização e Política Colonial” na Amazônia (mas não em “Missões cristãs”) uma informação importante para ele, que existe mesmo aí outro trabalho de suma importância para o seu tema! Entendemos, claro, e plenamente, as “razões práticas” que motivaram (obrigaram?) os editores a reduzirem referências cruzadas e classificações múltiplas nesta obra a um mínimo. Permitidas tais referências e classificações, mesmo que só as mais óbvias e indispensáveis, essa obra teria pelo menos 500 páginas a mais das suas 211 atuais e custaria pelo menos o dobro! Mas, de novo: tentar encaixar toda e qualquer obra numa única rubrica do esquema usado, necessariamente produz classificações, no mínimo, “questionáveis”.

Por que, por exemplo, aparece o famoso trabalho de Audry Butt-Colson sobre “Routes of Knowledge” (P.22), mas, sobretudo: Evereth Im Thurn: “Primitive Games” (Ibid.) sob a rubrica 301 (= “Sociologia”)? O que justifica a inclusão do trabalho historiográfico de um dos editores (Reinaldo I. Barbosa: Ocupação Humana em Roraima I e II”. P.24) em 304 (= “Ecologia Humana”)? Por que a inclusão da tradução parcial ao inglês de “Richard Schomburgks Reisen in Britisch Guiana”, publicada por J.A. Villers em 1903, sob 327 (“Política Internacional e Diplomacia”; P.29), só porque o autor anuncia no seu título que tem “conseqüências para a arbitragem de fronteiras entre a Guiana e o Brasil”? Aliás, os irmãos Schomburgk! Obras deles aparecem (além da acima indicada) sob 500 = “Ciências Puras” (? , P.46); 580 = “Botânica” (P.74); 581.634 = “Plantas Medicinais” (P.79); 591.38 = “Evolução Animal” (? , P.85) e 980 = “História Geral da América do Sul” (P.174-175), mas, curiosamente, não em 900 (Geografia, História e Biografia), 902 (“Historiografia”, nem em 910 (“Viagens”) e em

980 (= “Índios do Brasil”) só com o minúsculo ensaio de Richard Schomburgk: “On the Natives of Guiana” (P.208). E o meu eterno favorito: Theodor Koch-Grünberg? Supostamente, este tem nada a dizer sobre “Índios do Brasil” (o que ofende mesmo!). Seus “Mitos e Lendas dos Índios Taulipang e Arekuna” são classificados como 398 (= “Folklore” (P.42)) e todo o resto da sua vasta obra é classificada: “572: Antropologia Física, Etnologia”⁴!

Mas, já basta! A classificação de uma gama tão ampla de literatura é mesmo uma tarefa difícil e diferentes opiniões sobre a melhor categoria para qualquer obra são absolutamente inevitáveis. Esqueçamos, então, esse assunto difícil e celebremos, uma vez mais, a existência mesma desta obra; a coragem enorme e o valioso trabalho dos seus editores; o financiamento oportuno pelo MCT e pelo Estado de Roraima; e a nossa própria sorte de agora em adiante poder contar com um instrumento tão poderoso nos nossos trabalhos. Parabéns a todos!

⁴ Caberia, por certo, o termo “etnografia” se o esquema classificatório se referisse ao sentido alemão -norte americano (ou: original grego!) deste termo. Só que o contexto mostra que os elaboradores do esquema entenderam o termo no seu sentido francês, onde – por causas históricas que não nos cabe aqui detalhar – o termo “etnia” é um quase-sinônimo de “raça” e, pelo tanto, a “etnologia” parte da “antropologia física”!

TEXTOS & DEBATES

Normas para publicação de trabalhos em Textos & Debates – Revista de Filosofia e Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima

1. Os trabalhos deverão ser escritos no processador de texto Microsoft Word 97, enviados em disquete com uma via impressa. O disquete deve trazer uma etiqueta identificando o(s) autor(s) e o nome do arquivo.
2. A primeira página deve incluir o título, o nome do autor, e nota de rodapé na qual constarão: a titulação do autor, instituição a que está vinculado, atividades desenvolvidas no momento.
3. Tipo de letra: (Normal) Times New Roman; tamanho número 12.
4. Limite do texto: os trabalhos devem conter no máximo 20 folhas (papel A4) ou 30 mil caracteres.
5. Espaçamento: espaço 1,5 entre linhas e parágrafos; espaço duplo entre partes e entre textos e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc.
6. As tabelas devem ser feitas no Microsoft Word 97 a partir da Barra de Ferramentas “Tabela”.
7. As ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos, etc.) e anexos devem vir prontos para serem impressos, dentro do padrão geral do texto e no espaço a eles destinado pelo(s) autor(es). Para anexos que constituem textos originais já publicados, incluir referência bibliográfica completa bem como permissão dos editores para publicação.
8. O texto deve ser apresentado na seguinte seqüência: título do trabalho, nome(s) do(s) autor(s), texto com notas e referências bibliográficas.
 - a. Título: centralizado, em caixa alta e baixa, se negrito ou grifo.
 - b. Subtítulos: sem adentramento, sem numeração e em caixa alta.
 - c. Nome(s) do(s) autor(s): duas linhas abaixo do título, à direita; caixa alta.
 - d. Referências no corpo do trabalho: entre parênteses, aparecendo o último nome do autor em caixa alta e baixa, seguido de vírgula, a data identificadora do trabalho, seguida de dois pontos e da identificação do(s) número(s) das páginas(s) citada(s).
 - e. Notas: devem aparecer ao final do trabalho, antes das Referências Bibliográficas, numeradas de acordo com a ordem de aparecimento. O texto deve estar em corpo 8 e os destaques (livros, autores, artigos) devem ser dados em itálico, conforme a necessidade.

f. Referências Bibliográficas: a palavra referências bibliográficas, em caixa alta, sem adentramento, duas linhas antes da primeira entrada. Autores em ordem alfabética, sem numeração de entradas e com um espaço entre as referências. As linhas das referências não são adentradas, nem mesmo a primeira. O principal sobrenome de cada autor vem em caixa-alta, seguido de vírgula e do nome e sobrenome. Na segunda entrada de um mesmo autor, seu nome é substituído por um tracejado. O título do livro, período ou capítulo vem em itálico. Em seguida vem o local de publicação, o nome de editora e a data da publicação da obra. Mais de uma obra no mesmo ano deve ser distinguida pela letra a, b, c, etc., após a data.

g. Anexos: caso existam, devem vir depois das referências bibliográficas.

Observação: Os disquetes e as cópias impressas devem ser entregues aos professores abaixo listados.

Novos Editores a partir do próximo número:

Profª. Carla M. Souza - carlamont59@uol.com.br

Profª. Ana Lúcia de Souza - alsics@uol.com.br

Prof. Raimundo Nonato G. dos Santos - rmonatog@uol.com.br

Impressão
Editora Boa Vista Ltda
Rua Lobo D'Almada, 21 - São Francisco
Boa Vista - Roraima